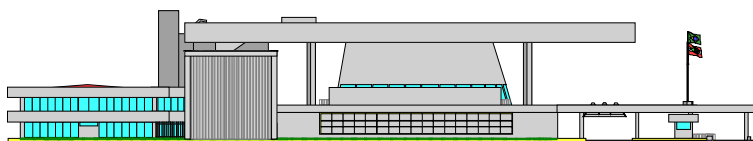


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 10 DE NOVEMBRO DE 2011

NÚMERO 6.354

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherm

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Dado Cherm - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Adilor Guglielmi
Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Sílvio Dreveck - Vice-Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Daniel Tozzo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dado Cherm
José Milton Scheffer
Luciane Carminatti
José Nei Alberton Ascari
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-
Presidente
Gilmar Knaesel
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherm
Angela Albino
Sílvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Pe. Pedro Baldissera - Vice-Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Dado Cherm

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
José Nei Alberton Ascari - Vice-
Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
Dado Cherm

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2354 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 098ª Sessão Ordinária realizada em 31/10/2011 2 Ata da 099ª Sessão Ordinária realizada em 1º/11/2011 13 Ata da 035ª Sessão Extraordinária realizada em 1º/11/2011 22</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência 26 Ata da Mesa DL..... 26 Atos da Mesa 26</p> <p>Publicações Diversas Atas de Comissão Permanente 27 Aviso de Licitação 28 Extrato 28 Leis 28 Lei Complementar 29 Portarias 29 Projetos de Lei 29 Redações Finais 32</p>
---	---	---

P L E N Á R I O

ATA DA 098ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se ao câncer bucal.

DEPUTADO NEODI SARETTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo assunto que aborda.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Elogia o deputado Antônio Aguiar pelo tema abordado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do vereador de Caçador, Antonio Rubiano Schmitz, e de Vicente Furlin, presidente da Associação dos Vinivicultores da linha Cará.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Solidariza-se com o ex-presidente Lula; cumprimenta o deputado Ismael dos Santos pela festa da Assembléia de Deus, em Blumenau; manifesta reconhecimento ao trabalho prestado em defesa da bacia hidrográfica do Itajaí realizado pelo Comitê do Itajaí.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Agradece as considerações da deputada Ana Paula Lima.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra participação na assembleia dos policiais civis do estado.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se aos recursos do Orçamento de 2012 e do Plano Plurianual.

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Registra participação, em São Paulo, no encontro da Confederação Nacional da Indústria.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Faz um balanço de sua viagem ao Japão.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Discorre sobre sua viagem ao Japão.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Ilhota e de Irineópolis.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se às obras da Celesc no estado.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença na Casa do vereador Clayton Batschauer, também secretário municipal de Itajaí.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença do diretor da Defesa Civil de Caçador, Sérgio Bizotto.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Faz um balanço de sua viagem a Cuba.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Registra a presença da prefeita de Água Doce, Nelci Bortolini, acompanhada do vereador Geraldo Piaia.

Ordem do Dia

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Cumprimenta professores e alunos do Senac presentes no Parlamento.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Solicita a retirada do PI n. 0166/2011.

Explicação Pessoal.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Evidencia a necessidade de providências em termos de reajustes salariais para a Segurança Pública.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Registra que no dia 31 de outubro de 1517 Martinho Lutero fazia a Reforma Protestante; pede atenção dos governos federal e estadual para a BR-470.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Destaca a importância de o governo atender às reivindicações do Magistério.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Reporta-se às festividades de aniversário dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público aqui presente, telespectadores da TVAL.

Neste momento, eu gostaria de me referir ao câncer de laringe do ex-presidente Lula Inácio da Silva. E quero me reportar à necessidade de dedicarmos maior atenção ao problema de saúde que vem ganhando proporções, que é o câncer bucal.

Trata-se de uma doença que atinge e aflige mais os homens, especialmente os fumantes e os usuários de bebidas alcoólicas, mas também está relacionado à contaminação pelo vírus HPV, contraído nas relações sexuais.

Vejam que somente no ano passado conforme dados do Instituto Nacional do Câncer, o INCA, 14.120 pessoas foram diagnosticadas com câncer bucal, das quais 10.330 homens e 3.790 mulheres. Os números são de todo o Brasil, e se supõe que poderiam ser bem maiores casos, porque há uma grande quantidade de pessoas que padecem desse tipo de câncer e sequer têm o diagnóstico, por total falta de acesso à rede de saúde bucal. Ou seja, são brasileiros e brasileiras que desenvolvem o câncer de boca e entendem que têm algum problema, pois registram sangramento bucal, por exemplo, mas não sabem a exata extensão do problema.

Trago o tema ao debate, porque em 2009 apresentei um projeto de lei que instituiu a política de prevenção ao diagnóstico e tratamento de câncer bucal em nosso estado, que resultou na Lei 18.845, cuja finalidade é garantir amparo médico, psicossocial, aos pacientes desse tipo de câncer, promover campanhas de prevenção e o diagnóstico pelo autoexame e viabilizar os atendimentos por cirurgiões dentistas e outros profissionais da saúde devidamente capacitados, na rede básica de saúde pública estadual.

Sabemos que a saúde bucal proporciona muito mais do que um sorriso bonito e um hálito fresco, pois tem relação direta com a saúde em geral, com a qualidade de vida, a melhoria dos relacionamentos interpessoais e a própria satisfação de cada indivíduo. A questão é ainda mais complexa, porque o câncer bucal é considerado patologia gravíssima e de difícil tratamento quando não é diagnosticado precocemente. E é por isso que se torna importante a difusão do autoexame, para que as pessoas saibam detectar mudanças na aparência dos lábios, com o surgimento de caroços, feridas ou sangramentos que podem representar, em alguns casos, lesões cancerígenas, ensejando cuidados médicos especiais.

Claro que esse tipo de câncer não está entre aqueles de maior incidência, ficando

atrás dos casos de pele, esôfago, próstata, do aparelho respiratório, do esôfago e da bexiga para os homens, ou de pele, colo do útero, de mama e estômago para as mulheres.

Mas a questão central do debate está na necessidade de se difundir as causas desse tipo de câncer, pois só conhecendo os motivos que provocam a doença é que o cidadão comum poderá se conscientizar da necessidade de mudar seus hábitos, tomar determinados cuidados e ir à busca de diagnóstico, se notar qualquer indício de alteração que possa representar risco.

Além disso, é preciso que a população tenha condições de contar com profissionais preparados para diagnosticar a doença na rede pública, daí a importância das campanhas, da preparação dos profissionais de saúde, da atualização dos servidores que estão na ponta do atendimento ao público.

O câncer, de forma geral, envolve uma luta dramática de cada paciente, que precisa contar com a sorte de um diagnóstico precoce para superar a doença. E nesse quadro de câncer de boca já tem conotação de um problema alarmante.

Em Santa Catarina há uma grande disposição de se cuidar das pessoas, este foi o discurso do governador Raimundo Colombo desde o primeiro momento, e é a prática do secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e toda equipe de sua secretaria. Mas é claro existem dificuldades inerentes em todo o processo de combate às doenças graves como o câncer. Há um grande esforço para ampliar locais que ofereçam serviços especializados, como, por exemplo, os de radiologia. Mas sempre há muito a ser feito, em razão dos recursos sempre limitados, se compararmos as demandas da população.

A política de descentralização dos atendimentos especializados na saúde é um processo que demanda um grande esforço de ações permanentes. Então, mais uma vez quero destacar a importância de compartilharmos a responsabilidade de divulgar questões importantes, como a de avaliação precoce para o câncer bucal e o preparo da rede pública de saúde para combater esta doença.

É importante notar que esse é um discurso sobre a doença que atinge de maneira especial grande parte da população brasileira. Nós temos a presidente Dilma Rousseff que já passou por este problema e agora temos o ex-presidente Lula que atualmente está passando também.

Então, são problemas similares, não é câncer da área bucal, mas não deixa de ser uma doença que atinge de maneira especial a parte psíquica de nossos pacientes, atingindo muitas vezes a sua parte emocional.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Antônio Aguiar, muito obrigado.

Quero parabenizar v.exa. por estar abordando esse tema tão importante, de saúde pública, como costumeiramente v.exa faz nesta Casa, e aproveito o aparte também para demonstrar nossa solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio da Silva, que está enfrentando esse problema de saúde. Mas com certeza ele vai superar, pois já superou tantos outros obstáculos, e como v.exa. disse, outras pessoas, inclusive muitos políticos, já passaram por questões semelhantes, como a nossa atual presidente; então, vamos deixar consignado isso. E como diz a mensagem que

circula na internet - Força Lula -, com certeza ele vai superar mais esse problema.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Força, Lula, e força a todos os pacientes portadores de câncer do Brasil.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, v.exa. que é o médico da nossa bancada e que representa também a saúde neste Parlamento, e quando se trata de saúde dentro da bancada do PMDB, logo se pensa no deputado Antônio Aguiar.

Mas também quero parabenizá-lo pela passagem do seu aniversário. Hoje v.exa. completa mais um ano de vida.

Nosso amigo, nosso ex-líder, que esta data se repita por muitos e muitos anos, e sendo comemorada neste Parlamento, nesta Casa do Povo.

Parabéns, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, eu quero registrar a presença neste Plenário do nosso companheiro, grande vereador da cidade de Caçador, Antonio Rubiano Schmitz, que vem acompanhado da Adriana Schmit, servidora municipal, e também do Vicente Furlin, presidente da Associação dos Vinicultores da linha Cará, de Caçador.

Então, durante a tarde teremos uma reunião na Cidasc, tratando dos assuntos inerentes à associação e outros assuntos relativos ao município de Caçador, bem como para resolver problemas da Defesa Civil do nosso município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital, pessoas que se encontram nas galerias desta Casa, acompanhando esta sessão ordinária, hoje é o último dia também da campanha Outubro Rosa. É uma campanha de homens e mulheres para prevenir e sensibilizar, principalmente as mulheres, sobre o câncer de mama.

Estivemos, ontem, na cidade de Blumenau, numa caminhada muito bonita, com a participação de homens e mulheres, para alertar a nossa população desse grave problema que vem atingindo homens e mulheres, muito mais mulheres, que se não diagnosticado a tempo pode ocorrer morte dessas mulheres, além da mutilação.

Por isso, a campanha Outubro Rosa é desenvolvida não somente no estado de Santa Catarina e no Brasil, mas no mundo inteiro. Essa campanha é divulgada para alertar as nossas mulheres.

Essa doença também nos chocou muito com o diagnóstico de um tumor na laringe, que tivemos conhecimento neste último final e semana, do presidente, do sempre presidente, companheiro e amigo Luiz Inácio Lula da Silva.

Na semana passada havíamos falado com a sua família, quando o convidamos para um bonito evento que vai acontecer no dia 04 de outubro, na cidade de Blumenau, mas por estar doente o Lula não virá.

Hoje, pela manhã, a sua filha Lurian nos telefonou dizendo que ontem ele, no hospital, sempre preocupado, já que não podia falar, tinha um bloquinho para fazer as anotações, para se comunicar principalmente com os seus familiares. Sempre trabalhando, na preocupação das eleições do ano que vem, na preocupação de como as pessoas estavam.

Este é o Lula, o nosso companheiro que nos orgulha tanto, do Partido dos Trabalhadores. Esta é a gente do povo brasileiro. E essa gente do povo brasileiro tem o Lula como um amigo, mas só temos que oferecer, sr. parlamentares e público catarinense, força, solidariedade, carinho, preces e fé, para que ele se recupere.

(Passa a ler.)

“Temos certeza que mais uma vez que a esperança vai vencer o medo e que Lula, como um sertanejo forte e um brasileiro que não desiste nunca, muito menos de continuar trabalhando para melhorar o Brasil e a vida de brasileiros e brasileiras...”

Todos somos testemunhas da importância desse grandioso homem para a história do nosso país. Lula provou que o Brasil e os brasileiros podem se tornar referência para o mundo. E acho que já somos referência para o mundo. Com Lula, o Brasil se tornou grande, o povo brasileiro, pela primeira vez na sua história, teve acesso a uma vida mais digna, com mais empregos e renda para a sua gente.

Vamo-nos unir em correntes de fé e desejar pronta recuperação a este homem que orgulha o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, e que orgulha o povo brasileiro.”

É dessa forma que pedimos sempre, sim, eis que a Medicina faz a sua parte, mas as orações são imprescindíveis. E as pessoas acometidas por essa doença sabem o quanto é importante nessa hora ter fé e orar. Foi o que fiz ontem, deputado Ismael dos Santos, quando tive a honra de estar na sua presença, homenageando os 80 anos da Assembleia de Deus, na cidade de Blumenau. E naquele instante em que fiquei quietinha ouvindo os hinos, as declarações dos pastores, tive um momento para orar pelo Lula e por todas as pessoas acometidas pelo câncer. E tenho certeza de que o Deus todo poderoso irá ouvir as nossas preces para que aqueles que estão sofrendo neste momento possam recuperar-se.

Foi uma bonita festa para comemorar a Assembleia de Deus em Blumenau, com a organização perfeita de um povo de fé. E por coincidência, deputado Ismael dos Santos, o seu irmão, o pastor Milton dos Santos, fez por merecer aquela homenagem tão significativa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputada Ana Paula Lima, quero agradecer a sua presença, ontem, nessa belíssima festividade. Contamos com mais de sete mil blumenauenses na Vila Germânica.

Foi uma belíssima festa e enaltecemos, através de uma moção desta Casa, que tivemos a oportunidade de entregar não apenas o trabalho de espiritualidade e religioso da Assembleia de Deus, mas em especial o trabalho cultural apresentado pelas orquestras, pelas bandas, pelos grupos vocais que ali estiveram também destacando o belíssimo projeto social desenvolvido pela

Assembleia de Deus em Blumenau, que contemplou os seus 80 anos de existência.

Obrigado pela presença, deputada!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - E quero parabenizar, mais uma vez, todos os pastores e pastoras que estão levando e semeando a palavra do Senhor a todas as pessoas.

Nestes poucos minutos que me restam, quero manifestar também o nosso reconhecimento ao trabalho prestado em defesa da bacia hidrográfica do Itajaí, realizado pelo Comitê do Itajaí, que teve origem em 1996, quando, a convite da Associação Comercial e Industrial de Blumenau - Acib -, um grupo de organizações representativas do vale do Itajaí reuniu-se para discutir soluções para o problema da falta de manutenção do sistema de barragens de contenção de cheias no vale do Itajaí.

(Passa a ler.)

“O comitê tem-se pautado pela busca de soluções para diversos problemas ambientais relacionados com as águas, como os desastres naturais, os esgotos, a gestão ambiental municipal, o conflito pelo uso da água e a educação ambiental.

O Comitê do Itajaí é integrado por 50 organizações que representam o poder público federal e estadual, os usuários de água e a população da bacia. Suas ações envolvem a administração de 50 municípios, milhares de proprietários rurais, centenas de empresas, centenas de professores, técnicos e lideranças comunitárias.

Represento a Assembleia Legislativa no Comitê do Itajaí e tenho a convicção da importância estratégica do seu trabalho nesses 15 anos de existência. Proteger as águas do Itajaí e seus mananciais é, na verdade, proteger a vida. E a sociedade catarinense precisa compreender a importância desse trabalho. A água é essencial à vida em nosso planeta, e precisamos garantir, hoje, a preservação desse patrimônio às futuras gerações.

Santa Catarina, em especial o vale do Itajaí, tem sofrido constantemente com as tragédias das enchentes, deslizamentos. E a raiz desse sofrimento, na sua grande maioria, vem da forma desordenada como se ocupou as encostas e as margens dos rios.”

Dessa forma queremos aqui homenagear e saudar a importância do Comitê do Itajaí para o vale do Itajaí, que irá completar 15 anos de existência e que faz um trabalho voluntário na defesa do que é mais sagrado para a existência humana, a água.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Inscrito para falar o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURICIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, é uma satisfação assomar a esta tribuna e saudar a população que nos acompanha pela TVAL.

Quero registrar que participamos na última quinta-feira da assembleia dos policiais civis do estado de Santa Catarina, que foi muito representativa. Acho que foi a maior ocorrida nesses 30 anos que acompanhamos a história da instituição.

Lá estavam presentes, representando o Sinpol, - Sindicato dos Policiais Cíveis de Santa Catarina -, que foi o organizador, o presidente, sr. Pedro Cardoso, o Mamão, e toda sua diretoria. Também esteve presentes o Sintrasp, através do Carlos e de suas lideranças, e a

Adepol - Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina, representada pelos delegados. O evento transcorreu em harmonia e demonstraram uma força muito grande, porque o ambiente dava para 500 pessoas sentadas e certamente havia mais quase 200 pessoas em pé. Então, estavam presentes aproximadamente 600 pessoas, 700 pessoas, participando da mobilização que demonstra a organização, o amadurecimento da instituição Polícia Civil e a união nos pleitos da classe junto ao governo do estado.

Hoje, pela manhã, acabei conversando com o secretário César Grubba sobre as questões da Segurança Pública. E o secretário me transmitiu importantes informações. Primeiro, disse que hoje assinou a promoção, deste ano, de 800 policiais civis, porque não estavam ocorrendo as promoções semestrais que a legislação determina. Então, as primeiras promoções já foram assinadas. Isso é bom para valorizar e para reconhecer a nossa classe, a categoria dos policiais civis.

Também me informou o secretário César Grubba, que inclusive estava em visita à Central de Polícia da capital, que também despachou no dia de hoje ao delegado geral da Polícia Civil para que execute os atos de nomeação dos 420 novos policiais civis, que estão aprovados, aguardando nomeação.

Então, foi uma determinação do governador Raimundo Colombo. O grupo gestor já se havia manifestado sobre as nomeações, e hoje o secretário César Grubba assinou esses atos. Assinou os atos relativos às 800 promoções para a Polícia Civil e também despachou ao delegado geral da Polícia Civil sobre a confecção dos atos para a assinatura da nomeação de 420 novos policiais civis.

Essa é uma boa notícia para a população de Santa Catarina. Esse investimento, essa melhoria na Segurança Pública é projeto e determinação do governador Raimundo Colombo.

Nos últimos quatro anos, houve 900 nomeações de policiais civis e também de policiais militares. Já melhorou. Foi reposto quase um terço do efetivo da Polícia Civil no estado de Santa Catarina. Agora, com essa nomeação e com um próximo concurso, ainda sendo iniciado neste ano, teremos condição de efetivo. Mas além do efetivo, além das promoções, além das nomeações, há a busca de toda categoria pela questão salarial, pela reposição.

Estivemos na assembleia, colocamos-nos à disposição para ajudar, e como somos interlocutores da classe junto ao governo, vamos buscar com os nossos líderes, o deputado Elizeu Mattos, o deputado Gelson Merisio, a conversa para que o governador Raimundo Colombo, o mais rápido possível, possa atender a esses anseios.

Como eu disse, nos últimos quatro anos, no período do governador Luiz Henrique da Silveira, de Eduardo Moreira e de Leonel Pavan, foi conseguida uma reposição do quadro e a questão salarial teve abonos, que hoje a categoria pede a incorporação, além de outras vantagens.

Então, essas são algumas notícias. Vejo que o secretário César Grubba, já de volta da viagem com o governador, agilizou essas promoções. Isso é bom, demonstra a preocupação do secretário em fazer o melhor pela Segurança Pública do estado de Santa Catarina, também agilizando a nomeação desses novos policiais.

Tenho certeza de que, nesta semana, veremos os encaminhamentos daquilo que foi proposto pela assembleia dos policiais, para

buscar melhores condições para a Segurança Pública do estado. É o que a população espera, é o que a população quer, é o que a categoria quer.

Nós, hoje, verificamos pelas notícias de jornais, várias ações de segurança pública no estado, o desbaratamento das quadrilhas envolvidas com o estouro de caixas eletrônicas, várias prisões foram efetuadas, enfim.

Nós, que sabemos a forma de atuar, sabíamos que esses fatos criminosos estavam acontecendo, mas sendo monitorados. A investigação policial, muitas vezes, é um tanto quanto morosa. Há demora em conseguir todas as provas, todos os mandados e todas as ações necessárias para desarticular a criminalidade. Mas Santa Catarina continua tendo o melhor policial e a melhor segurança do Brasil, continua tendo as respostas no seu dia a dia.

São muito importantes esses atos, hoje, realizados pelo secretário da Segurança César Grubba e com certeza vão fazer com que a segurança no estado de Santa Catarina seja ainda melhor.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, aproveite a vinda à tribuna, inicialmente, para também compartilhar os vários depoimentos com relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inicia tratamento de combate ao câncer.

Aliás, nesses últimos anos, muitos políticos têm enfrentado esse mal, e muitos deles, com muita eficiência e serenidade, fizeram o enfrentamento e saíram vitoriosos, derrotando o câncer que, de uma forma ou de outra, também é fruto ou consequência de "n" coisas. Nós, parlamentares, que vivemos dentro do setor público, às vezes temos que nos perguntar sobre isso. Mas quero desejar ao ex-presidente Lula que mantenha tranquilidade e serenidade no enfrentamento de mais essa situação, esse contexto, pois com certeza sairá vitorioso.

Gostaria de aproveitar para tratar de um tema que toma conta do debate no cenário nacional, tendo em vista que vivemos os momentos finais da apreciação, na Câmara Federal e no Congresso Nacional, do Orçamento para o ano de 2012, bem como do Plano Plurianual, que prevê os recursos e as políticas que serão implementadas nos próximos quatro anos.

O relator geral do Orçamento para o ano de 2012, deputado Arlindo Chinaglia, de São Paulo, traz a possibilidade de realizar a distribuição de parte dos recursos da União, principalmente daqueles que são oriundos do acréscimo da receita e que são destinados às emendas parlamentares ou de bancadas, aos municípios com até 50 mil habitantes. Dessa forma se atenderia em torno de 90% dos municípios da federação.

Parece-me extremamente importante o debate que está sendo consolidado no Congresso Nacional no sentido de fazer com que esses recursos sejam repassados para os pequenos municípios que, por vezes, encontram grandes dificuldades para acessar o recurso público. E, até por outro lado, acabaria um pouquinho a festa das chamadas emendas parlamentares. Muitas vezes, nesta tribuna, tenho-as questionado, e em outros mandatos também, porque se tornam muito mais

questões eleitoreiras, politigueiras, do que realmente beneficiam lá na ponta as políticas que são fundamentais e necessárias para atender às necessidades da população.

Eu até espero que num período curto o Congresso Nacional acabe com qualquer tipo de emenda parlamentar, e que os recursos da união, que são de direito dos municípios, sejam repassados de acordo com os cálculos que hoje são efetuados através do Fundo de Participação dos Municípios.

Acho que aí nós começaríamos a colocar uma cunha até mesmo para o combate da corrupção, que ela tem a sua extensão e muitas vezes a origem exatamente em cima das emendas parlamentares, que muitos se atravessam e tiram proveito. É preciso um momento de coragem e de ousadia por parte do Congresso Nacional.

Parece-me que essa iniciativa vem em boa hora. Tomara que todo o Congresso Nacional tenha essa lucidez no momento de apreciar a votação do Orçamento da união. Espero que isso se concretize.

É claro que não é muito o volume de recursos, mas varia, nesse primeiro ano, de R\$ 300 mil até R\$ 600 mil, de acordo com a população de cada um dos diferentes municípios.

Eu fui prefeito e sei da importância que isso representa para o pequeno município e para implementar muitas políticas e programas. É por causa da falta de recursos que não se consegue, lá na ponta, atender às necessidades da nossa população. Municípios de até 5 mil habitantes, R\$ 300 mil; municípios de 5 mil até 10 mil habitantes, R\$ 400 mil; de 10 mil até 20 mil habitantes, R\$ 500 mil; e acima de 20 mil até 50 mil habitantes, R\$ 600 mil.

É claro que já estão previstas onde deveriam ser implementados esses recursos. É lógico que não se tem ainda a aprovação, é apenas uma vontade da comissão mista, que tem como relator o deputado Arlindo Chinaglia. É preciso que se tenha a aprovação. É preciso que seja votado agora. É preciso também que haja um movimento por parte dos municípios, através dos prefeitos, vice-prefeitos e das Câmaras de Vereadores, para que façam esse debate e a provocação. E para que mandem relatórios das audiências públicas realizadas para a comissão mista do Congresso Nacional para que se possa intensificar esse debate e garantir, já para o ano de 2012, os recursos para serem implementados.

Essa é uma iniciativa de um alcance social muito grande, e os nossos municípios não podem deixar escapar isso. Eles têm que se abraçar. Independentemente da cor partidária e da região é preciso se unir para que se possa garantir esses recursos, que são chamados recursos carimbados, para implementar as diferentes políticas nos municípios do interior do nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, representando o planalto norte, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a oportunidade de participar, nos dias 26 e 27, em São Paulo, de um encontro da Confederação Nacional da Indústria, e o assunto foi competitividade. Na oportunidade,

tivemos a oportunidade de ouvir grandes economistas, inclusive o ex-secretário de Bill Clinton.

Quando falamos em competitividade, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, o assunto é mais complexo do que podemos imaginar. Quando se fala em competitividade de produtos brasileiros, estamos falando da logística brasileira, ou seja, dos nossos sistemas rodoviário, portuário e aeroviário. E, além disso, vem o nosso grande peso, sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, que é a nossa excessiva carga tributária. E, além da carga tributária, há os encargos sociais.

E aqui não estamos falando deste governo, mas da história brasileira em relação aos encargos sociais, da política tributária que vem avançando cada vez mais no sentido de pesar no bolso do contribuinte, porque não podemos nos iludir que toda carga tributária que é acrescentada e paga pelas empresas automaticamente é repassada ao produto brasileiro.

Portanto, há que se refletir até quando o Brasil vai conseguir competir com outros países, na medida em que o nosso produto tem muitos atributos de impostos, por conta do alto preço que é embutido no produto pela nossa infraestrutura brasileira.

É bem verdade que o governo federal tem tomado medidas, a exemplo do que fez com alguns produtos, principalmente vindos da China, mas esse antidumping, na verdade, é uma medida que não é duradoura, ou seja, a ação duradoura vai ser aquela em que o nosso produto terá competitividade não somente nos países asiáticos, mas também nos países europeus e americanos, que são, e sempre foram, os nossos grandes clientes.

Portanto, o Brasil precisa rever, primeiro, toda essa carga tributária excessiva, e tomar medidas - e não ficar somente no discurso - para diminuir os nossos encargos sociais na folha de pagamento.

Precisamos, srs. deputados, além do que estou falando, e que é um resumo muito rápido, de investimentos também na nossa mão-de-obra. Em outras palavras, precisamos investir na educação brasileira, mas na educação de qualidade.

O Brasil vem passando, há alguns anos, por um período de crescimento e desenvolvimento, e isto é verdadeiro. E, ao mesmo tempo, quando as empresas ampliam os seus negócios, há uma grande dificuldade de contratarem mão-de-obra qualificada. Por conta disso, há investimentos privados, principalmente através do Senai, que tem sido um bom exemplo para o Brasil. Mas é preciso lembrar que, para facilitar esse aperfeiçoamento e essa qualificação, é importante e indispensável que haja uma educação de qualidade.

Nós tivemos grandes avanços porque houve a sensibilidade da grande maioria das nossas crianças, dos nossos jovens e dos nossos adolescentes no sentido de frequentarem a escola.

Por outro lado, chegou a hora de se fazer investimentos em qualidade. E, além disso, é preciso convencer o nosso jovem a não desistir dos estudos, principalmente quando inicia o seu curso médio, pois acaba não concluindo. E isso tem trazido muita dificuldade para a contratação por parte das empresas. Elas, por sua vez, fazem investimentos e, mais uma vez, o nosso país tem dificuldade de competir com outros países.

Além disso, não podemos esquecer que o Brasil é um dos poucos países que estão

num momento importante do seu crescimento e desenvolvimento, em que pese a crise internacional, que direta ou indiretamente vai nos afetar - e não tanto quanto, talvez, os outros países, mas vai afetar. E é bom lembrar que o nosso país nos privilegia, principalmente no agronegócio, na agricultura e na pecuária. O Brasil é um país riquíssimo em minérios, mas, mais do que isso, é muito rico em energia.

Então, quando falamos que a China é o grande gigante, e na fabricação de produtos isso não deixa de ser verdadeiro, vale lembrar que ela vai precisar principalmente do Brasil, que é um grande fornecedor de alimentos, de minérios e de energia, principalmente a energia limpa. Diga-se de passagem, o Brasil é o país que tem o maior percentual de água doce do planeta e, portanto, possui muitas condições favoráveis de ampliar a sua matriz energética, principalmente na hidrelétrica, em que pesem as contestações ambientais.

Mas é preciso lembrar que o petróleo é uma energia muito mais suja do que a água. É preciso lembrar que temos um potencial enorme no próprio etanol advindo da cana-de-açúcar, principalmente. Portanto, temos muito que oportunizar, e é importante relembrar que temos que ter essa responsabilidade de fazer os investimentos em infraestrutura e também ter a determinação de reduzir os nossos encargos sociais e também a alta carga tributária.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que estão aqui presentes, vou usar o horário do partido para falar da viagem que eu e o deputado Jean Kuhlmann fizemos, na semana passada, representando este Poder, à Coreia e ao Japão acompanhando a comitiva do governador do estado, Raimundo Colombo. Usarei parte do horário, pois depois o deputado Jean Kuhlmann também irá falar um pouco sobre isso.

Mas quero dizer da importância dessa viagem, sr. presidente, tendo em vista que, assim que chegamos na Coreia, em Seul, a primeira reunião foi com a Yudo Corporation, que já fez um investimento de R\$ 14 milhões num pequena fábrica de distribuição na cidade de Joinville. Ela trabalha com ferramentais para injeção de plástico. E agora, com a ida do governador àquele país, ela anunciou um investimento de mais de R\$ 100 milhões, deputado Elizeu Mattos, em Joinville, com mais 250 novos empregos. O emprego da Yudo, deputado Ismael dos Santos, é um emprego com valor agregado muito grande, porque são ferramenteiros.

Joinville fez, no governo Marco Antônio Tebaldi, um planejamento estratégico para saber qual era a vocação da cidade, o que a cidade queria para daqui a 20 anos. E uma das vocações novas de Joinville é o setor metal-mecânico, e especificamente na indústria de ferramentais para injeção de plástico e outras formas de injeção.

Lá em Joinville há uma série de empresas que surgiram de funcionários da Embraco, da Tupy e da Consul, que saíram dessas grandes empresas e montaram atrás de suas casas as suas ferramentarias. Eles

compraram o seu torno, a sua fresa, o seu equipamento, começaram a produzir peças e passaram a ser fornecedores dessas grandes empresas. Isso fez com que Joinville pudesse ter esse diferencial nesse setor metal-mecânico.

E a Yudo Corporation, que é uma empresa coreana, vendo esse potencial da cidade, decidiu montar lá também a sua empresa que vai oferecer tanto ferramentais como também a matéria-prima para as empresas que trabalham o ferramental.

O sr. Francis Yudo, proprietário da empresa, deputado Darci de Matos, falou que quer construir, no Jardim Sofia - e até já comprou uma área -, um centro empresarial tipo Perini Business Park para que outras empresas também possam se instalar naquela região próxima ao aeroporto de Joinville.

Eu, ao falar com ele sobre essa vocação da cidade para o setor metal-mecânico, sugeri que esse centro empresarial pudesse agregar no mesmo lugar todas essas empresas que, hoje, estão instaladas em Joinville, e são mais de 300 ferramentarias, otimizando tempo e espaço, até porque uma peça tem que ir a outra, faz-se toda aquela logística e, estando no mesmo lugar, seria muito mais fácil. Ele gostou da ideia e vai haver isso.

Então, fico muito feliz por esse investimento que vai haver em Joinville.

Para Araquari irá a LS, uma empresa que fabrica tratores de 100HPs, principalmente para a agricultura familiar. Ela vai montar na cidade de Araquari uma fábrica desses tratores com um investimento de U\$ 25 milhões, gerando mais 150 empregos. E visa montar até cinco mil unidades de tratores por ano para serem distribuídos no Brasil e na América Latina.

Também tivemos contato com a SD Biosensor, que é a empresa que constrói, deputado Antônio Aguiar, o nosso aniversariante de hoje, aqueles equipamentos para medir a quantidade de açúcar no sangue e também o colesterol. Essa empresa que faz esse tipo de aparelho, deputado Moacir Sopelsa, desenvolveu um aparelho em que a pessoa, em cinco segundos e com 99,9% de acerto, pode fazer o teste para saber se tem Aids, pneumonia e hepatite. Essa empresa vai montar a sua fábrica no Brasil, e está para decidir se será no Rio Grande do Sul, em São Paulo ou em Santa Catarina, deputado Jorge Teixeira.

O governador falou dessa questão, que seja instalada aqui no estado, já que temos um grande potencial, principalmente na cidade de Blumenau, que é uma referência na área de tecnologia, de empresas de informática.

Então, gostaria de falar especificamente sobre essas três questões que foram extremamente importantes. Deixo, neste momento, o restante do tempo para o deputado Jean Kuhlmann, que viajou conosco, para falar também sobre a questão do Jica e a importação de carne suína, que foram os temas tratados nessa viagem.

Agradeço ao governador Raimundo Colombo por ter empenhado a sua palavra, por ter mantido a sua posição de ter ido lá buscar esses recursos para a região norte do estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, sras. parlamentares, srs. parlamentares, realmente, deputado Kennedy Nunes, quero dizer que foi uma alegria muito grande ter acompanhado o governador Raimundo Colombo nessa viagem e verificar os resultados para Santa Catarina.

Acho que a grande questão a ser colocada é que, tanto na Coreia quanto no Japão, todas as pessoas que fizemos contato têm uma visão muito positiva do nosso estado, porque eles percebem realmente que Santa Catarina possui uma característica diferenciada do restante do Brasil e que aqui há um povo trabalhador, que tem uma mão de obra qualificada e um local adequado para instalar as suas indústrias, para fazer seus investimentos, não apenas pela questão da qualificação da mão de obra desse povo trabalhador que há em Santa Catarina, mas também, por exemplo, como no caso de Joinville, que possui uma localização estratégica.

O nosso estado possui cinco portos permitindo a importação e a exportação de matéria-prima, de produtos finais e também pela proximidade com Argentina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, enfim, temos um estado que possui uma localização geográfica nesse aspecto e dá toda condição para que eles possam instalar as suas empresas aqui. O que percebemos realmente é que os empresários, tanto coreanos quanto japoneses, têm o intuito de investir e veem Santa Catarina com bons olhos.

E uma coisa que percebi no próprio banco Jica, deputado Kennedy Nunes, quanto aos coreanos e japoneses, é que eles valorizam a presença do governador e o fato de a pessoa do governador estar lá fazendo um contato com os empresários, com o ministério da Agricultura, como no caso da carne suína em que fizemos esse contato. E realmente, para aqueles que vivem da produção da carne suína, e Santa Catarina tem essa força muito grande, podemos perceber que o contato do governador com o ministério foi algo muito importante. E eles valorizam muito isso tanto na questão da carne quanto na questão das empresas e também na relação com o Jica. Percebemos que o contato com o governador é para eles muito importante.

Além das empresas citadas pelo deputado Kennedy Nunes e além da questão da perspectiva de fazer a venda da carne suína, também tivemos a oportunidade de visitar o Jica - Agência de Cooperação Japonesa - que trabalha com financiamentos. O Jica, na verdade, não iria dar dinheiro a Santa Catarina, mas emprestar dinheiro subsidiado com juros baixos, que realmente vale a pena para o nosso estado.

A questão toda, deputado Kennedy Nunes e demais parlamentares, colocada pelo Jica é que pelo fato de o Brasil estar dentro do G20, ou seja, de fazer parte das 20 maiores economias do mundo, a intenção em emprestar dinheiro não é algo tão forte assim. O banco Jica vê que Santa Catarina não precisa tanto quanto os outros países do mundo. E aí entra a colocação do governador no sentido de mostrar a necessidade do nosso estado em desenvolver o projeto. E o mais importante é que o governador reafirmou, sras. e srs. parlamentares, tanto comigo quanto com o deputado Kennedy Nunes, a intenção dele de fazer um trabalho na prevenção das cheias e iniciar o processo com a questão do sistema de telemetria, modernização do sistema de telemetria, e também a questão das barragens do alto vale, tanto de Ituporanga quanto de

Taió, de fazer o aumento da capacidade de armazenamento, independentemente da liberação ou não do recurso do Jica.

O governador reafirmou esse compromisso não apenas para mim e para o deputado Kennedy, mas também com os japoneses dizendo que vai iniciar os investimentos, concluir os estudos. Até pediu para que essas obras já fossem aceitas como contrapartida do pedido de financiamento que será oficializado agora.

No dia de hoje o governador ainda vai fazer uma prestação de contas de toda viagem, e nós iremos fazer parte dessa reunião, mas espero realmente que o governador Raimundo Colombo possa iniciar o quanto antes as obras que envolvem o sistema de proteção de cheias.

Espero que haja, sim, também o apoio do governo federal, porque esse investimento é de mais de R\$ 1 bilhão e será importante a parceria do governo do estado, do governo federal e de algumas instituições financeiras. Entendo que se o Jica entender que não é viável fazer empréstimo o governo do estado vai buscar outras fontes de financiamento.

Então, seja através do Jica, do BNDES, do BID, não importa o financiador, mas o importante, deputado Kennedy Nunes, é que o governador Raimundo Colombo deixou muito claro que ele pretende iniciar essas obras com recursos do estado e buscar apoio do governo federal. Esperamos que essas obras sirvam de contrapartida para aqueles que irão financiar o restante das obras necessárias do sistema de proteção de cheias no vale do Itajaí.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidente, quero registrar com satisfação a presença da vereadora Lili, do PSDB de Irineópolis; do popular Italiano, vereador; da Sila, vereadora do PMDB de Ilhota, que estão na capital fazendo contatos com os órgãos estaduais.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está registrado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Srs. deputados, sras. deputadas, público que nos prestigia nesta tarde, deputado Kennedy Nunes, primeiramente, quero parabenizar o governador e a sua comitiva pela viagem importantíssima buscando viabilizar os recursos necessários para contribuir com a infraestrutura do estado, especialmente nas regiões atingidas pelas cheias, e pelo bom encaminhamento que, acredito, possamos, num curto espaço de tempo, logramos êxito e conseguirmos as exportações já tão esperadas de carne suína, deputado Neodi Saretta, para esses países, tanto para o Japão quanto para a Coreia.

Então, quero cumprimentar o governador pela viagem e desejar que possamos alcançar os objetivos desejados.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Com relação à Coreia, deputado Moacir Sopelsa, teremos até o dia 10 de novembro uma

resposta; e quanto à nossa ida ao Japão, também foi muito importante, porque a ministra que nos atendeu disse que agora passa a ser interesse do Japão importar a carne suína.

E exportar carne suína para a Coreia é muito importante, porque este país importa este produto de 15 países, mas com a condição *sine qua non* de controle da febre aftosa sem vacinação, coisa que o estado de Santa Catarina tem, ou seja, somos o único estado do Brasil com essa característica. Esse é um ponto positivo para nós.

O embaixador do Brasil no Japão, Marcos Galvão, acredita que teremos a resposta nos próximos meses. Está bem adiantado o processo. E os técnicos já vieram aqui apresentar o relatório. E quanto à Coreia, temos para o dia 10 a promessa de resposta. Então, evoluiu bastante o setor da agroindústria, principalmente da carne suína.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Kennedy Nunes. Suas colocações são importantes. E repito, vamos trabalhar juntos para que isso se torne realidade. Também quero cumprimentar e agradecer ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Neste fim de semana, na sexta-feira, o governador esteve em Maravilha, em Xanxerê, Concórdia, Capinzal e Campos Novos, entregando recursos que serão investidos nos municípios para as prefeituras municipais, tratando de encaminhamentos de recursos do governo do estado.

Estivemos na Regional de Maravilha, de Xanxerê, Concórdia, Capinzal e Campos Novos levando recursos juntamente com o secretário Valdir Cobalchini, que acompanhou o vice-governador, possibilitando que os municípios recebam recursos neste momento em que os prefeitos estão em dificuldades, deputado Ismael dos Santos. Sabemos dos problemas do alto vale do Itajaí, mas o oeste também sofre com enxurradas, com o mau tempo, e os prefeitos têm muita dificuldade em manter suas rodovias, a infraestrutura, em seus municípios.

Assinamos convênios de toda ordem de infraestrutura na saúde, e isso nos deixa muito grato. Conhecemos o pleito, a necessidade dos prefeitos, e o governo precisa ser parceiro.

Mas o assunto que trago à tribuna desta Casa, nesta tarde, com muita alegria, com muito prazer, é a relação de obras que a Celesc deve fazer até 2015, e aí, sras. deputadas, srs. deputados, assessores de imprensa, estamos muito felizes porque a nossa região foi contemplada.

(Passa a ler.)

"A cidade de Concórdia recebeu este ano um investimento R\$ 2 milhões em melhoria e ampliação das redes na regional de Concórdia. A empresa também investiu mais de R\$ 1,1 milhão em alimentadores na substituição de um transformador na subestação de Seara, que passa a operar com um transformador de 26,6 megawatts, uma necessidade da nossa indústria.

De 2012 a 2015 o relatório da Celesc prevê um investimento de R\$ 12 milhões na área da regional de Concórdia. E para 2012 está programada a construção de uma nova subestação em Concórdia, assim como novas linhas de transmissão com transformadores 128 KV, desde Ponte Serrada, e outra de 69 KV, interligando as duas subestações da Celesc no município de Concórdia.

Outros investimentos já programados para o próximo ano acontecerão nas

subestações de Ipumirim e Arabutã, com implantação de transformadores de maior potência. No total, até 2015 a regional de Concórdia da Celesc receberá investimentos no valor de R\$ 52,6 milhões. Serão R\$ 37,5 milhões em melhorias nas redes de alta tensão e mais R\$ 15 milhões em média e baixa tensão."

Deputado Neodi Saretta, v.exa. que também foi prefeito de Concórdia e conhece a nossa região, as nossas indústrias, entende o que vai significar essa melhoria do atendimento de energia elétrica.

(Continua lendo.)

"Da mesma forma, na regional de Joaçaba, a Celesc vai investir R\$ 31 milhões até 2015, sendo R\$ 14,5 milhões em programas de alta tensão e mais R\$ 16,5 milhões em programas de média e baixa tensão.

Na área da regional de Joaçaba, este ano houve melhorias nas subestações de Treze Tílias, Campos Novos e Catanduvas, e para 2012 estão programadas melhorias em Herval do Oeste e Água Doce, bem como novas melhorias na subestação de Campos Novos."

Estou trazendo esse relatório porque não há desenvolvimento sem que haja infraestrutura, e a energia elétrica é um ponto fundamental para o crescimento, para o desenvolvimento, para a implantação de novas indústrias, para o atendimento de melhor qualidade, energia mais segura, energia com mais uniformidade, dando segurança aos investidores. E quando vemos instalações de novas indústrias, de novos polos industriais, sabemos que esses investimentos acontecem onde a estrutura é melhor, onde há melhores rodovias e onde há energia elétrica de melhor qualidade.

E agora em Santa Catarina também temos a distribuição de gás natural, e as empresas devem procurar esses pontos. Ainda não podemos dizer que temos uma boa estrutura de rodovias para o oeste de Santa Catarina; precisamos melhorar muito as BRs-282, 153, 470, as nossas estradas estaduais, mas acredito que aos poucos vamos ter essa infraestrutura. E espero que possamos disponibilizar também para o desenvolvimento do oeste de Santa Catarina o gás natural.

Ainda não temos a felicidade de ter esse atendimento, e sei que muitos setores industriais se desenvolvem com menos custos, com mais facilidade, com o atendimento através do gás natural.

Eu via, hoje, nos jornais de circulação do estado, o trabalho dos deputados Padre Pedro Baldissera e Dirceu Dresch para que o governo federal possa realmente desencadear essa questão das rodovias, mas sabemos da luta e do trabalho do deputado Moacir Sopelsa, do deputado Neodi Saretta, da deputada Luciane Carminatti, do deputado Reno Caramori, enfim, de todos os deputados do oeste de Santa Catarina, para dotar o nosso estado de mais infraestrutura. E não tenho nenhuma dúvida que vamos dar ao estado de Santa Catarina outra característica de desenvolvimento, deputada Ana Paula Lima, principalmente na região oeste.

Hoje, somos importadores de milho, de farelo de soja e fizemos isso para desenvolver a nossa maior economia do agronegócio, que é a suinocultura e a bovinocultura. Fizemos a compra desses produtos do centro-oeste.

Quanto ao transporte de caminhão, deputado Reno Caramori, e v.exa estava presente na missão das cooperativas, assim como este deputado, pudemos ver o que é o

transporte no Japão, na Coreia, enfim, em países desenvolvidos. O transporte rodoviário não é o primeiro na economia como é aqui no Brasil. Claro que queremos continuar defendendo o transporte rodoviário, ele é necessário, ele sempre vai existir; inclusive quanto a essa questão das rodovias, fico satisfeito, porque vejo todos empenhados na mesma direção para dotarmos, principalmente, o oeste de Santa Catarina com essas condições.

Então, registro esses feitos da Celesc, cumprimento o presidente Antônio Gavazzoni. Tenho a absoluta certeza de que ele está tentando fazer com que a Celesc, de fato, faça grandes investimentos na questão da energia elétrica, na questão da melhoria e da qualidade. A energia elétrica é muito importante numa propriedade, e depois de conhecermos essa tecnologia não podemos voltar às lamparinas. Da mesma forma, a energia elétrica é muito importante também numa grande indústria que emprega dezenas, centenas, milhares de pessoas que ajudam a desenvolver uma região.

Então, a Celesc está no caminho certo. O sr. presidente, tenho certeza, está com intenções de fazer com que a Celesc atenda a todo o estado e olhe, especialmente, para o oeste de Santa Catarina.

Eu ouvi aqui, esses dias, os deputados Antônio Aguiar e Sílvio Dreveck falarem sobre os investimentos da Celesc, e v.exa., deputado Reno Caramori, dos investimentos também da empresa no planalto norte e na sua região. Isso é muito importante, e temos que dar esse voto de agradecimento ao presidente da Celesc, à sua direção, porque é dessa forma que vemos o desenvolvimento acontecer.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. tem toda razão. Nós, há poucos dias, estivemos com o presidente da Celesc, dr. Antônio Gavazzoni, vendo o seu plano de trabalho para os próximos anos. É um plano arrojado, mas é sério. Ele está fazendo um trabalho baseado nas necessidades reais da região, e a grande Concórdia é uma das mais privilegiadas, até porque foi constatado que ela estava entre as prioridades. E o dr. Antônio Gavazzoni, como presidente de uma entidade, conhecedor do assunto, que está bem cercado por sua assessoria, está fazendo um trabalho realmente de primeiro mundo em termos de projeção para um futuro, para que realmente não falte energia elétrica em Santa Catarina.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Era esse o meu pronunciamento, sra. presidente, e quero mais uma vez registrar o meu agradecimento, os meus cumprimentos ao dr. Antônio Gavazzoni, a toda a equipe administrativa e aos seus funcionários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Moacir Sopelsa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sra. presidente, quero apenas registrar a presença, nesta Casa, do vereador Clayton Batschauer, que é também secretário municipal de Itajaí.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Seja muito bem-vindo a esta Casa, vereador Clayton Batschauer.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, quero anunciar, da mesma forma, a presença, nesta Casa, do diretor da Defesa Civil do município de Caçador, Sérgio Bizotto, com o qual participei, pela manhã, de uma reunião com o secretário da Agricultura, para resolver problemas pendentes da última catástrofe de Caçador, principalmente da região dos assentamentos. Nós conseguimos um empréstimo com o secretário, não por doação, mas por contrato de responsabilidade, de um veículo usado, em estado de uso ainda, para que a Defesa Civil de Caçador possa realmente visitar o interior do município, onde ocorreram as catástrofes um ano atrás, atingindo, principalmente, a região de assentados, que está produzindo muito em nosso estado.

Por isso, Sérgio Bizotto, sintase à vontade em nossa terra. Esta capital é promissora, tanto quanto é o município de Caçador.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Obrigada, deputado Reno Caramori.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, deputada Luciane Carminatti, demais deputados, visitantes desta Casa, vereador Clayton Batschauer, secretário municipal de Itajaí, e todos que nos assistem pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero fazer rapidamente aqui uma prestação de contas, que depois vou encaminhar através de relatório a esta Casa, da minha recente viagem a Cuba. Cheguei ontem de lá. E participei naquele país, juntamente com o deputado Joares Ponticelli e outros parlamentares brasileiros, como também com parlamentares da América Central, da América do Sul, da América do Norte, de uma reunião da comissão de Saúde da Copa - Confederação Parlamentar das Américas, na cidade de Havana, em Cuba.

O tema principal dessa reunião de saúde foi a questão da saúde materno-infantil, a tuberculose nas Américas e a situação das pessoas portadoras de deficiência.

É uma oportunidade sempre estar em Cuba, de conhecer de perto - já estive lá em outra oportunidade - o sistema de saúde de Cuba, porque um tema puxa outro, um assunto chama o outro, e de conhecer vários aspectos do sistema de saúde cubano, para podermos compará-lo com os outros países que lá estavam participando, com a situação da saúde dos mesmos.

Não vou aqui entrar em detalhes, não é o momento, mas em outras oportunidades poderemos debater a própria situação cubana, a economia cubana, como ela está evoluindo e caminhando.

Quanto ao aspecto social, ao aspecto humano da saúde, da educação, do esporte, as políticas públicas do governo e do povo cubano continuam caminhando sempre de uma forma muito firme, consolidando-se esse modelo.

O sistema de saúde cubano tem por base justamente o Programa Saúde da Família. Aliás, quando o ministro Jamil Haddad, que é

de linhagem socialista, implantou o Programa Saúde da Família no Brasil, ele se inspirou justamente no programa de saúde cubano, nas policlínicas de família, em que para cada 300 famílias há um médico, uma enfermeira. E a partir daí esse sistema é a grande porta de entrada para todo o sistema de saúde.

É uma pena que no Brasil o Programa Saúde da Família, tão importante, que inclusive passou a se denominar de Estratégia de Saúde da Família porque é um programa estratégico, tenha sofrido muitas modificações e deturpações naquilo que representa a sua essência, que é o modelo cubano. Mas tenho certeza e convicção de que construiremos e aperfeiçoaremos o nosso Sistema Único de Saúde, como também o Programa Estratégia de Saúde da Família, que ficará cada vez melhor.

O sistema de saúde de Cuba, ao debater a saúde materno-infantil, ao debater a situação da tuberculose nas Américas, a situação da tuberculose em Cuba ou das pessoas portadoras de deficiência, mostra a importância do seu sistema único de saúde. O do Brasil também é um sistema único de saúde.

Parte do problema eles resolveram porque não há o sistema privado de saúde. Nós aqui estamos numa ambiguidade entre o sistema público e o privado. Embora a Constituição de 88 tenha sido clara, esse debate deu-se na Constituinte. Qual seria a relação público/privado no Brasil? Chagamos à conclusão de que o sistema privado continuaria existindo. É natural que deveria continuar existindo em nosso país, mas o público é prioritário e o sistema privado complementar.

Hoje, muitos dos problemas do SUS são porque se está invertendo essa lógica. Quando as organizações sociais na saúde estão sendo trazidas para administrar os hospitais públicos do estado estamos invertendo a lógica constitucional de que o público tem que estar à frente e o privado é complementar.

Por isso convidamos todos os deputados para participar, na próxima terça-feira, de uma audiência pública da comissão de Saúde, a fim de debatermos as organizações sociais na saúde, a administração pública dos hospitais e a administração por organizações sociais. Estão todos convidados.

Mas Cuba, por não ter um sistema privado, tem um sistema público que é realmente um sistema único, em que a universalidade e a equidade existem, como existe também outra condição do nosso sistema que estamos engatinhando, que é a integralidade. O que é a integralidade que no nosso SUS também está inscrita? A integralidade é a atenção em termos de prevenção de educação e saúde, de promoção da saúde que existe com tanta e tão importância como o sistema curativo de tratamento e como a reabilitação.

Nós temos um sistema eminentemente centrado na parte curativa, no tratamento, na doença e não na saúde.

Esse enfoque na prevenção, na educação e saúde, na promoção em saúde dá uma força especial para o sistema de saúde cubano. E se hoje eles têm 4.5 de mortalidade infantil, significa dizer que para cada mil crianças nascidas vivas, ao completar cinco anos de idade, a mortalidade será de apenas 4.5. A nossa é três, quatro vezes mais. Em parte isso se deve à integralidade.

Se a tuberculose nas Américas é alta, no Brasil a taxa de tuberculose, para cada 100 mil habitantes, é de 37.4, deputado Ismael dos Santos. Em Cuba é de 4.7, sendo que neste

ano vai registrar 4.5. Isso deve em grande parte a essa integralidade do sistema, de fortes ações continuadas e permanentes, pois temos que tratar as pessoas que estão doentes. Não se pode ignorá-las nunca, jamais, e aperfeiçoar o sistema curativo de tratamento. Tem que se dar a mesma ênfase para o sistema de prevenção, de promoção em saúde, de educação em saúde.

São essas características que estão associadas a uma forte organização da atenção primária, que é a porta de entrada para tudo. E a saúde da família cobre 100% da população. Os hospitais também, na parte curativa.

Há UTI pediátrica em todos os hospitais cubanos. Nenhum cubano fica sem UTI, se necessário for, mas a atenção primária cobre 100% da população. E depois a intersectorialidade, porque saúde se conjuga com educação, com assistência social, com agricultura, enfim, em todas as áreas, e ativa a participação da comunidade.

Se existe um programa nacional de enfrentamento da tuberculose, há a participação ativa da comunidade engajada nos programas de combate à tuberculose.

Por isso temos que nos espelhar, cada vez mais, no sistema cubano, pois o mundo o reconhece. Eu fui visitar em Cuba a escola latino-americana de medicina, que tem mais de dois mil estudantes, que forma médicos para vários países do mundo. Mais de uma centena de brasileiros estuda medicina em Cuba. Há estudantes de medicina dos Estados Unidos em Cuba. Cuba tem escolas de medicina na África. No continente africano há países de pobreza tal que inclusive Cuba tem escolas lá.

Então, essa solidariedade faz parte do internacionalismo do povo cubano. Inclusive uma questão que ficou evidente nos debates que fizemos é de que não é questão simplesmente de se dividir com os outros o que sobra. Nós, como países capitalistas, também ajudamos os outros, mas com aquilo que sobra; ajudamos com as sobras. Um país com dificuldades econômicas impostas pelo bloqueio norte-americano, depois de toda essa situação mundial que se reflete em Cuba, com todas as dificuldades econômicas, ainda divide o que tem. Não o que sobra, mas o que tem. É muito mais solidário dividir o que se tem. Enquanto muitos países do mundo encaminham tropas de homens fardados para a guerra, Cuba envia tropas de homens, mulheres de branco para levar saúde para muitos países do mundo.

Essa é a sua essência, que é muito difícil de compreender. Não dá para entendermos o sistema cubano se comparamos com os outros países, como o nosso, que têm outro modelo, outro estilo, que têm outros valores.

Um país que tem 95% de saneamento básico, é lógico que tem uma das bases primordiais para os níveis de saúde.

Por isso entendemos o discurso de Fidel Castro, no início da década de 50, em sua defesa, em que ele diz: "A história me absolverá". Com certeza a história o absolveu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Volnei Morastoni. Registro a presença, neste plenário, do secretário de estado da Assistência Social e Habitação, deputado Serafim Venzon. É muito bom tê-lo entre nós! Seja bem-vindo!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, apenas quero anunciar aqui, no plenário, a presença da prefeita da nossa querida Água Doce, Nelci Bortolini, com o seu marido, nosso amigo Ademir Bortolini, acompanhado do vereador Geraldo Piaia. Eles enaltecem a sessão com a sua presença, até porque a prefeita administra o município capital das eólicas do Brasil.

Isso é muito importante para a região de Água Doce, pois é muito bonita, além de útil, de ser energia limpa. Há a projeção ainda de instalação de muitas torres naquele município, pela benevolência da natureza com os ventos constantes. Além disso, há o vinho de primeiro mundo, do Villaggio Grando, com uma das cantinas mais modernas do país, acompanhando as da região de São Joaquim e Campos Novos, que são os vinhos de altitude.

Sintam-se à vontade, prefeita e vereador, essa terra aqui é tão boa quanto Água Doce. Por isso tenho certeza de que nesses poucos dias passarão poucas e boas na capital.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam bem-vindos, prefeita Nelci e sua comitiva, a este Parlamento catarinense.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Também gostaria de saudar o município de Água Doce e nos incorporarmos à manifestação do deputado Reno Caramori.

Parabéns, Água Doce!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PTB, esta Presidência suspende a sessão até as 16h, quando passaremos à Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero saudar os nossos vizinhos do Senac, que se fazem presentes neste Parlamento, e dar-lhes boas-vindas.

Era isso, sr. presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Temos vários projetos para deliberarmos hoje, mas vamos inverter a pauta. Vamos deliberar apenas os projetos de origem parlamentar, iniciando pelo Projeto de Lei n. 0272/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos. As demais matérias constantes na pauta serão incluídas na Ordem do Dia de amanhã, quando terão oportunidade todos os deputados de participarem dos debates tanto da comissão realizada de manhã, quanto dos projetos à tarde.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0272/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente,

Social, Educacional e Cultural Aprisco, do município de São José dos Cedros.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0301/2011, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Tigre de Tae Kwon-Do, do município de Caçador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0344/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação do Corpo de Bombeiros Comunitário de Garopaba, com sede no município de Garopaba.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 00377/2011, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública o Instituto Soto Delatorre, de Bombinhas.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0403/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que declara de utilidade pública o Instituto Santé, do município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0410/2011, de autoria do deputado Dado Cherm, que declara de utilidade pública a Associação Maternidade Catarina Kuss, de Mafra.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0415/2011, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Eintracht, de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0429/2011, de autoria do deputado Ismael dos Santos, que declara de utilidade pública o Instituto Nacional de Aprendizagem e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade - INATUH, do município de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0606/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, 0607/2011, de autoria da deputada Angela Albino, 0608/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 0609/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, 0610/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, 0611/2011, de autoria do deputado José Nei Ascarí, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere de plano o Requerimento n. 1.455/2011, de autoria do deputado Manoel Mota.

Moção n. 0122/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao gerente regional da Estação Experimental de Itajaí, cumprimentando-o pela passagem dos 35 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0123/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao Comitê do Itajaí, parabenizando-os pelo aniversário de 15 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0124/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0125/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0126/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Rancho Queimado, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0127/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, a ser enviada ao doutor Alcides Goulart Filho, cumprimentando-o pelo lançamento do livro: "Transportes e Formação Regional: contribuições à história dos transportes no Brasil".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0128/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0129/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Governador Celso Ramos, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0130/2011, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Rancho Queimado, cumprimentando-os pela passagem do aniversário do município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0131/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à Casa da Amizade de Blumenau, parabenizando-a pelos 45 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0165/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações de algum programa de acompanhamento pedagógico especial aos estudantes do 6º ano da educação fundamental.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o próximo pedido de informação é de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, n. 0166/2011. E conversei com ele para que não deliberássemos sobre esse pedido de informação até eu conseguir as informações. Caso eu não consiga, nós deliberaríamos esse pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está retirado de pauta o Pedido de Informação n. 166, com a concordância do deputado Sargento Amauri Soares.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs.

deputados, quem nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, presentes nesta sessão de segunda-feira, porque estamos pensando a sessão de quinta-feira, o deputado Volnei Morastoni se referiu aqui à viagem que fez a Havana, capital de Cuba, e falou sobre a saúde daquele país e os seus indicadores sociais. São importantes, mas evidentemente que não estão desvinculados de um conjunto, de um pressuposto e de uma concepção de um mundo diferente.

É possível oportunizar saúde gratuita e de qualidade a todas as pessoas de uma sociedade. É possível garantir educação gratuita e de qualidade a todos habitantes de uma sociedade. É possível assistência social a todos os habitantes de uma sociedade. E isso evidentemente não é possível, se não estiver vinculado a outros pressupostos que estejam acima do bem-estar social.

A acumulação de riquezas permite que a maioria fique sem acesso aos serviços essenciais, e essa é a realidade da sociedade capitalista.

Então, as conquistas dos indicadores sociais cubanos são e apenas acontecem em virtude de uma determinada concepção de sociedade que está implementada. Não acontece em separada, é resultado de um processo, é resultado de uma concepção de mundo. E, portanto, é fundamental dizermos isso, que Cuba é também um dos países mais pobres da América Latina, da América não-saxônica, assim como é o Haiti e a República Dominicana.

Tem-se o costume de comparar Cuba, ou tentar compará-la, com Miami, com os Estados Unidos ou com o Brasil. E não é correto, é preciso fazer essa comparação pela história de 500 anos daquele país, a comparação mais adequada seria com os países vizinhos, o Caribe, e não com outros países do mundo.

E Cuba está na linha de frente nos indicadores sociais, Educação, Saúde, mortalidade infantil, entre os melhores do mundo. A opção por uma sociedade onde a acumulação de riquezas esteja e seja proibida é a realidade de Cuba e apenas, por isso, é possível garantir esses direitos ao conjunto da população.

Mas quero falar precisamente do último livro de Fernando Morais, que escreveu sobre um assunto relativo a Cuba, com o título: *Os Últimos Soldados da Guerra Fria*.

Tive a oportunidade de ler esse livro, foi o penúltimo que li. E trata dos cinco cubanos que na década de 90 foram, vamos dizer assim, transferidos para os Estados Unidos com a missão muito específica e humanitária de investigar e acompanhar as atividades terroristas de cubanos exilados em Miami principalmente, mas em outras cidades também, com o objetivo de impedir atentados à população cubana e aos turistas que visitavam Cuba.

Nós sabemos e todos sabem que houve vários atentados, que cubanos e estrangeiros (europeus) inclusive morreram em Havana por atentados a bomba em hotéis, aviões, patrocinados por dissidentes cubanos que residiam e que residem em Miami.

Então, cinco cubanos foram para Miami para acompanhar esse processo e informar ao governo cubano sobre atentados e buscar evitar, impedir. E tiveram muito êxito, porque senão os atentados teriam sido maiores, em maior quantidade também. Embora não se tenha evitado todos, muitos que aconteceriam não aconteceram, em virtude desse trabalho que foi feito por esses cinco

cubanos enviados a Miami para mandar essas informações. Especificamente e tecnicamente isso. Inclusive em muitos casos colaboraram com o FBI, com a Polícia Federal norte-americana, no sentido de combater o tráfico internacional de drogas.

Esse grupo agiu dessa forma, inclusive colaborando, apoiando, ajudando a Polícia Federal dos Estados Unidos no combate ao tráfico internacional de drogas. Além de evidentemente tomar a atenção para as questões aos atentados terroristas contra Cuba. E há 12 anos, quase 13, eles foram presos nos Estados Unidos. E quatro deles ainda estão presos - dois receberam prisão perpétua por essa prática. Não houve prática de violência em nenhum caso, nunca. Um deles foi solto agora, mas precisa ficar três anos morando nos Estados Unidos para depois retornar a Cuba. Evidentemente sofrendo tudo isso por um atentado de morte naquele país.

Então, são coisas dessa chamada Guerra Fria que continuam, apesar de ter terminado a Guerra Fria. Por isso, o livro de Fernando Morais falando nos últimos soldados da Guerra Fria, refere-se a esses cinco cubanos. E existe a nossa campanha, no Brasil, também para que sejam soltos e devolvidos ao seu país, à sua pátria, à sua sociedade, à sua família.

Quero registrar a formatura do curso de aperfeiçoamento de sargentos da Polícia Militar, na última sexta-feira, da qual tivemos a oportunidade de participar. Estamos, portanto, com 98 novos sargentos da Polícia Militar e 445 soldados. Esses últimos são jovens que entraram na Polícia Militar.

Evidentemente, é preciso elogiar esses atos, os comandos, a atitude dos comandos, as atitudes das instituições do governo. Registro, no entanto, que teríamos a possibilidade de fazer isso aos milhares, pois são mais de três mil vagas de cabo, terceiro sargento e segundo sargento em aberto na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, por falta de iniciativa administrativa do comando da secretaria do governo de realizar o curso de cabo e o curso de sargento.

Dizem que custa muito. Mas custa R\$ 200,00 no máximo. Nas outras instâncias não tem vaga nenhuma sobrando. E o soldado com 25 anos de serviço tem que ficar esperando sabe-se lá mais quantos anos pelo curso de cabo.

Então, é preciso que se atente com relação a isso, que o governo esteja atento a isso e ache mecanismo para acelerar, pois é preciso apenas de iniciativa do gestor para realizar o curso de cabo e o curso de sargento, ou então que se mude a lei para que sejam promovidos sem o curso, já que tem a vaga.

Tem o policial servidor com antiguidade; então, cria-se a possibilidade legal de ele ser promovido. Atualmente, assim como está, está-se ceceando o direito do servidor. Está-se prejudicando a instituição, porque está faltando sargento, quando ao mesmo tempo o soldado está com 25 anos na mesma graduação.

Do ponto de vista de salário é preciso que se faça justiça. Não passa pela cabeça dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros atravessar mais uma operação veraneio com os salários defasados da forma como estão. É desesperante para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como para a base da Polícia Civil, para os agentes prisionais, imaginar mais uma operação veraneio com os atuais salários.

Vem dezembro, janeiro, fevereiro, março, que são os meses que mais se trabalha

na segurança pública, com salário defasado, com o pior piso do estado de Santa Catarina.

Portanto, há necessidade de se rever isso, além, é claro, de resolver aquela pendência que é a anistia dos praças excluídos em virtude do movimento de 2008. Estamos falando desses. A proposta de reforma proporcional não é uma proposta. É mais um apelo. É mais uma punição.

A proposta que está em voga, que alguém levou para o governador como a solução do problema, não é a solução, e o governador precisa saber disso. A aposentadoria, a reforma proporcional, é outra penalidade tão grave como dois anos de prisão.

O governador Raimundo Colombo pode entrar no *hall* dos algozes, se aceitar essa proposta como razoável, porque ela não é uma proposta, é mais uma punição, uma condenação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e todos que estão nesta Casa, inicialmente farei referência à data de hoje, deputado Sargento Amauri Soares.

No dia 31 de outubro de 1517, Martinho Lutero fazia a famosa Reforma Protestante. Iniciada na Alemanha, quando exatamente no dia 31 de outubro de 1517 as portas do castelo da igreja de Wittenberg, onde as suas 95 teses foram afixadas, protestando contra a situação caótica do clero naquele momento histórico na Alemanha... As suas ideias, os seus conceitos, varreram a Europa naquela ocasião. E nas próximas décadas acabam chegando a todos os continentes as suas ideias na perspectiva cultural, social e religiosa.

Quanto à religião, defendia um conceito da salvação pela fé e não pelas obras de uma renovação e o retorno às escrituras sagradas. Também na perspectiva cultural, eram válidas as suas ideias na área da literatura. Foi ele quem traduziu pela primeira vez para o alemão a Bíblia Sagrada. Depois, em parceria com Gutenberg, publicou as escrituras sagradas, fazendo com que a Bíblia chegasse também ao povo.

Na perspectiva musical, Mozart e tantos outros eruditos da música clássica foram frutos da reforma. Sem falar na perspectiva social, pois a implementação de escolas públicas foi através de Martinho Lutero. Foi quem deu início à proposta de que meninos e meninas poderiam estudar juntos nas escolas públicas da Europa e à perspectiva também do trabalho, a famosa ética protestante.

Da reforma protestante surgiram muitas outras denominações, em especial os evangélicos. Por tudo isso que a reforma representou há 494 anos, nós estamos fazendo o registro dessa importante data no calendário mundial.

Sr. presidente, srs. deputados, mais uma vez ocupo esta tribuna para chamar atenção do governo federal e do governo estadual para a BR-470.

O jornal *Diário Catarinense* de hoje traz estampada mais uma manchete sobre as mortes na BR-470, deputado Aldo Schneider. Foi registrada mais uma morte no Alto Vale, neste final de semana. São 125 mortes só no ano de 2011. Não é possível continuarmos presos nessa burocracia.

Esperamos que de fato a presidente Dilma Rousseff cumpra o seu compromisso com o vale do Itajaí e com Santa Catarina, porque a BR-470, que liga o oeste catarinense ao litoral, por onde passam cerca de quatro mil containers por dia, pois 40% da economia catarinense é escoada pela BR-470, é uma questão moral, é uma questão econômica. É preciso, deputado Aldo Schneider, duplicar a pressão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Com referência à sua colocação, ela é pertinente.

Nós, que usamos essa rodovia como o nosso caminho para casa, realmente ficamos a cada dia que passa um tanto mais preocupados. Quem será a próxima vítima? E digo isso, porque quando viemos de madrugada pegamos trânsito, quando voltamos à tarde ou à noite também.

Hoje, pela manhã, para se ter uma ideia, levei duas horas e meia de Ibirama a Balneário Camboriú. Saí de casa às 5h30 da manhã. Imaginem, nesse horário da manhã já não se anda na BR-470. E aí, obviamente, solidarizo-me a v.exa. no sentido de solicitar por parte do governo federal, principalmente do DNIT, que tem a responsabilidade de licitar essa obra, que faça-a o quanto antes no sentido de salvar os catarinenses da morte. Nós não temos mais o que falar dessa rodovia.

Então, quero me solidarizar com v.exa. e dizer que vivemos isso na pele quase que diariamente. Realmente temos que clamar juntos e unirmo-nos para sensibilizar a presidente da República para que realmente ela determine de cima para baixo que as coisas comecem a acontecer.

Obrigado pelo espaço.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Aldo Schneider, acrescento ao nosso discurso a sua intervenção sobre a BR-470. E lembrando que todas as licenças ambientais já foram liberadas. Resta agora, somente, a boa vontade, a vontade política da presidente Dilma Rousseff para que de fato essa BR que liga o oeste ao litoral catarinense possa ser duplicada. Temos o plano, o projeto pronto dos 74 primeiros quilômetros, que vão ligar Navegantes a Indaial.

Esperamos, deputado Maurício Eskudlark, que também utiliza intensamente a BR-470, que em julho de 2012, conforme prometido, as máquinas possam roncar na BR-470 para a duplicação dessa rodovia. Isso vai trazer não apenas a segurança para os usuários, evitando esse calamitoso número de mortes - já em 2011 tivemos 125 óbitos -, mas também possibilitará que empresas que estão no vale do Itajaí ali permaneçam e que possamos atrair novas empresas com a duplicação da BR-470.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar todos e fazer uma breve manifestação, hoje, sobre uma solicitação que nos chegou com relação à nomeação imediata de 420 policiais civis do concurso de 2010, sendo que desses 420 policiais civis 350 são agentes policiais, 29 psicólogos e 41 delegados.

As informações que nos chegam são de que inclusive o grupo gestor havia anunciado para o chamamento do concurso de 2010. Os delegados são do concurso de 2008 ainda. O chamamento do concurso é para os próximos dias, com data anunciada ainda no dia 26 de outubro.

Portanto, queremos fazer uma manifestação, reiterando a importância que tem a nomeação imediata desses policiais e a publicação em Diário Oficial, uma vez que hoje não somente as delegacias da Polícia Civil no estado carecem de mais profissionais para fazer um trabalho decente de segurança e investigação à população, como também há necessidade de estruturação de novas delegacias, inclusive de delegacia de proteção à mulher, contra a violência doméstica.

Então, queremos fazer essa manifestação pedindo empenho do governo e agilidade com relação à publicação no Diário Oficial, para que esses profissionais possam somar-se ao efetivo de 3.288 policiais em Santa Catarina.

Da mesma forma, quero solicitar ao governo que também reconsidere e revogue o decreto que impedia a promoção funcional do Magistério, uma vez que o Decreto n. 3.593, de 25 de outubro do ano passado, foi publicado e impede que os trabalhadores que tenham participado de movimentos reivindicatórios possam ter acesso à progressão funcional na carreira. Durante a greve do Magistério deste ano o governo do estado apresentou, como uma de suas propostas, a revogação imediata do referido decreto.

Pois bem, isso foi ainda quando a greve encerrou, no dia 13 de julho, e hoje já é dia 31 de outubro e esse decreto ainda não foi revogado, impedindo inclusive a progressão dos trabalhadores. O governo do estado também apresentou anistia das faltas durante as greves e as paralisações ocorridas entre 2007 e 2010. Foram 100 dias parados, e até o momento não tivemos a revogação das faltas.

Portanto, queremos informar também ao governo que hoje, na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade pelos deputados presentes nesta Casa uma indicação, no sentido de que o governo revogue esse decreto, porque os professores estão aguardando com muita expectativa os desdobramentos da mesa de negociações. É importante dizer que as negociações no grupo de trabalho encerram em dezembro, e até o presente momento ainda não tivemos nenhum avanço nas negociações.

Então, quero fazer essa manifestação aqui, deputados Manoel Mota e Antônio Aguiar, sobre a importância de o governo começar a atender as reivindicações que inclusive foram acordadas na mesa de negociação.

Da mesma forma, quero ainda fazer uma manifestação com relação a algo que nos está preocupando muito também, que são as turmas de 1ª e 2ª séries do ano que vem na rede estadual de ensino. Todos estão sabendo que o governo do estado está provocando os prefeitos a aderirem ao processo de municipalização do ensino fundamental. Pois bem, esse debate está acontecendo em cada região, em cada município. E a comissão de Educação desta Casa está realizando audiências públicas com o objetivo de chamar a sociedade para discutir o assunto.

Nós recebemos a informação de que na contramão desse debate o governo está orientando, através da secretaria de estado da Educação, as gerências regionais para que no ano que vem não se abra mais matrículas para as 1ª e 2ª séries na rede estadual.

Se isso se confirmar, quero dizer de público que vai haver guerra em Santa Catarina

na rede estadual. Por quê? Porque é uma incoerência. Eu diria que é um golpe para com a educação em Santa Catarina o governo provocar o debate, dizer que os prefeitos podem aderir à municipalização e na contramão desse processo orientar para que as escolas estaduais não abram matrículas.

Sinceramente, sr. presidente, não acredito que o governo trataria os pais, os alunos e os professores dessa forma. Inclusive, hoje à tarde, fiz contato com o presidente da Undime, professor Rodolfo Pinto da Luz, também secretário da Educação em Florianópolis, e ele manifestou sua preocupação dizendo que não acredita que o governo tome tal atitude.

Se o governo do estado tomar a atitude de não abrir novas matrículas para as 1ª e 2ª séries da rede estadual, no ano que vem, então o governo tem que rasgar o Decreto n. 502, que orienta as prefeituras a aderirem democraticamente à municipalização, porque não abrir essas novas turmas significa, queiram os prefeitos ou não, que o governo já decidiu pela municipalização e que ela será feita arbitrariamente.

Então, quero deixar esse alerta. Nós não vamos ficar assistindo a isso e não vamos aceitar que as crianças das 1ª e 2ª séries da rede estadual fiquem sem atendimento nas escolas da rede estadual.

Feito o registro, quero agradecer pelo Dia D, Dia de Carlos Drummond de Andrade, um grande poeta brasileiro. Temos que lembrá-lo sempre.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, deputada Luciane Carminatti, que neste momento representa as mulheres no plenário. Quero também cumprimentar todos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Estou muito feliz, nesta segunda-feira, na sessão de hoje. Estive participando neste final de semana de uma festividade em comemoração aos 80 anos da colonização de Saudades, quando os primeiros agricultores entraram no município, e aos 50 anos de emancipação política.

Ocorreu, ontem, uma grande festa na Linha Fátima, em Saudades, deputado Antônio Aguiar, deputada Luciane Carminatti, homenageando, primeiro, os fundadores da comunidade. Foi uma das primeiras comunidades do município de Saudades, a Linha Fátima. Há pessoas extremamente idosas, com muita dificuldade de locomoção, que há tantos anos residem naquela comunidade, naquele município.

E no outro sábado, dia 22, ocorreu uma grande festa, a Festa dos Suínos, com um jantar muito grande, com show de Milionário e José Rico, para justamente também homenagear as pessoas que construíram a história desse belo município e a história desses municípios pequenos.

Pinhalzinho, neste ano, celebra também os seus 50 anos de emancipação, bem como outros municípios da região. Domingo vamos ter uma grande festa também no município de São Carlos, em comemoração a história da igreja católica no município, a história dos colonizadores, enfim.

Como eu dizia ontem no evento, o povo que não relembra, não valoriza, não celebra a sua história, é um povo que tem dificuldade de olhar para o seu futuro, porque tudo o que trazemos são os valores, os princípios, a cultura. A nossa história tem que ser valorizada, porque alguém um dia se preocupou com a educação dos filhos, com a religiosidade, com toda essa preservação da cultura, das famílias, das comunidades, dos municípios.

É importante celebrar os 80 anos de colonização, quando pessoas entraram mata adentro e vieram do Rio Grande do Sul principalmente para o nosso município. Os colonizadores alemães vieram por dentro das matas, passando todas as dificuldades possíveis, mas não desistiram. Vinham principalmente da região de Venâncio Aires, da região de Santa Cruz, no Rio Grande do Sul.

Lutaram, trabalharam e na época, da agricultura, tiravam a produção de alimentos para a sua família e vendiam algum excedente para ter recursos para tocar as propriedades, as famílias e o município.

Hoje vivemos outro momento em que essas pessoas lutaram, trabalharam e construíram essa bonita história e também as suas famílias. Quase todas são famílias grandes, com bastantes filhos, para poder ocupar as terras, produzir, desenvolver-se e construir os municípios.

Então, é muito bonito quando os municípios valorizam a sua história e realizam essas festas para relembra-la sua cultura. E na semana passada tivemos aqui a apresentação, por parte de toda equipe da prefeitura e dos vereadores, e o anúncio dessa grande festa, a

Efacip, que irá iniciar no dia 11 de novembro, no município de Pinhalzinho

Esses são municípios extraordinários. E agora, com as novas políticas da presidente Dilma Rousseff, com a valorização dos salários, com a valorização de ganho real dos nossos trabalhadores brasileiros, os pequenos municípios que produzem alimentos, que produzem móveis, que têm pequenas indústrias, como a do leite e a da carne, conseguem se desenvolver numa situação bem melhor. Quando se visita os pequenos municípios, é marcante a diferença, nos últimos sete ou oito anos, da condição de vida do nosso povo no interior do estado e do Brasil.

Hoje, há transferência de renda para os pequenos e médios municípios, e lá a vida das pessoas está mudando para melhor. O nosso povo do interior está com uma condição de vida diferente, e é isso que importa. Nós temos que construir uma estratégia de desenvolvimento para o nosso país, para o nosso estado e para o nosso município voltada de fato ao ser humano, com a perspectiva de desenvolvimento, como dizia o meu companheiro de bancada, deputado Volnei Morastoni, a exemplo de Cuba.

Essas são, justamente, as diferenças num país onde são construídas políticas voltadas ao desenvolvimento do ser humano, da sua condição de vida, dando dignidade e respeito a essas pessoas. E não um projeto voltado ao capital, ao acúmulo, à concentração de renda, em que alguns exploram e outros tiram o sangue e o suor das pessoas.

Então, essa é a grande diferença que nós também começamos a viver no Brasil, um país onde mais de 20 milhões de brasileiros

foram tirados da miséria e trazidos para dentro de uma perspectiva de vida diferente, com renda, emprego e trabalho. É isso que precisamos continuar fazendo, e o Brasil ainda tem 17 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza.

Por isso, temos que continuar com essa grande luta. Eu tenho dedicado grande parte do meu mandato a essa perspectiva de melhorar a vida do nosso povo para que possa ter direito à educação, à universidade pública e gratuita, à escola técnica federal e estadual, à agricultura familiar, sendo tratado com respeito pelo trabalho e pela produção de alimentos no nosso país.

Portanto, esse é o desafio que temos pela frente! E poder comemorar os 80 anos de entrada, no nosso município, e em outros municípios, dos primeiros agricultores é para mim uma alegria, pelo que eles fizeram para o nosso estado e para o nosso município.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra o aniversário do funcionário José Alberto Braunsperger.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Congratula-se com o funcionário Beto; reporta-se à reunião da comissão de Segurança Pública; posiciona-se a respeito da viagem do governador ao Japão.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Destaca a falta de ação da prefeitura de Rio do Sul na recuperação dos estragos das cheias; manifesta-se a respeito de ameaças que tem recebido.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à reunião na CCJ com os secretários Dalmo de Oliveira e Minton Martini; defende a viagem do governador ao Japão.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Registra que o depoimento dos secretários foram esclarecedores.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece considerações a respeito do ingresso dos jovens no mercado de trabalho.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Contesta manifestação da deputada Ana Paula Lima com relação à viagem do governador ao Japão.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda aspectos da reunião da comissão de Trabalho para ouvir os secretários da Administração e da Saúde.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Parabeniza a Epagri de Itajaí pelos 35 anos de fundação.

DEPUTADO JEAN KULHMANN - Manifesta-se a respeito do PSD; defende a viagem do governador ao Japão.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Responde à deputada Ana Paula Lima sobre a viagem do governador para o Japão; reporta-se à participação dos secretários da Saúde e da Administração em reunião na Alesc.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Aldo Schneider.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se à audiência pública na cidade de Itá.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à viagem do governador ao Japão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, em substituição ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, líder do governo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero somente registrar o

aniversário do funcionário José Alberto Braunsperger, o Beto, que nos ajuda, que nos auxilia na mesa, e parabenizá-lo desejando-lhe muitos anos de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - São 69 anos recém completados.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Está fazendo 69 anos?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - É, está próximo à compulsória.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Desejo um feliz aniversário ao Beto e que esta data se repita por muitos e muitos anos. Obrigado pelo apoio que nos tem dado em todas as sessões nesta Casa e no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Agora, sim, com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, também quero congratular-me com o funcionário desta Casa, o Beto, pela sua competência, pelo seu atendimento a todos os parlamentares, independentemente partido, que hoje está completando anos de vida.

Fica aqui o nosso registro de felicidade hoje e sempre.

Também quero cumprimentar todas as pessoas que estão presentes neste Parlamento. Da mesma forma, quero cumprimentar o público que nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital, as pessoas que nos acompanham neste Parlamento catarinense e nas galerias desta Casa.

Srs. deputados, quero informar que até as 13h30 estivemos participando da comissão de Segurança Pública, ocasião em que dois secretários de estado vieram prestar esclarecimentos. O secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, e o secretário de estado da Administração, sr. Milton Martini.

Confesso, srs. parlamentares e público catarinense, que essa convocatória dos secretários é para esclarecer a questão do pregão eletrônico e também a contratação de uma empresa que irá gerenciar o plano de saúde dos servidores.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. que estava presidindo aquela comissão, quero informar que a reunião gerou muitas dúvidas; são muitos esclarecimentos que precisam ser dados não somente para este Parlamento como para o público catarinense. Entendo que esse é um tema a que teremos que nos ater com mais ênfase, porque o tempo hoje foi curto para esclarecer ao público catarinense a tamanha gravidade desse problema, porque são investimentos públicos. Enfim, ainda não ficou bem claro o que vem acontecendo.

Assomei à tribuna, nesta tarde, srs. deputados, para falar a respeito da viagem do governador ao Japão.

Santa Catarina, público catarinense, o vale do Itajaí vem sofrendo, constantemente, com as tragédias das enchentes, com os deslizamentos, e a raiz desse sofrimento, na grande maioria, foi, como havia afirmado ontem, a forma desordenada como se ocupou as encostas e as margens, principalmente do rio Itajaí-Açu. Falando nisso, a imprensa do nosso estado repercute, hoje, a avaliação do nosso governador Raimundo Colombo sobre a recente visita de autoridades catarinenses aos países asiáticos.

Durante uma semana essa comitiva composta por uma dezena de pessoas, inclusive dois parlamentares da nossa Casa, que já é de praxe parlamentares desta Casa fazerem a viagem com o governador, teria que ser um de Oposição e outro de Situação,

estiveram na Coreia do Sul, no Japão, representando o estado de Santa Catarina, uma viagem que gerou muita expectativa. E falo isso porque sou da região do vale do Itajaí.

Lembro-me bem que foi veiculado na mídia que a viagem tinha por objetivo principal o contato com uma agência de cooperação internacional do Japão, para o projeto Jica, que conheço desde pequeninha, porque em 1985 os japoneses já vinham para essa região, no vale do Itajaí, apresentar esse projeto. Inclusive, alguns técnicos tinham divergência sobre ele.

O projeto Jica refere-se às estruturas de contenção de cheias, de encostas e o sistema de monitoramento de alerta e alarme japonês diante de desastres naturais.

Outro objetivo dessa viagem seria obter financiamento para esse projeto, no Japão, para a sua implementação na região do vale do Itajaí, que vem sofrendo há muitos anos com as catástrofes naturais, como aconteceu recentemente, quando diversos municípios em nosso estado decretaram estado de emergência e de calamidade pública.

Porém, senhoras e senhores, entendo que o esforço e o investimento em torno dessa viagem precisam ser melhores esclarecidos para a opinião pública, deputado Ismael dos Santos, porque a todo momento, quando retorno à minha residência, encontro pessoas que perguntam quando é que vai começar o projeto Jica e se realmente os japoneses iriam fazer o financiamento para começar a executar o referido projeto.

Temos que reconhecer que na semana que passou o nosso governador esteve no Japão, numa viagem que infelizmente se frustrou, buscar recursos do Jica para intervir na grave situação que vive o vale do Itajaí. Seria essa era a primeira questão a ser resolvida.

Os japoneses, e fica aqui a pergunta, não garantiram os recursos para viabilizar esse projeto? Isso é muito estranho, eles disseram não para o governador ou ficaram de dar uma resposta mais tarde? Porque há 30 dias estiveram aqui, nesta Casa, estiveram no governo do estado, na cidade de Itajaí, estiveram na cidade de Blumenau, no comitê da bacia, na Câmara de Vereadores e em vários locais apresentando o referido projeto. E isso mais uma vez animou a população de que agora começaria o projeto Jica na região do vale Itajaí e no alto vale.

Agora, somos comunicados, depois que o governador chega do Japão, que os japoneses terão dificuldade de liberar recursos, porque o Brasil já não é mais um país subdesenvolvido. Então, a pergunta é, srs. parlamentares: será que precisou ir ao Japão para saber se o Brasil faz parte do G20? Será que é necessário atravessar o mundo para saber isso?

Foi isso que os japoneses falaram, deputado Elizeu Mattos. Não fui eu. Vocês já sabiam. Os japoneses falaram para o governador que agora vão atuar em outros países menos desenvolvidos. E aí quero fazer uma defesa ao governador, deputado Elizeu Mattos, já que ele teve que atravessar o oceano, viajar muitas horas de avião, enfim, fazer uma viagem cansativa.

Então, onde estava a assessoria do governador, que não fez os contatos com o Japão e que acabou colocando o nosso governador numa saída justa? Ora, ir até o Japão para saber que o Brasil faz parte do G20? Os japoneses tiveram que dizer isso? Não é possível tanto amadorismo, senhores.

Refiro-me a essa situação para alertar da gravidade da situação de sentimento

de insegurança vivida por milhares de catarinenses que residem no alto vale do Itajaí até a foz do rio Itajaí-Açu.

Não podemos aceitar que vendedores de ilusões que sistematicamente aparecem com soluções mágicas que nunca se realizaram...

Quanto ao Jica, já conhecemos desde 1985. Quem mora em Blumenau sabe que depois das enchentes de 1983 e 1984 os japoneses já vinham a essas terras apresentar esse projeto para nós. Há mais de 30 anos esperamos recursos do Jica, mas eles nunca vêm. E as obras também nunca vêm. Não consigo acreditar que um estado como o nosso, com um dos maiores PIB, como foi falado ontem aqui, um estado como o nosso, com o maior PIB do Brasil, não consiga investir um centavo sequer em obras necessárias para proteger a nossa gente que vive sofrendo constantemente.

Estamos sempre com o pires na mão. Mas precisamos sair dessa letargia, arregaçar as mangas e fazer o que é necessário para proteger a nossa gente. Chegou a hora, srs. parlamentares, de acreditarmos no Brasil.

O governador não sabia que o Brasil agora faz parte do G20. Mas ele tem que acreditar que aqui no Brasil temos bons técnicos, temos pessoas comprometidas com essa área, que podem resolver o problema. Ele tem que acreditar que não precisamos dos japoneses; precisamos, sim, de gente séria que faça o serviço para que a nossa população não sofra mais.

Srs. parlamentares, essa viagem do governador teve seus pontos positivos, como empresas que vêm para cá e a venda da carne suína que esperamos o mais rápido possível fornecermos aos japoneses. Mas por que o secretário da Segurança Pública foi para o Japão, deputado Elizeu Mattos, e mais o comandante da Polícia Civil e o staff da Segurança Pública? Será que foram fazer a proteção do governador e de toda comitiva?

Precisamos, isto sim, de medidas urgentes na nossa região para resolvermos os problemas das cheias.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Fiquei de plantão para ver se conseguia um aparte. Mas depois vou responder à deputada as indagações tanto da visita dos secretários que estiveram aqui, da Saúde e da Administração, como também em relação aos deputados que acompanharam e fizeram a prestação de contas da viagem, o deputado Kennedy Nunes e o deputado Jean Kuhlmann.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o nosso presidente em exercício, deputado Moacir Sopelsa, os nobres colegas deputados e deixar claro que acompanhamos atentamente a questão do Projeto Jica, temendo que afete muito toda a região do vale. Nessa enchente afetou principalmente a região do alto vale, e as cidades mais afetadas foram Rio do Sul e Rio do Oeste.

No entanto, deputada Ana Paula Lima, com todos os recursos que vieram do governo federal para os municípios, em Rio do Sul foram criados montes de entulhos que

saíram das casas. Um num terreno que fica à beira da BR-470, que pertence à Cravil, pessoalmente solicitei à cooperativa que liberasse aquele terreno, porque num momento emergencial tínhamos que criar logística, estratégia de retirada dos entulhos. Depois, na região do bairro Buda, tem mais uma área com lixo. E na região do Rui Barbosa também temos mais uma localidade com entulhos.

Hoje, pela manhã, um empresário, o Celso, de uma empresa de cal, que está exatamente no trevo da BR-470, Rio do Sul, pegou um carrinho com um monte de entulhos e foi para a frente da prefeitura.

Deputado Aldo Schneider, estou fazendo essa colocação, porque os recursos para a retirada de todos os entulhos do alto vale e de Rio do Sul vieram; no entanto, v.exa. que anda por lá pode verificar que aqueles entulhos já poderiam ter sido retirados.

Se os recursos vieram para o trabalho ser procedido, por que até agora não se retirou? E isso fez com que um dos empresários de Rio do Sul tomasse essa posição de pegar pessoalmente os entulhos e ir à frente da prefeitura descarregar o lixo.

O prefeito de Rio do Sul foi ao Japão, para acompanhar os estudos do Projeto Jica. Enquanto isso, o lixo ficou entulhado na cidade. O dinheiro veio, está na conta da prefeitura, a menos que se vá gastar em outro lugar... E não me venham dizer que o dinheiro não chegou. Veio, sim, o primeiro volume de R\$ 1,5 milhão e depois mais R\$ 3 milhões para limpeza e manutenção; então, o prefeito que é tão rápido não disse o que está havendo. Essa é uma das questões que temos que colocar.

Outra questão, por exemplo, é com relação à ponte do Cantagalo. E saiu hoje no blog minhoca na cabeça do Aldo Nestor Siebert uma matéria que todas as pontes que fiz em Rio do Sul, enquanto prefeito, e que não tiveram manutenção neste período da atual gestão, eram chamadas de pinguelas, que estavam todas condenadas e que teriam que ser demolidas. E hoje no site é destacada a importância dessa ponte onde passava mais de três mil veículos por dia. No entanto, todas as demais pontes pensem que foram construídas pelo atual governo caíram. Três pontes caíram, uma está condenada, três estão localizadas no mesmo rio, e a ponte que construímos também estava condenada, bateu containers, desceu carro naquele rio, deputado Aldo Schneider...

A chamada ponte do Canta Galo foi parar até no *Fantástico* da rede Globo em duas ocasiões, mas está lá de pé, para ser recuperada. Dizem que não vão liberar para veículos. Eles têm que fazer um laudo decente para ver se a ponte pode ser liberada ou não.

A ponte está sendo liberada para pedestres e motos; agora, se não colocarem pessoas para trabalhar e recuperar a ponte, e o dinheiro veio, foi depositado na conta da prefeitura de Rio do Sul, logicamente que não vão recuperar essa ponte. E estou fazendo essas colocações porque é uma ansiedade do povo de Rio do Sul e do alto vale.

Ao mesmo tempo quero me reportar agora, nobres deputados, diretamente a quem na semana passada, através de telefonemas, fez uma ameaça direta para o meu gabinete, à minha família, tendo em vista as ações que estamos tomando e que temos tomado na lógica da ética pública, na lógica da transparência, a exemplo da lei de transparência que colocamos nesta Casa, aprovada, que o governador vetou e da qual esta Casa derrubou o veto.

Na quinta-feira passada, de forma covarde, ligaram para o meu gabinete fazendo

ameaças direto à minha família. Estou no terceiro boletim de ocorrência registrado.

Quero dizer que se acha que isso mudará o meu comportamento, os meus princípios de trabalho, quem fez a ligação, está enganado. Verificará que não haverá mudança na conduta de comportamento nem no debate, seja referente às ações desta Casa, que é o nosso papel, como também nos demais órgãos, a exemplo do Ministério Público do Tribunal de Contas do Estado, que ainda estou aguardando a cópia das folhas de pagamento desde o ano 2000, como solicitamos.

Se nesta Casa estamos revendo um histórico de 30 anos, estabelecendo uma comissão da verdade, efetivamente, logicamente que vamos ficar aguardando, através do pedido de informação que fizemos ao Ciasc e ao não Ministério Público do Tribunal de Contas do estado, mas ao mistério Público do Tribunal de Contas do estado, pelos pagamentos efetivados, porque não tem cristão que justifique que um servidor receba num mês R\$ 78 mil de salário dizendo que tinha um monte de coisas para receber no passado.

Ao mesmo tempo vamos continuar questionando esse ministério defendendo que não tem a menor lógica jurídica para que ele tenha autonomia, como tem hoje, no Tribunal de Contas do Estado, sobrepondo-se, com direito, sobre o próprio Tribunal de Contas do Estado.

Estamos apresentando projeto de lei nesta Casa para que aquele ministério seja incorporado efetivamente a uma das secretarias de estado, seja na Fazenda, seja na Administração, porque não tem cabimento se o estado paga, deputado Antônio Aguiar, eles terem autonomia de gestão, inclusive com os recursos na forma de pagamento.

Essa heresia administrativa existe em apenas três estados, aqui, no Pará e em Alagoas. E já tem parecer do Supremo para que isso se corrija.

Também quero deixar muito claro que todas as condutas por mim adotadas até o presente momento foram sempre reconhecendo o trabalho daqueles que aqui nesta Casa executam decentemente. Nós temos servidores valorosos, mas por causa de um conjunto minoritário tantos muitas vezes entram na vala comum, assim como também se faz em relação à classe política.

Então, podem ligar quantas vezes quiserem para o meu gabinete, para mim, à vontade, sem o menor problema, pois a nossa postura continuará sendo, sempre, com o intuito da consolidação de processos morais, éticos, que levem à população, à opinião pública, a consistência da credibilidade deste Poder, porque nesta Casa há 40 deputados que trabalham, honram os seus votos e a sua ação por representar o povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, nesta tribuna hoje quero me reportar à grande reunião que tivemos na comissão de Justiça, com a presença do secretário Dalmo e com o secretário Martini.

A comissão de Serviço Público convocou através do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, os dois secretários para prestarem os devidos esclarecimentos pedidos com relação à licitação feita na área da Saúde, pela secretaria da Administração. Foi público e

notório que o dr. Dalmo de Oliveira nada tinha a relatar, porque os fatos lá conversados não pertenciam à pasta da secretaria da Saúde. Portanto, que a imprensa, que colocou o dr. Dalmo sob suspeição, por favor faça uma manchete colocando que os fatos não têm nada a ver com o dr. Dalmo. Que a imprensa, que colocou o secretário Milton Martini sob suspeição, destine o mesmo espaço para divulgar que não existe suspeita na secretaria da Administração.

Essa é a verdade. Ficou claro e transparente na reunião que as licitações feitas pela secretaria da Administração tinham consistência e estavam dentro das normas das licitações.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado, quero saudá-lo. Gostaria de corroborar todas as suas colocações com referência à presença física, nesta manhã, na comissão de Serviço Público, do secretário de estado da Saúde, dr. Dalmo de Oliveira, e também do secretário de estado da Administração, dr. Milton Martini. Com referência a isso, quero deixar registrado nos anais desta Casa a lisura e a forma de prontidão com que os dois secretários atenderam ao convite desta Casa para que durante um período de duas horas pudessem esclarecer todas as dúvidas que porventura houvesse com referência a essas colocações.

Eu quero aqui me solidarizar com as colocações feitas, parabenizando a postura dos dois secretários, tanto o da Saúde quanto o da Administração. E quero dizer que, durante esse período de duas horas e meia, com certeza, esse assunto foi exaustivamente esclarecido para este Parlamento, à sociedade e à imprensa. E quero que v.exa. acrescente ao seu pronunciamento essa minha manifestação.

Obrigado pelo aparte, deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Agradeço a sua intervenção. Tenho certeza de que essa reunião foi importante porque a sociedade viu a clareza, a maneira com que o secretário Martini fez os esclarecimentos para esta Casa e para a imprensa.

Gostaríamos de ser solidários tanto ao secretário Dalmo de Oliveira como ao secretário Martini, que fizeram a sua parte, mostrando a transparência para a nossa população. Mas eu gostaria de me reportar ao assunto que a deputada Ana Paula Lima falou, ou seja, à viagem do governador ao Japão.

Nós temos certeza de que quem faz uma viagem dessas ao Japão e fica dois dias e meio sentado no avião, não o faz por prazer, mas para buscar recursos para o estado. Ele não foi visitar os japoneses, foi em busca de recursos, do dinheiro do Japão. Temos certeza de que o Japão enfrentou dificuldades com o Tsunami que lá ocorreu, e os japoneses também têm que reconstruir o seu país, mas a viagem do governador, com os dois deputados estaduais e sua comitiva, fez-se necessária, sim.

Já pensou se eu fosse questionar as viagens da presidente Dilma Rousseff, deputada Ana Paula Lima? Já pensou se eu começasse a falar dos assessores que ela leva nas viagens? Não vamos fazer politicagem, vamos deixar a coisa transparente. Deixe o nosso governador trabalhar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Ismael dos Santos.

Queremos registrar a presença, nesta Casa, dos estudantes do Colégio Sagrada Família, de Blumenau, com o responsável Eduardo Karsten.

Sejam bem-vindos a esta Casa.
Parabéns!

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas.

Cumprimento o Eduardo Karsten, todas as crianças, estudantes, que vêm visitar esta Casa, nesta tarde. Sejam bem-vindos, nossos conterrâneos de Blumenau.

Ressalto o belíssimo trabalho feito pela comunidade do Colégio Sagrada Família, centenário na cidade de Blumenau, que orgulha a todos no vale do Itajaí. Agradeço a presença aqui, nesta tarde de hoje.

Quero exatamente falar sobre jovens, deputado Kennedy Nunes.

Tenho acompanhado a discussão, no Congresso Nacional, da PEC, de iniciativa inclusive de deputados catarinenses, que fala do ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Na verdade, essa proposta de emenda constitucional busca reduzir de 16 para 14 anos, com a devida autorização dos pais, a idade do ingresso do jovem no mercado de trabalho.

É claro que analisar o ingresso no mercado de trabalho de jovens implica em investigar a questão da estrutura etária dessa transição, os fatores econômicos que influenciam, os recursos familiares. Enfim, existem várias e diferentes questões.

Tenho lido a esse respeito e buscado entender o assunto, desde que fui secretário municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente na cidade de Blumenau, há cerca de uma década. E nós, naquela época, já fazíamos um trabalho interessante com adolescentes. Eram uns 250 adolescentes que estavam estudando naturalmente, mas que dedicavam parte do seu tempo diário, até quatro horas, para uma atividade. Isso era possível graças à parceria com empresas conveniadas com a secretaria municipal de Assistência Social, da Criança e do Adolescente de Blumenau. Foi um programa de muito sucesso naquela ocasião.

Entendemos que a primeira ocupação de um jovem é fundamental para o seu futuro, para a sua biografia, pois vai possibilitar não só a independência financeira como também proporcionar uma transição segura para a vida adulta.

No Brasil, hoje, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios, há um alargamento desse grupo, dessa faixa etária, de 14 a 24 anos, e fica aí o grande desafio da questão profissional.

Tenho certeza de que os deputados tiveram experiências muito precoces na questão do mundo do trabalho. Eu mesmo, deputado Elizeu Mattos, aos 14 anos, comecei a trabalhar num escritório de contabilidade, em Lages. Lembro-me muito bem daquela ocasião, quando comecei a caminhar na área administrativa. E nem por isso houve algum demérito, inclusive na busca da formação acadêmica.

Entendemos que essa proposta de emenda constitucional, dividindo o tempo entre escola e trabalho para jovens e reduzindo a faixa etária de 16 para 14 anos, vem num bom momento para o debate em nível de Brasil. Acho que esta Casa precisa fazer parte desse debate, mesmo porque - e quero frisar isso de maneira muito tranquila - temos acompanhado de forma muito intensa a questão das drogas

em Santa Catarina. E entendo que o adiamento na entrada na vida produtiva sinaliza, também, um convite para o envolvimento com o mundo das drogas.

Essa é a minha convicção e expresso-a aqui, nesta tarde. Entendo que jovens com 14 anos, 15 anos, até 16 anos, não devem estar impedidos por uma questão legal de acessar ao mercado de trabalho. E volto a frisar a necessidade da autorização dos pais e do equilíbrio da carga horária da escola. Eu não vejo nenhuma dificuldade, mesmo porque o Estatuto da Criança e do Adolescente já traz como prerrogativa que os adolescentes, após os 16 anos, podem de fato contribuir no mercado de trabalho, desde que tenham essa perspectiva escolar.

Portanto entendo que pode, sim, ser reduzida de 16 anos para os 14 anos a idade do ingresso dos nossos jovens no mercado de trabalho, até como uma forma de distanciá-los do mundo das drogas. É claro que não é a única razão, mas certamente traz uma grande contribuição. O jovem que está envolvido numa vida produtiva irá pensar duas vezes antes de se envolver no mundo das drogas.

Então, sr. presidente e srs. deputados, faço uma moção de louvor aos deputados federais que estão buscando essa proposta de emenda constitucional, para reduzir de 16 anos para 14 anos a idade de ingresso dos jovens no mercado de trabalho em nosso país.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, do PSD.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, sr. presidente, eu gostaria somente de esclarecer algumas coisas.

Deputado Elizeu Mattos, qual juízo pode-se formar quando vemos que a pessoa que está falando não tem conhecimento de causa? Fica meio complicado rebater, deputado Jean Kuhlmann, quando percebemos que algumas pessoas falam quando não têm conhecimento de causa, quando não sabem do que estão falando.

Falo isso em relação à manifestação da deputada Ana Paula Lima, no plenário, sobre a visão que ela está tendo da missão que foi à Coreia e ao Japão nessa última semana.

O que dizer, deputado Jean Kuhlmann, quando uma pessoa que não foi aquele país, não conhece a cultura, não sabe dos procedimentos, vem aqui e faz uma análise de forma simplesmente rasa, sem nenhuma profundidade? Parece-me aquele negócio: ouvi dizer, fuxico, mexerico. Lá, em Joinville, chama-se isso de mexerico, ou seja, aquela pessoa que nada tem para fazer pega um assunto e começa a fuxicar. E há aquela prerrogativa de que uma mentira falada várias vezes pode virar verdade.

Eu não posso fazer qualquer outro juízo ao ouvir a deputada Ana Paula Lima, neste plenário, falar de algo dessa forma. Então, deixa-me repor algumas verdades, pelo menos se trata de alguém que conhece um pouquinho da cultura asiática, dos procedimentos oficiais e que, por determinação desta Casa, por algumas vezes, já acompanhou os procedimentos.

Vale lembrar e esclarecer aos catarinenses - a deputada Ana Paula está atendendo às crianças, mas depois a sua assessoria lhe passará ou ela assistirá à reprise, - que a ida dos catarinenses à Coreia tinha algumas

vertentes, entre elas a questão de atrair empresas, o que foi feito. E ontem eu e o deputado Jean Kuhlmann já falamos sobre isso. Atraímos o grupo Yudo, uma empresa que vai investir R\$ 100 milhões e gerar 250 empregos em Joinville.

Atraímos a LS Tractors, que vai implantar uma fábrica de tratores em Araquari, com 25 milhões de investimentos, e mais 150 empregos serão gerados rapidamente. E fizemos contato com outras empresas que estão para decidir entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo para fazer os seus investimentos, porque o Brasil passa a ser o grande centro de distribuição da América Latina.

A segunda vertente da visita à Coreia foi a abertura do mercado da carne suína, por uma questão do ministério da Agricultura do Brasil e de uma permissão que houve. Os coreanos ficaram assustados, porque Santa Catarina é o único estado livre da febre aftosa. O nosso rebanho é livre da febre aftosa sem vacinação. Eles queriam saber mais sobre a postura e vieram aqui.

Então, a instituição, uma pessoa do governo indo até lá é para os coreanos, os chineses, os japoneses, muito importante. A palavra empenhada e a presença física do governador, de representantes do Poder Legislativo, é muito importante! E eles ficaram de nos dar uma resposta até o dia 10 de novembro sobre a questão da abertura do mercado coreano.

Fomos ao Japão de novo para mostrar... E o governador não foi lá buscar financiamento, ele encontrou com o diretor do banco Jica, que é um banco de desenvolvimento do governo japonês para dizer: "O projeto que vocês fizeram...". Deputada Ana Paula Lima, fique tranquila.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Estou muito tranquila!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Tranquila! V.Exa. não merece nenhuma preocupação. V.Exa. estava muito preocupada com o negócio do projeto. Deputada, o projeto levou três meses para ser feito e determinou algumas coisas. Foi patrocinado a custo zero pelo banco Jica, zero! E o governador foi até lá dizer: "Nós aprovamos o seu projeto. Falamos com a presidente Dilma Rousseff, que vai dar R\$ 28 milhões. E o governo do estado vai colocar R\$ 30 milhões, que seria a contrapartida."

O governador foi lá para dizer que aprova o projeto e para pedir uma coisa: "Esse dinheiro que nós vamos investir, esses R\$ 30 milhões, pode ser contrapartida para o empréstimo que vocês vão fazer de US\$ 100 milhões? Pode valer como contrapartida?" Porque se não valesse, o governador iria fazer de outra forma. E responderam: "Pode valer, sim, de contrapartida".

Então, temos os R\$ 28 milhões que a presidente Dilma Rousseff, o governo federal, irá dar - até acho que é pouco, por ser governo federal poderia dar um pouquinho mais. Mas os R\$ 30 milhões que o governo estadual vai colocar nisso já estão valendo como contrapartida do empréstimo.

Eu penso que v.exa. não está sabendo como é que funciona essa questão da presença do governo, como isso é importante para o japonês. Eu fui em 2007 com o governador Luiz Henrique da Silveira. O governador, à época, Luiz Henrique da Silveira, foi fazer o contato para aquele financiamento da Casan, para o saneamento básico nas cidades litorâneas, em 2007. Em dezembro de 2009, o governador Leonel Pavan foi lá assinar o

contrato. Lembro-me que ficamos mais tempo voando do que lá. Mas o governo japonês não aceita outra assinatura senão a do governador.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Assinou alguma coisa?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Assinou, deputada! Ah, é verdade, v.exa. votou aqui contra o financiamento da Casan. V.Exa. não votou a favor do saneamento básico nas cidades litorâneas. Mas votamos a favor aqui da assinatura que foi feita lá. Mas estou falando de 2007, quando foi feita a primeira visita.

Em 2009, foi feita a assinatura do contrato, e até agora não saiu! E sabe por que não saiu ainda o dinheiro? Porque todo esse processo é muito burocrático. Não é demora do estado, é demora do processo. Inclusive, esse financiamento também teve que ter o aval do governo federal, à época o presidente Lula.

E agora o que ouvimos do banco Jica foi o seguinte: "Nós não podemos dar isso como fundo perdido, porque vocês já fazem parte do G20".

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Está aí a resposta!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Mas quem é que falou de governo e de fundo perdido, deputada? V.Exa. está totalmente fora de como saber. Nós fomos lá pedir um financiamento a juros subsidiados. Se você não sabe o que é fundo perdido, eu respondo: é quando colocam dinheiro e não pegam de volta. O financiamento é dar emprestado e ninguém nunca falou em fundo perdido, até porque esse financiamento do saneamento das cidades litorâneas não foi a fundo perdido, é um empréstimo do governo do Japão para a Casan, e que v.exa. votou contra.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Estamos falando do Jica, não é?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Não! Eu estou falando de todo um contexto. É o Jica! O Jica emprestou para nós o dinheiro do saneamento das cidades litorâneas. V.Exa. votou contra também o dinheiro do Jica! É o mesmo banco, é a fonte, governo japonês. E lá foi dito o seguinte: "Nós podemos emprestar, mas a decisão não é nossa, do Jica, é do governo federal". E o embaixador do Brasil no Japão, Marcos Galvão, que estava lá, disse o seguinte: "O governo federal tem, sim, a importância que tem para o caso das enchentes na região do vale do Itajaí, e estamos melhorando a nossa palavra para que esse financiamento saia para o governo do estado e o governo federal como participante".

Então, se v.exa. pensa uma coisa e não conhece... Dá licença! As coisas não são assim como as pessoas pensam que são. Existe um protocolo, uma forma de fazer, e isso vai, ao longo do tempo, sendo construído.

Muitas vezes não conhecemos a cultura do japonês, que é totalmente diferente da nossa. E a presença do governo lá faz, sim, toda a diferença.

Deputada Ana Paula Lima, eu concedo o restante do tempo a v.exa., se desejar me apartear.

(A deputada Ana Paula Lima manifesta-se no sentido de que não resta tempo.)

É verdade! Quando se fala a verdade, não se tem muito o que falar. Mas eu gostaria de compor e recompor a verdade neste plenário!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A deselegância do deputado Kennedy Nunes me deu quatro segundos. E isso não dá para eu utilizar a palavra. Mas nos meus 59 segundos quero dizer que eles foram para o Japão para receber a resposta que o Brasil está no G20 e para pedir dinheiro para o governo brasileiro. Então, não precisava atravessar o mundo para pedir dinheiro para os japoneses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputada Ana Paula Lima, a sua manifestação não é pela ordem. Nós vamos entrar no horário dos Partidos Políticos!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, mas eu fui citada.

Deputado Kennedy Nunes, fique tranquilo! Por que v.exa. está tão nervoso? Não fique nervoso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputada Ana Paula Lima, com toda a cordialidade, peço a sua compreensão!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Presidente, quem não conhece a realidade do vale do Itajaí, chega àquela tribuna e fala essas bobagens que o deputado Kennedy Nunes falou. Vá lá sofrer com a nossa gente para ver o que é!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Entendendo que o mesmo critério vale para os dois, sr. presidente, quero aqui também aproveitar o momento para responder à deputada Ana Paula Lima que eu acho que, primeiro, tem que se utilizar a tribuna para falar a verdade. Esta Casa exige isso e o povo exige isso.

O governador Raimundo Colombo foi para o Japão e v.exa., deputado Jailson Lima, sabe como funciona os japoneses: é a presença do governo para iniciar uma discussão e não para finalizar.

Então, a deputada Ana Paula Lima tem que usar a tribuna para falar a verdade, e crítica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Jean Kuhlmann, na mesma lógica do pela ordem, foram duas manifestações que não foram pela ordem.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos. É o homem da ordem para colocar ordem!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, nem tanto. Estamos aqui numa posição geralmente diferente da ordem econômica, social e política estabelecida. Com certeza, a nossa posição é bastante diferente ou, para ser mais correto com o termo, a nossa posição é oposta.

Srs. deputados e sras. deputadas, quero me referir à reunião da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público realizada no final da manhã de hoje e que, aliás, entrou no começo da tarde desta terça-feira, para ouvir o secretário da Administração, Milton Martini, e o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira. A pauta foi o Diário Oficial Eletrônico do estado de Santa Catarina e o plano de saúde dos servidores ou, mais precisamente, a forma de contratação das empresas para a realização desse serviço.

O debate foi cumprido e houve algumas coisas que não conseguimos falar naquele momento, até porque estávamos na sala n. 1 das comissões, deputado Elizeu

Mattos - e v.exa. preside a comissão e presidiu aquele trabalho -, num número maior de deputados do que estamos agora. Então, não tivemos a oportunidade de falar algumas questões que gostaríamos de falar neste momento, a respeito da assistência à saúde dos servidores públicos estaduais.

É verdade que falei que o plano de saúde, nos últimos anos, tem sido, pela primeira vez na história do serviço público, pelo menos da história conhecida de nossa parte, um plano que não afeta a dignidade do servidor e do seu dependente, porque o SC Saúde realizado pela Unimed tem qualidade.

É preciso também dizer, é evidente, que estamos recebendo um serviço de maior qualidade, nos últimos anos, porque estamos pagando por esse serviço. Nós tínhamos, até 2003, a contribuição previdenciária, o antigo Ipsc, que fazia a Previdência e também a assistência à saúde, e ia de 8% a 12% da remuneração dos servidores. Para a imensa maioria que ganhava menos era 8%. E isso era a Previdência e mais a tentativa de assistência à saúde, que não davam conta.

Também é preciso ser dito que o antigo Ipsc foi falido por ingerência e má gestão dos governos anteriores, dinheiro da contribuição dos servidores. O dinheiro do Iprev foi usado, inclusive, para fazer ponte neste estado. Assim como o dinheiro da Previdência federal foi usado para fazer a Transamazônica e a Itaipu, aqui também foi usado para fazer ponte. E é dinheiro dos servidores, dinheiro que deveria ser da Previdência e da assistência à saúde.

Hoje, para ter direito a esse serviço, estamos pagando para a Previdência 11%, somente para a Previdência, por decisão da contrarreforma da Previdência, do governo Lula, permita-me dizer, de 2003. Primeiros seis meses, primeira porrada, todo mundo 11%! Nós pagávamos 8% ou 9% e fomos jogados para 11%. Essa foi a primeira decepção, vamos dizer dessa forma, para os servidores públicos de todo o Brasil.

Então, estamos pagando 11% e aqueles servidores que querem pertencer ao SC Saúde, ter assistência à saúde organizada pelo plano do estado, gerenciado pela secretaria de Administração do governo do estado, pagam mais 4,5%. Somente para o plano de saúde 4,5%, e com mais 11% dá 15,5%. Portanto, estamos pagando 6% a mais do que pagávamos até oito anos atrás.

E, evidentemente, que precisamos ter a preocupação de que o novo plano de saúde, ou a nova forma de administrar o plano de saúde dos servidores do estado de Santa Catarina, funcione, porque estamos pagando, e caro: 4,5% da remuneração dos servidores estaduais, mais a contrapartida dos Poderes: do Poder Executivo, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

É evidente que existe a grande preocupação por parte dos servidores, e a maior preocupação por parte dos servidores, deputado Jailson Lima.

Então, há todo esse debate. E, evidentemente, há a questão da ética, da moralidade e da boa gestão dos recursos públicos. Existe essa preocupação e ela é legítima, mas a grande angústia dos servidores públicos é que uma organização tenha a estrutura para atender bem em todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ao cumprimentar o deputado Jailson Lima, quero cumprimentar todos os srs. deputados e as sras. deputadas.

Nesta tarde de hoje, gostaria aqui de comemorar, juntamente com os funcionários da Estação Experimental da Epagri de Itajaí, os 35 anos de fundação daquela estação, comemorados na última semana, ocasião em foram homenageados funcionários, ex-chefes da estação, instituições e parceiros que muito têm contribuído com a história de sucesso daquela estação.

Como todos sabem, a Epagri, desde o início de sua história, vem trabalhando pelo crescimento sustentável da agropecuária catarinense. A Epagri ajudou a construir um estado forte e a levar qualidade de vida ao meio rural e pesqueiro de Santa Catarina ao longo desse tempo. E todo esse trabalho é feito com pesquisadores, funcionários de campo e administrativos, que ajudaram a construir a agricultura de Santa Catarina, uma agricultura forte, pujante, capaz de levar qualidade de vida e de melhorar a renda dos nossos pequenos agricultores, desde o nosso pujante modelo do cooperativismo até o trabalho dos nossos olericultores. Lá encontramos o trabalho, a mão e a dedicação de extensionistas, de pesquisadores e de funcionários dessa empresa que já se chamou Acaresc, Emater e agora se chama Epagri.

A Estação Experimental de Itajaí é, hoje, uma grande referência em termos de pesquisas em nível de Brasil, com trabalhos publicados, copiados e aceitos até em outros países.

Essa estação tem trabalhado em quatro grandes projetos. Um deles é o arroz irrigado, que tornou Santa Catarina o segundo estado brasileiro em termos de produção arroz irrigado, mesmo tendo uma área muito pequena para ser cultivada.

O lançamento de mais de 17 cultivares de arroz pesquisado pela Estação Experimental de Itajaí, e levado para o pequeno agricultor, tornou, hoje, produtivo, aumentando a nossa produtividade, ao longo de sua história, em mais de 100%.

Santa Catarina, hoje, é recordista nacional em termos de produtividade de arroz irrigado. A nossa tecnologia é vendida para outros estados. Agricultores de Santa Catarina produzem sementes de arroz e vendem para Mato Grosso do Sul, Bahia, Rondônia, Paraná e o Rio Grande do Sul, agregando mais valor à nossa produção, gerando milhares e milhares de empregos.

A fruticultura de clima temperado também é uma área de atuação dessa estação. Nós temos lá em Itajaí a maior coleção de variedades de espécies de citros do Brasil, e hoje produtos nossos têm sido levados para São Paulo, sustentando a rede de pesquisas da Embrapa.

A flora também não é abandonada. A Mata Atlântica tem sido fruto de pesquisa pelos nossos pesquisadores da estação, utilizando espécies e protegendo-as. A Estação Experimental de Itajaí tem uma grande preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente e também da agricultura. Por isso, a flora atlântica tem sido estudada de maneira muito profícua pelos nossos pesquisadores.

A horticultura é uma das outras vertentes da pesquisa feita lá e que tem sustentado o cinturão verde de Santa Catarina nas grandes cidades, feito com que o nosso

estado seja um grande produtor e também exportador de produtos hortifrutigranjeiros.

Os resultados obtidos com as pesquisas mudaram o mapa econômico do nosso estado. Entre outros feitos, Santa Catarina é o segundo produtor nacional de arroz irrigado, com a mais alta produtividade média por hectare. É o maior exportador de bananas desde 1988. É o primeiro estado brasileiro a realizar um inventário socioambiental, florístico e florestal, e investe fortemente na sustentabilidade da agricultura.

Na noite do dia 27 de outubro, a unidade de pesquisa foi homenageada pela Câmara de Vereadores de Itajaí com uma placa com os seguintes dizeres: "A Câmara de Vereadores de Itajaí homenageia a Epagri/Estação Experimental de Itajaí pelos seus 35 anos de fundação em que muito contribuiu para evidenciar a importância da pesquisa e da agropecuária para o desenvolvimento sustentável do meio rural catarinense".

Através dessa homenagem nós, da Assembleia Legislativa, queremos aqui parabenizar todo o quadro de funcionários daquela estação, todos os gerentes e ex-gerentes que por lá passaram ajudando a construir essa história de sucesso que tem levado conhecimento e tecnologia nos tempos atuais, capazes de tornar a agricultura familiar de Santa Catarina competitiva em qualquer parte do Brasil e também do mundo.

Por isso, a nossa homenagem ao atual presidente da Epagri, Luiz Hessmann, pelo trabalho que tem feito à frente da empresa; ao atual chefe da Estação Experimental de Itajaí, José Alberto Noldin, um pesquisador e doutor que faz um grande trabalho também na gestão da estação, mas também como pesquisador, e como todos do seu quadro de pesquisadores.

O primeiro chefe da estação experimental foi Sylvio Ferraz de Araujo, que foi homenageado no dia com a entrega de uma placa, assim como todos aqueles que chefiaram aquela estação e ajudaram a construí-la. Da mesma forma, também o primeiro presidente da antiga Empasc, dr. José Oscar Kurtz, pela sua história, dedicação e visão na implantação daquela estação experimental. E o governador da época, o ex-governador Antônio Carlos Konder Reis, que foi quem realmente criou e implantou essa estação, também foi homenageado.

Então, na qualidade de deputado estadual e engenheiro agrônomo, quero aqui me irmanar nas homenagens feitas para a Epagri de Itajaí, pelo grande serviço que ela tem feito em Santa Catarina. Num momento em que a agricultura precisa de alternativas e de inovação, a estação constituiu-se numa grande ferramenta de transformação e de esperança para as famílias de agricultores de Santa Catarina.

Eu gostaria também, nesta tarde de hoje, terminado o prazo de filiações partidárias, de dizer da nossa alegria, da nossa motivação e do entusiasmo com o crescimento do número de filiados do Partido Progressista, que nos últimos oito anos cresceu em mais de 40%. Mesmo com toda a aposta feita na diminuição do partido, somos, hoje, o segundo maior partido de Santa Catarina, com 142.119 filiados, crescendo nos últimos meses mais de cinco mil novas filiações, o que nos motiva, oxigena e prepara o partido para as eleições do ano que vem com grande quadro de líderes preparados. O Partido Progressista é símbolo de gestão eficiente, eficaz, honesta e de resultados na grande maioria das prefeituras que são governadas pelos nossos prefeitos.

Por isso, quero aqui, na qualidade de deputado, parabenizar todos os nossos filiados e as nossas lideranças pelo grande trabalho que têm feito, pelo crescimento e fortalecimento do partido.

Fica aqui a mensagem de preparação dos nossos quadros para as eleições municipais que estão chegando. O Partido Progressista tem um compromisso com Santa Catarina e com cada cidade, com cada cidadão. No ano de 2012 iremos apresentar as nossas propostas para que os municípios catarinenses possam ter o melhor quadro de direção, uma gestão competente, eficiente, honesta e focada na qualidade da população, que é a marca das administrações progressistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sra. presidente, srs. parlamentares, sras. parlamentares, quero cumprimentar todos aqueles que nos acompanham no plenário, em suas residências e pela Rádio Alesc Digital.

Primeiro, já que o deputado José Milton Scheffer falou do PP, quero aqui comemorar e compartilhar com esta Casa e com todos que nos acompanham, deputado Kennedy Nunes e demais deputados do PSD, a alegria de ter recebido um *release*, hoje, por parte da direção nacional do PSD, uma vez que completamos, neste mês de filiação, dentro do prazo legal de fundação do PSD, a marca de 57 deputados federais. Somos, hoje, a terceira maior bancada do país no estado e a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa, mas, com certeza, o PSD é um partido que nasce forte, que nasce com ideais, com princípios, com a sua representação no Congresso Nacional, com inúmeros prefeitos, com inúmeros deputados estaduais, com mais cinco mil vereadores em todo o Brasil.

É realmente um partido que nasce forte, e espero, como membro do PSD, como filiado, como pessoa que ajudou, juntamente com os demais deputados, a construir esse partido, a fundar o PSD, que seja um partido realmente diferente, um partido que já possui nas suas teses a questão de realmente fazer um novo congresso constituinte para votar nas reformas. E defendo isso e defendo também os seus princípios quanto à assembleia constituinte de uma reforma constitucional no país; defendo várias questões, mas acredito realmente que o PSD tem que defender a ética e a moral na política. O PSD tem que defender os bons princípios e a política voltada à comunidade.

Um partido não pode apenas estar vinculado a questões e discursos políticos, mas quando tiver um pedágio, por exemplo, da Apae ou da Rede Feminina de Combate do Câncer, tem que ir lá, participar, ajudar a organizar, mobilizar-se. Da mesma forma, quando um hospital filantrópico de uma cidade precisar de um apoio o partido tem que ajudar as causas da sua comunidade, da sua cidade. É isso que as pessoas esperam de um verdadeiro partido político, não apenas a representação da sociedade no Parlamento ou no governo; um verdadeiro partido político tem que estar envolvido com as causas da comunidade. E é isso que espero que o PSD, agora, sendo o terceiro maior partido do Brasil, possa também ser, ou seja, não apenas um partido grande, mas um partido envolvido com a comunidade.

Quero aqui também aproveitar esse tempo na tribuna, sr. presidente, sras. parlamentares e srs. parlamentares, para, em primeiro lugar, fazer o registro, deputados Kennedy Nunes e Ismael dos Santos, que tivemos no último domingo a comemoração dos 80 anos da Assembleia de Deus de Blumenau e, realmente, quero dizer que pela organização, pelo trabalho dos líderes, essa igreja recuperou a vida de muitas pessoas, ajudou a construir novos lares, uma cidade melhor, mais fraterna, tirou, deputado Kennedy Nunes, muitas e muitas pessoas do caminho das drogas, por exemplo. A Igreja Assembleia de Deus faz um papel vital na vida do ser humano, na vida das pessoas. Por isso, quero parabenizá-la por todo esse trabalho social desenvolvido, por essa luta diária na construção de uma cidade mais justa.

Gostaria de dizer, ainda, que na última segunda-feira, dia 31 de outubro, também comemoramos o dia da Reforma Luterana, em que pese o ato de Martin Lutero por um movimento reformista cristão iniciado no século XVI, quando através da publicação das suas 95 teses, em 31 de outubro de 1517, na porta da igreja do castelo Wittenberg, protestou contra diversos pontos da doutrina, à época, da igreja católica.

Gostaria de parabenizar a Igreja Luterana, a Igreja Católica, pelo trabalho que fazem, porque, com certeza, em grandes momentos, tanto a Assembleia de Deus quanto as demais igrejas pentecostais, como a Luterana, a Católica, fazem o que o estado não faz. O que o governo muitas vezes deixa de fazer a igreja, estendendo a mão aos seus membros, complementa como, por exemplo, na Educação, eis que o estado é falho.

Por isso, parabeno todos os movimentos religiosos que fazem de Santa Catarina um estado melhor, um estado, com certeza, condizente com os catarinenses. Agora, quero também aproveitar este momento, já que houve essa discussão, essa colocação por parte da deputada Ana Paula, do deputado Sílvio Dreveck, e, assim como o deputado Kennedy Nunes, clarear algumas questões.

Em primeiro lugar, o governador Raimundo Colombo não saiu de Florianópolis e foi até o Japão para tratar somente de um assunto. Ele fez uma missão para a Coreia do Sul e para o Japão, deputado Elizeu Mattos, v.exa. que é líder do governo, e lá tratou de três assuntos pontuais. A primeira questão refere-se à atração de investimentos, geração de empregos, e aí tenho certeza de que a comunidade de Araquari vai ganhar uma fábrica de tratores, deputado Kennedy Nunes, graças à ida do governador para a Coreia e para o Japão; a de Joinville vai ganhar uma empresa que precisará de mais de 250 empregados e que não paga pouco. E são empresas de valor agregado.

Essas empresas que virão para Joinville, para Araquari, assumiram esse compromisso com o governador graças a essa viagem. Quer dizer, elas começaram a ver Santa Catarina com olhos diferentes. Então, essa ação faz parte do primeiro item da viagem, que é muito importante, afinal, o nosso estado é um dos que, proporcionalmente, mais geram empregos no país.

Lá se falou dos incentivos, daquilo que o estado tem de diferente, da conjugação de incentivo. Deputado Sílvio Dreveck, v.exa. que entende muito bem da área econômica sabe o quanto é importante a conjugação do incentivo entre o Pró-Emprego e o Prodec, que foram aprovados por esta Casa, quando eu era secretário de estado. Todos sabem o quanto isso é atrativo.

O governador foi explicar para essas empresas como funciona essa conjugação de incentivos fiscais. E algumas, com certeza, na hora decidiram fazer investimentos e outras resolveram pensar mais um pouco, mas deverão investir na região.

Além da questão de atrativos de investimentos na área econômica, temos a questão da carne suína, que é um processo que dura dois anos ou três anos e que, infelizmente, vai levar mais um ano, deputado Kennedy Nunes. Mas não é apenas numa ida que vamos garantir que o governo japonês ou coreano de uma hora para outra comece a importar carne suína. São várias ações conjuntas, e uma delas é obrigatoriamente a ida do governador para lá.

Até entendo que alguns parlamentares, e respeito a deputada Ana Paula Lima, não tenham conhecimento necessário nesse aspecto, mas o governo japonês e o coreano entendem como fundamental a ida do governador catarinense para começar a avaliar com mais atenção a importação.

O deputado Kennedy Nunes também estava presente no momento da fala da ministra da Agricultura do Japão, e lembro-me perfeitamente, como se ela estivesse aqui na minha frente, quando disse: "Já que o senhor veio aqui pessoalmente, e Santa Catarina é um estado coirmão do estado japonês, que produz maçã também, vamos avaliar com muito carinho a questão da carne suína. Entendemos, realmente, que Santa Catarina quer vender para o Japão. E nós também queremos comprar de Santa Catarina. Daremos o retorno até o ano que vem." Esta foi a fala da ministra da Agricultura do Japão, deputado Kennedy Nunes, que colocou de forma muito clara que irá analisar a importação da carne suína pelo Japão, porque o governador do estado foi lá pessoalmente fazer o pedido e o encaminhamento.

E a terceira questão é a prevenção das cheias. Ora, se para resolver a questão do saneamento levou dois anos ou três anos depois da ida do ex-governador Luiz Henrique da Silveira para pedir o financiamento, depois da ida do ex-governador Leonel Pavan para assinar o financiamento e buscar recursos, seria muita ingenuidade, ou é muita ingenuidade, acreditar que em uma única ida ao Japão, deputado Kennedy Nunes, seria possível garantir desde a aprovação do projeto, o financiamento e a liberação do dinheiro. Ou será que as pessoas acham que o governador vai trazer o dinheiro em uma mala? Ora, não é dessa forma que funciona. E é importante deixar claro que o governo japonês entende como fundamental a ida do governador ao Japão para assumir esse compromisso. E o governador disse, de forma muito clara, que precisa do apoio dos japoneses, mas que vai buscar, sim, alternativa. Agora, os japoneses disseram que querem emprestar o dinheiro, mas querem algumas condições, ou seja, um processo de negociação que não seja a fundo perdido. É um empréstimo, e as pessoas precisam aprender como isso funciona.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário está destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prometi responder à deputada Ana Paula

Lima sobre a questão da viagem do governador para o Japão e sobre outras questões.

Eu sei, deputada Ana Paula Lima, que v.exa. é uma deputada, uma mulher muito inteligente e sabe da necessidade dessas viagens, tanto que o ex-presidente Lula fez várias, não foram poucas. Da mesma forma, Luiz Henrique da Silveira fez muitas viagens, e o Raimundo Colombo faz a sua segunda viagem ao exterior. Participei da primeira viagem e pude ver que às vezes achamos que tudo vai ser resolvido, mas não é assim que os contatos são feitos.

Fizemos uma viagem com o próprio governador à Espanha e à Alemanha, onde está nascendo um casamento entre uma empresa alemã e outra espanhola, na questão do desenvolvimento, em Lages, uma parceria.

V.Exa. sabe, lógico, pois é uma política, que toda viagem possui um lado importante e que o governador tinha que buscar esses recursos, sob pena de ser cobrado mais tarde. Acho que essa é a função do governador, do administrador.

Eu defendo, inclusive, os prefeitos. E tenho como exemplo o município que mais cresceu, que foi Otacílio Costa, que deslançou. E o deputado Jean Kuhlmann conhece bem o ex-prefeito de Otacílio Costa, o Altamir, sabe que esse município cresceu muito devido às viagens do Altamir, que levou com isso muitas empresas para lá. Hoje Otacílio Costa é o município que mais emprega, que mais cresceu na nossa região. Hoje, naquele município, é difícil conseguir uma auxiliar doméstica em virtude dos empregos gerados.

Eu sei que várias outras perguntas já foram respondidas pelos deputados que acompanharam o governador Raimundo Colombo nessa missão, deputados Kennedy Nunes e Jean Kuhlmann; por isso, quero reportar-me, hoje, srs. deputados, meu vice-presidente da comissão, deputado Sílvio Dreveck, à participação, a convite da comissão, de dois secretários, o da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e o da Administração, Milton Martini, que durante 2h30 responderam todas as indagações possíveis, deputado Sargento Amauri Soares.

Quero cumprimentar os dois secretários e dizer que quando não há nada a esconder, nada a temer, quando há transparência, tudo fica mais fácil.

Com educação convidamos os dois secretários e com educação os secretários aqui foram recebidos. Foi uma reunião muito boa, em que foram respondidas todas as questões levantadas. Não ficou uma única pergunta sem resposta, todas foram respondidas pelos secretários Dalmo Claro de Oliveira e Milton Martini.

Deputado Romildo Titon, já estava havendo uma mistura do SC Saúde com a saúde pública, com a secretaria de estado da Saúde. E ficou claro que tanto essa questão quanto o pregão do diário eletrônico são questões ligadas à secretaria de estado da Administração e não à secretaria de estado da Saúde. Isso ficou claro.

Todas as indagações feitas pelos parlamentares que participaram dessa reunião da comissão foram respondidas, e tivemos a participação de 26 parlamentares. Tivemos quórum para deliberar, inclusive, matéria de emenda constitucional na comissão. Foram duas horas e 30 minutos de perguntas e respostas, e não por um tempo limitado como foi levantado. Nenhuma pergunta ficou sem resposta. Inclusive, o secretário Milton Martini colocou-se à disposição para qualquer dúvida levantada por qualquer deputado sobre

qualquer processo, dizendo que estaria na secretaria à disposição. Ele disse: "Se alguém tiver alguma dúvida, é só marcar conosco." Nós fizemos contato com o secretário e sabemos que ele tem o maior interesse em esclarecer todas as questões e dirimir dúvidas, caso seja necessário.

Então, foi uma reunião boa, esclarecedora, em que o Parlamento fez a sua parte, fez o seu papel de convidar os secretários para tirar as dúvidas dos catarinenses, pois aqui é a Casa do Povo. Aqui os secretários tiveram a oportunidade de fazer certos esclarecimentos.

Para este deputado o assunto está morto, a mãos que queiram transformar esse assunto num palanque político. Houve a participação dos parlamentares e dos secretários naquela ocasião da reunião, para dirimir dúvidas, mas se alguém tiver mais algumas indagações, os secretários estão à disposição dos deputados.

O Sr. deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria de saudar o nosso líder do governo e dizer a ele, aos demais srs. deputados e às sras. deputadas que realmente, esta manhã, na comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público foi dada uma demonstração de que as ações de governo são extremamente abertas a toda sociedade catarinense.

Logicamente, quando implantamos qualquer tipo de atividade que representa mudança, às vezes, ela suscita dúvidas. Eu acho que a questão do Diário Oficial eletrônico realmente suscitou algumas dúvidas que neste momento estão amplamente esclarecidas.

E quanto à questão do SC Saúde, ou seja, à questão da saúde dos servidores, particularmente entendo que a secretaria de estado da Administração tem produzida essa transição do atual sistema para o futuro sistema, em uma condição de extrema lisura e transparência para todo o Brasil.

Logicamente que essa mudança vai gerar certa resistência, mas quero enaltecer o posicionamento que os secretários Milton Martini e Dalmo Claro de Oliveira tiveram hoje, nesta Casa. Foi realmente um papel extraordinário e uma decisão republicana no sentido de prestar esclarecimentos a todo Parlamento catarinense sobre aquilo que, eventualmente, suscitaria alguma dúvida.

Então, deputado Elizeu Mattos, quero acrescentar essa minha fala ao seu pronunciamento para que realmente fique claro que aquilo que nós, como parlamentares, teríamos que fazer, estamos fazendo, que é buscar e esclarecer as dúvidas que este ou aquele assunto requer.

Muito obrigado pela oportunidade, sr. deputado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do deputado Aldo Schneider e penso que ficou clara a vontade de melhorar, que a vontade do governo nas ações que aí estão expostas é melhorar.

Com relação à Unimed, houve um pedido desta empresa em não mais atender ao nosso servidor, solicitando o rompimento do contrato com o estado. E qual é a intenção do estado? Fazer a gestão, diferentemente do que se pregou, dizendo que o estado estaria privatizando a questão da gestão do atendimento do servidor público do estado. Bem pelo contrário, a gestão, a partir de agora, toda gestão passa a ser do governo do estado. Não há a mínima possibilidade de privatização. E

essa é uma grande preocupação colocada pelo secretário Milton Martini, que deixou clara a posição do governador de que o atendimento seja melhorado. A ideia do governo é melhorar, inclusive, o atendimento do nosso servidor.

E quanto à questão do Diário Oficial eletrônico, isso já está implantado em todos os estados, menos no nosso. E estamos aí estudando os demais estados, tentando fazer um trabalho diferente, um trabalho bom, copiando dos outros estados, ou melhor, corrigindo os erros do que já aconteceu, para que tenhamos um Diário Oficial que propicie a todo cidadão, de qualquer canto do estado, acessar, não havendo necessidade de esperar chegar o impresso. Todo cidadão terá acesso.

Com o Diário Oficial eletrônico também teremos mais transparência em todos os atos não apenas governamentais. Na verdade, nesta manhã, começamos a reunião às 11h e terminamos depois das 13h30, e os fatos levantados, as questões levantadas pelos deputados, as dúvidas que havia neste Parlamento, na cabeça das pessoas, foram todas resolvidas.

Deputada Ana Paula Lima, em momento algum houve um discurso, não vi, o secretário em todos os momentos mostrava que sabia o que estava fazendo, assumindo todas as responsabilidades e em momento algum fugiu do assunto ou disse que desconhecia determinado fato, apenas o secretário Dalmo Claro de Oliveira disse que desconhecia determinada questão, visto que não era um assunto da secretaria dele, mas da secretaria da Administração.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vou dividir o horário do partido com a deputada Ana Paula Lima, sendo que utilizarei os primeiros cinco minutos para repercutir aqui a audiência pública que realizamos na cidade de Itá, através da comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa, acerca do uso do Lago e do entorno de Itá para fins de lazer e de turismo.

Essa foi uma grande audiência que realizamos e algumas conclusões foram encaminhadas. Uma das maiores sugestões da região é de que os recursos provenientes da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos sejam utilizados para programas e projetos que beneficiem a própria região. O que acontece na barragem de Itá e em outras barragens é que para que haja formação do lago os municípios lindeiros têm que ceder parte dos seus terrenos.

Para v.exas. terem uma ideia, há o lago da usina hidrelétrica de Itá, que compreende 26 km². Há depois um retorno disso através da chamada compensação financeira dos recursos hídricos, sendo que 45% desses recursos de compensação ficam no caixa do estado. Aliás, é uma questão até questionável, porque os municípios é que entram com as áreas para alagamento e o estado fica com metade dos recursos, já que 45% são para o estado e 45% para os municípios, metade desses recursos disponíveis, uma vez que os outros 10% são para órgãos ligados aos ministérios federais.

Essa é a reivindicação principal. Por isso que esta Casa - isso está na Ordem do Dia

de hoje - enviou uma indicação ao governo do estado pedindo que os recursos arrecadados com a compensação financeira do Lago da hidrelétrica de Itá sejam aplicados na região que perdeu parte do seu terreno, perdeu pessoas que tiveram que se mudar de lá, embora tenha ganhado, claro, coisas também, principalmente por ter ajudado a contribuir com a geração de energia elétrica. No caso de Itá, há uma nova cidade, uma realocação, mas há expectativa quanto à utilização daquela região, principalmente para fins de lazer e turísticos, que tem enfrentado uma série de obstáculos, conforme já relatamos nesta tribuna, em função da dificuldade de interpretação da legislação, em função de entraves burocráticos, o que causou uma grande frustração na comunidade regional.

Para superar essa frustração, há um apelo ao governo no sentido de que ele olhe especificamente para a região dos Lagos, para aqueles municípios, utilizando, então, esses recursos que venham mensalmente para o estado para projetos voltados ao desenvolvimento daquela região. Somente para v.exas. terem uma ideia, este ano o estado já arrecadou R\$ 31 milhões em função da compensação dos recursos financeiros, da utilização de recursos hídricos, os quais poderiam, portanto, ser usados naquela região.

Por isso quero fazer o registro dessa grande audiência pública, registrar também a realização da bela audiência pública em Joinville que debateu a questão do Parque Monte Cristo, que é uma proposta trazida pelo deputado Kennedy Nunes, e agradecer à comunidade regional pela grande participação. Nós poderemos no futuro, inclusive, votar sobre este tema, até porque agora, sr. presidente, vamos ceder o restante do tempo destinado ao PT à deputada Ana Paula Lima.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pelo tempo restante do PT, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta, por ter dividido o tempo do horário do Partido dos Trabalhadores com esta deputada.

Deputados Neodi Saretta, Volnei Morastoni, srs. deputados, sras. deputadas, não imaginava tanta sensibilidade à crítica e à verdade. Não imaginava tanta sensibilidade a isso.

Essa tática, srs. parlamentares e público catarinense, de desqualificar a crítica é velha, mas não surte mais efeito na nossa população, porque o que o nosso povo quer é transparência, é trabalho; o nosso povo quer a verdade, foi para isso que fizemos a crítica aqui, deputada Dirce Heiderscheidt, para mostrar ao povo catarinense aquilo que espera deste Parlamento e do governo do estado: trabalho, transparência e verdade.

Eu sei, srs. parlamentares que me criticaram, da viagem do governador à Coreia e ao Japão. Mas, deputado Jean Kuhlmann, tenho certeza de que v.exa. foi para essa viagem ao Japão para trazer recursos do Jica para a nossa população. Era esse o ponto máximo da viagem ao Japão: recursos para viabilizar um projeto para resolver um problema, se é que esse projeto dá conta da sua resolução. E se v.exa. não era nascido na época, o deputado Kennedy Nunes não conhece a nossa região, não conhece, mas há um projeto para aquela região, e o Jica está desde 1985 no estado de Santa Catarina tentando viabilizar esse projeto.

Eu imaginava, srs. parlamentares, quando soube dessa viagem ao Japão, que

iriam assinar o contrato do financiamento, porque somente faltava, deputada Dirce Heiderscheidt, falarmos japonês de tantas vezes que os japoneses vieram para cá. Então, o ponto máximo dessa viagem, com respeito a todos os assuntos viabilizados nessa viagem, inclusive de segurança pública, era a Jica, tanto é que a imprensa ventitou e fez várias matérias somente sobre a Jica. E os pontos seguintes seriam na Coreia, para vender a carne suína ao Japão e viabilizar empresas a Santa Catarina.

O que não entendi é que ficaram dois dias e meio, parece que o deputado Antônio Aguiar falou, sentados dentro de um avião para saber que o Brasil faz parte do G20. Foi essa a manifestação, inclusive, de algumas personalidades japonesas que falaram para a comitiva catarinense.

Deputado Jean Kuhlmann, quero dizer a v.exa. que ficou longe esta semana, pois estava no Japão, mas eu estava em Blumenau, que em todo momento, na imprensa, na rua, em tudo que era lugar, dizia-se o seguinte: "Agora sai o projeto. Eles foram assinar". Havia até data marcada, se não me engano era na quinta-feira. E eu rezando para que isso acontecesse, porque o sofrimento da nossa gente, deputado Kennedy Nunes, pois v.exa. não conhece aquela realidade, é antigo. Lá os índios já sabiam que iria dar enchente, e o dr. Blumenau também fez a cidade naquele local sabendo que iria encher. É preciso ler a história de Blumenau.

Por isso a esperança da nossa gente - acho que o governador foi enganado, tenho até pena dele - nesse projeto. A própria imprensa (v.exas. não leram?) ficou frustrada quando o governador retornou, porque no aeroporto de Frankfurt, na Alemanha, o jornalista perguntou a ele sobre tudo e o governador respondeu uma pergunta sobre saúde, que não estava na pauta da viagem. E ontem o assunto aqui parece que foi responder sobre segurança pública. Eu fiquei esperando o governador para saber se ele trouxe a solução para as enchentes do vale do Itajaí.

Srs. deputados Jean Kuhlmann e Kennedy Nunes, criaram-se expectativas para a nossa gente. Eu recebi telefonemas de inúmeras pessoas me perguntando se tinha sido assinado o financiamento do projeto Jica no Japão e eu disse que não.

Então, é essa a indignação. Defendo, sim, as viagens, mas essa, especificamente, srs. parlamentares, foi para fazer o financiamento desse projeto que conhecemos há 30 anos em Blumenau.

Quero aqui defender também, srs. parlamentares e público catarinense, que temos gente boa no Brasil que faz bons projetos, que conhece a nossa realidade. Nós temos que acreditar no Brasil, como os japoneses disseram para vocês que o Brasil é outro. O Brasil está bem! O Brasil vai investir, sim, nos municípios que tomaram a calamidade e a emergência, assim como fez a presidente Dilma Rousseff e todos os ministros que vieram a Santa Catarina, na capital do nosso estado.

Então, eu não imaginava tanta sensibilidade à crítica e à verdade. Nós queremos trabalho, transparência e também a verdade.

Muito obrigada, sra. presidente.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, vamos suspender a sessão por quatro minutos, para que possamos, a partir das 16h, entrar na Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Trabalho, de Administração e de Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0304/2011, 0419/2011, 0423/2011, 0430/2011, 0491/2011 e 0545/2011.

Comunica também que a comissão de Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favoráveis aos Ofícios n.s.: 0575/2011 e 0612/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0272/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0301/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0344/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0377/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0403/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0410/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0415/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0429/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei 0265/2011, de origem governamental, que autoriza a transferência de direitos possessórios exercidos pelo estado sobre imóvel no município de Biguaçu (implantação do Centro de Zoonoses).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei 0285/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Barra Velha (edificação da Escola Estadual de Itajubá).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0355/2011, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEDH).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0380/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palmitos (instalação de unidade do Centro de Educação Superior do Oeste - CEO).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0388/2011, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de São Carlos (instalação de centro de educação infantil).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0391/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Pinhalzinho (instalação da unidade do Centro de Educação Superior do Oeste - CEO).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0394/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0395/2011, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso imóvel no município de São Carlos (secretaria municipal da Agricultura/Epagri).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0399/2011, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no município de São José do Cerrito (ampliação da EEB Mauro Gonçalves Farias).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0315/2011, de origem do Tribunal de Contas, que dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências (Câmara de Vereadores e novo Fórum local).

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Srs. deputados, temos agora na pauta a discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0009/2011, de autoria do deputado Jorge Teixeira, mas vamos deixar para votá-lo na próxima sessão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, deliberamos mais de 20 projetos entre ontem e hoje. Muitas pessoas disseram que não iríamos deliberar nada. Por isso pergunto se seria possível fazer a votação da redação final daqueles projetos votados em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Srs. deputados, pergunto a v.exas. se concordam com o pedido do deputado Elizeu Matos.

(Os deputados aquiescem.)

Assim sendo, está encerrada a presente sessão e convocamos outra, extraordinária, para as 16h05.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 035ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h05, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Tilton - Sargento Amauri Soares Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Defende a viagem do governador ao Japão e à Coreia.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Jean Kuhlmann.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende agilização para a Interpraías.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à saúde materno-infantil.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende a viagem do governador ao Japão e à Coreia.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Reporta-se à terceirização da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0265/2011, 0285/2011, 0355/2011, 0380/2011, 0388/2011, 0391/2011, 0394/2011, 0395/2011, 0399/2011 e 0315/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

A Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0612/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira, 0613/2011 e 0614/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi, 0615/2011, de autoria do deputado Silvio Dreveck, 0616/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, e 0617/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.456/2011, 1.458/2011, 1.459/2011, 1.460/2011 e 1.461/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 1.457/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar, 1.462/2011 e 1.463/2011, de autoria da deputada Luciane Carminatti, 1.464/2011, de autoria do deputado Edison Andrino, 1.465/2011, de autoria do deputado Jean

Kuhlmann, e 1.466/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira.

Moções n.s 0132/2011, 0133/2011 e 0134/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, a serem enviadas aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de Antônio Carlos, Governador Celso Ramos e Rancho Queimado, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal. Inscrito para falar o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, na verdade nós acabamos utilizando o horário do partido e, assim, podemos abrir mão dessa inscrição.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Passamos a palavra, então, ao deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos. (Pausa)

Fará uso da palavra substituindo o deputado Maurício Eskudlark.

Pela troca que fez com o deputado Jean Kuhlmann, o deputado Maurício Eskudlark falará no horário destinado ao deputado Jean Kuhlmann.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero primeiro agradecer ao deputado Maurício Eskudlark por ter oportunizado a troca de horário.

Srs. deputados, quero voltar a tocar no assunto, até porque a deputada Ana Paula Lima não me concedeu o aparte, deputado Elizeu Mattos, enquanto ela falava da viagem.

Pedi com toda educação um aparte à deputada Ana Paula Lima, mas infelizmente ela não concedeu o aparte a este parlamentar. Então, deputado Ismael dos Santos, quero esclarecer algumas questões. Primeiro, quero dizer que fazer crítica por fazer é muito fácil. Vir a esta tribuna dizer que esperava que o governador voltasse com um financiamento... Até eu queria que governador tivesse voltado com dinheiro na mala, para fazer as obras dos investimentos. Eu esperava. E eu sonhava que da agência Jica já estivesse com o documento pronto, faltando apenas o governador assinar e que na semana que vem viesse o dinheiro para cá. Eu sonhava com isso, deputado Ismael dos Santos e deputado Elizeu Mattos. Eu esperava isso, também. Mas para quem foi lá e viu como funcionam os japoneses, como funcionam os asiáticos, os coreanos, percebemos que realmente existe uma tramitação, uma burocracia, uma exigência.

Então, vir à tribuna alardear, falar por falar, simplesmente dizer que tinham prometido para nós que o governador vinha com o dinheiro e tinha tudo assinado é uma coisa. Agora, a realidade é outra. E entendo que alguém que não participou, que não conhece a realidade, vir aqui falar algo que não é verdade...

A verdade é que o governador foi lá e disse que o projeto da Jica está aprovado, deputado Ismael dos Santos, e que o governo do estado quer o financiamento. O primeiro passo é pedir o financiamento. E em 20 anos, por mais que eu conheça a Jica, desde quando eu era criança, nunca vi a Jica terminar projeto de uma vez por todas. E agora, sim, a Jica terminou o projeto com o parecer do comitê da bacía, com o parecer de todos os técnicos da região. Pela primeira vez o projeto está finalizado. A idéia da Jica está finalizada. E o governo do estado pela primeira vez disse que aprovou o projeto da Jica e agora pode partir para um financiamento, porque até então nunca foi feito isso.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - É claro que sempre se cria uma expectativa. Isso é natural. O vale do Itajaí criou uma expectativa em relação ao projeto Jica. Mas o importante nisso tudo é o projeto que de fato está pronto. E o mais importante do que isso é a iniciativa do governador ainda esse mês de novembro de anunciar o início das obras, com recursos próprios inclusive. E o que nos interessa basicamente são duas arquiteturas: a elevação das barragens e o canal extravasor que de fato vai dar uma tranquilidade, uma segurança a todos os moradores do vale do Itajaí.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - E é justamente nesse ponto, deputado Ismael dos Santos, que quero chegar, porque algumas pessoas tentam desqualificar a viagem do governador. Mas na hora em que o governador começar o processo de modernização do sistema de telemetria, deputado Darci de Matos, fizer a ampliação das barragens, quero ver as pessoas virem pedir desculpas. A hora em que o governo do estado vender a carne de porco, ou para a Coreia ou para o Japão, na hora em que a empresa de tratores se instalar, deputado Darci de Matos, em Araraquari, quero ver a pessoa vir aqui pedir desculpas, dizer, não, eu não quis falar mal da viagem do governador.

Ora, existem empresas que estão pensando se vêm para cá ou não. Isso é um processo de negociação. É um processo de busca dos recursos, e tenho certeza que é assim que funciona.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Jean Kuhlmann, quero colaborar com a sua exposição com relação à viagem da comitiva do governador Raimundo Colombo para o exterior.

O nosso governador está fazendo aquilo que o ex-presidente Lula fez com maestria durante oito anos. E fez muito bem! Foi o presidente que mais viajou, que mais interagiu com outros continentes, demonstrando que de fato no mundo globalizado os gestores públicos têm que interagir com outras instituições, com outros organismos, com outros representantes de estado, sempre com o objetivo para vender o que de bom tem o seu estado, mas sobretudo na busca de investimentos. E a viagem do governador Raimundo Colombo, todos perceberam, foi uma viagem exitosa, de sucesso, trazendo uma empresa de fábrica de tratores para Araquari, tratando com a Jica para a vinda de empréstimos, tratando da carne suína e outros contatos que às vezes demoram algum tempo para dar resultado. Mas sem dúvida alguma qualquer catarinense de inteligência mediana tem consciência que se faz necessário o governador de um estado como Santa Catarina viajar, fazer viagens de negócios constantemente, porque isso é importante para o seu estado.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - A diferença, deputado Darci de Matos, entre as viagens do ex-presidente Lula com as viagens do governador Raimundo Colombo é que o nosso governador não comprou um "aerolula", não comprou um avião para fazer as suas viagens, mas chega-se ao cúmulo de criticar o governador Raimundo Colombo porque levou dois dias de viagem.

O governador foi de avião comercial, para economizar. Será que agora o governador tem que comprar um avião para ir mais rápido? É um absurdo a crítica feita pelo fato de o governador ter ido de avião comercial.

Isso é economia para o estado. A questão toda é que se discutiu um financiamento, e isso segue regras que têm que ser cumpridas. Nem o governador do estado consegue quebrar essas regras, porque as regras são do banco japonês.

Eu também queria chegar lá assinar o contrato e sair com o dinheiro na mala para fazer as obras. Mas não é assim que funciona. Eu fui lá e vi como funciona, aliás, eu quero dizer que os japoneses são metódicos e sabem exatamente como agir.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria, deputado Jean Kuhlmann, de me somar à

sua manifestação e fazer uma analogia com referência a esta viagem do governador, principalmente no que se refere à questão das cheias.

A deputada Ana Paula Lima, quando se referiu a esta viagem, e nós aqui em Santa Catarina através da agência de fomento, que é o Badesc, para liberarmos qualquer tipo de financiamento a qualquer ente público, por exemplo, uma prefeitura onde temos todas as garantias de recebimento, já é uma tramitação de alguns meses, então, vamos imaginar uma negociação, um financiamento internacional que depende de uma série de fatores, inclusive do próprio senado federal autorizar.

Entendo que a questão das atitudes que o governo está tomando e irá tomar com relação à função de cheias, é extremamente salutar por parte da deputada Ana Paula Lima, mas o fato de entender que o governador fosse até o Japão assinar financiamento, em nenhum momento foi falado isto, muito pelo contrário, este é o primeiro contato oficial e formal de uma delegação de Santa Catarina com o banco japonês exatamente para tratar desse assunto.

Então, entendo que a deputada Ana Paula Lima, neste aspecto, não foi feliz, até porque como eu todos estamos querendo uma ação rápida na defesa do vale do Itajaí com relação às cheias, com relação às enchentes. E só estou acrescentando a minha posição ao seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Agradeço a v.exa., deputado Aldo Schneider, e quero dizer que a viagem do governador foi exitosa no contato com relação à questão da venda da carne suína. E se no ano que vem a carne suína for liberada...

Deputado Aldo Schneider, v.exa. e o deputado Romildo Titon, que conhecem a questão da agricultura, sabem que para poder vender a carne suína para o Japão e Coreia o estado catarinense tem que cumprir 12 itens. Um deles é não ter febre aftosa, outro é o governador ir protocoladamente ao ministério da Agricultura, comunicar a liberação da febre aftosa sem vacinação. São 12 itens para a questão da carne, para a liberação de empresas, de investimentos.

Quantas vezes o governador tem que ir lá buscar a empresa, convencer que Santa Catarina é o maior local, mostrar a questão das possibilidades de financiamento? A mesma coisa é liberar recurso para a questão do sistema de proteção de cheias; não será liberado recurso de uma hora para outra. E repito que gostaria, eu achava, eu queria muito, que o governador Raimundo Colombo chegasse lá e já saísse com o financiamento. Mas não é assim, tem uma burocracia, tem uma tramitação que deve ser seguida. E quem já foi prefeito nesta Casa, quem já foi executivo, sabe como isso funciona. Existe burocracia que tem que ser respeitada, principalmente pelos japoneses que são criteriosos.

Então, o governador assumiu o seu compromisso de iniciar o processo, com o apoio do governo federal, srs. parlamentares, da própria presidente Dilma Rousseff e do ministério da Integração. O governo federal disse que vai participar do processo.

Os japoneses não são obrigados a dar o dinheiro para Santa Catarina. É financiamento. Se os japoneses entenderem que pelos critérios as condições do estado não são interessantes para fazer o financiamento...

O governador Raimundo Colombo tem o projeto e lá no Japão conseguiu a garantia e a liberação dos japoneses para buscar outro ente financiador. O importante é o compromisso do governo com a região...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e da Rádio AleSC Digital, visitantes que prestigiam na tarde de hoje o Parlamento catarinense, é com muita honra que venho aqui expressar aquilo que vem acontecendo e que é o sentimento da nossa região.

Primeiramente quero convidar todos os parlamentares para a audiência pública no próximo dia 21, das 9h às 12h, com a presença da comissão de Transportes, da qual é presidente o eminente deputado Valmir Comin, com a presença do fórum catarinense, representados pelos senadores e deputados federais, também do fórum parlamentar que eu presido juntamente com o eminente deputado José Milton Scheffer, para tratar da questão da obra de uma importância fundamental para desenvolver o turismo na região sul, que é a Interprias.

A estrada do mar no Rio Grande do Sul foi a região que mais cresceu. Nós temos aí a duplicação da BR-101, obra fundamental para desenvolver a região, mas é uma obra do corredor do Mercosul, no sul do estado. E a Interprias é obra de investimento, obra que vai gerar emprego, desenvolvimento; vai colocar o sul de Santa Catarina numa posição de destaque na questão do turismo no nosso estado.

Nós temos aí a ligação com a serra do faxinal, cidade dos cânions, Caxias do Sul, Gramado, Canela, que para chegar lá, saindo de Araranguá, de Sombrio, gasta-se 1h40 ou menos do que isso, estando prontos os oito quilômetros que faltam. E em razão de a promotora ter entrado com uma ação, por causa da perereca, acabou embargada a obra. Está lá impedida, mas superando isso vamos ter a licença ambiental.

Então, está sendo já formalizada a licitação da BR-285, obra das mais importantes. Já trabalhamos mais de 28 anos nesta Casa lutando para que esta obra se realize. Ela vai ligar Araranguá, Ermo, Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus dos Ausentes, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borja e Argentina. Então, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile chegarão ao sul de Santa Catarina com o elo que é a Interprias, que tem um grande potencial turístico que Deus nos proporcionou, pois em 45 minutos poderá chegar à praia e à serra. Nesse tempo ou vamos para a serra ou para a praia.

Esse é um potencial sem limites que o turista pode ficar até as 14h nas praias e depois poderá conhecer a serra mais linda, que é a serra do Faxinal. Itaimbezinho é a maior beleza natural do mundo. Não tem no mundo beleza maior.

Então, o turista vai ter condições de fazer toda aquela trajetória e assim aquela grande região turística do sul do estado vai despontar.

Já temos um potencial muito grande nesta região na área agrícola. Mesmo com o sofrimento dos fumicultores, dos arozeiros, nós somos um potencial muito grande. Agora, começamos outra caminhada, porque o porto de Imbituba é o porto mais seguro do estado, porque não corre o risco de enchente. Há um investimento de R\$ 400 milhões do grupo Votorantin, que está investindo fortemente na região de Imbituba. O calado é no mar e a segurança é total. E, nos próximos meses, vamos inaugurar um dos maiores aeroportos do sul do Brasil, o aeroporto de Jaguaruna, que tem mais potencial do que o de Porto Alegre e o de Florianópolis. Dali sairá voo para o mundo inteiro.

Fruto disso aconteceu uma das coisas mais belas da história do sul do estado. Com a descentralização, em Santa Catarina foram

investidos R\$ 17 bilhões em empresas, e as grandes cidades não incharam mais. O estado cresceu como um todo. Isso impediu que a população deixasse o seu município atrás de emprego.

Agora, de repente, nasce uma luz importante, com uma grande empresa para o sul do estado. Eu mostrei o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna, a BR-101, as facilidades, e a empresa, que era para se instalar em Minas Gerais, resolveu vir para Santa Catarina. Nós já temos hoje o terreno. O projeto, na Itália, já está pronto, pois passamos todos os dados daqui para lá. Iremos visitar a Itália, no próximo mês. Então, uma grande fábrica instalar-se-á em Tubarão, uma fábrica de alta tecnologia, com cinco mil empregos, que vai mudar a história do sul por completo.

Quando essas coisas lindas começam a acontecer, ficamos evidentemente felizes com a conquista, porque este Parlamento consegue fazer a diferença. E nós, que lutamos no dia a dia para resolver a questão do sul, para gerar emprego e renda, para melhorar a qualidade de vida daquele povo, estamos vendo que as coisas estão acontecendo.

Pode ter certeza, meu caro deputado José Milton Scheffer, que Araranguá vai receber mais indústria, bem como Içara, Criciúma, e vamos trabalhar juntos. Tubarão está recebendo uma das maiores premiações de toda história, que vai mudar a história do sul inteiro, porque não é uma simples indústria, mas de alta tecnologia, que vai ter grandes padrões de emprego, como, por exemplo, engenheiros. Foram consultadas as universidades e elas têm a engenharia adequada para o que estão trabalhando.

Por isso, é fundamental que nunca percamos a esperança de transformar a nossa região, que era a região mais pobre do estado, mas em arrecadação de ICMS não perderemos para a região serrana. Agora estou vendo que caminhamos a passos largos rumo ao desenvolvimento, e vamos ter uma região de ponta, respeitada no cenário estadual e no cenário nacional.

Essa é a luta deste Parlamento para o sul do estado. Por isso tenho convicção dos grandes momentos que vamos viver para o sul do estado, porque foi uma luta coletiva dos deputados para construir indústrias.

Araranguá e região receberam quatro indústrias, com seis mil empregos, não é indústria de ponta, mas já resolveu uma série de problemas. E agora estamos resolvendo muito mais, porque é uma indústria de ponta, de alta tecnologia.

Por isso, neste momento, estamos orgulhosos e honrados por saber que valeu a pena trabalhar, às vezes, além do limite, para buscar o resultado, porque a população investe nos deputados, depositam o seu voto na urna na esperança de dias melhores, de resultados.

Lutamos assim por resultados, e estes irão fazer com que a nossa região possa sorrir, desenvolvendo emprego e renda...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente e srs. deputados, quero aproveitar a oportunidade para deixar registrado aqui, nos anais desta Casa, através da leitura deste documento, que irei fazer um projeto de resolução para o combate à mortalidade infantil, um dos temas debatidos na reunião que tive a oportunidade de participar, em Havana, Cuba, nessa última semana, da Confederação Parlamentar das

Américas. Vários temas foram debatidos, mas um dos assuntos centrais foi a situação da saúde materno-infantil, e a partir dessa reunião nós elaboramos uma proposta, inclusive, para apresentar nos parlamentos latino-americanos.

(Passa a ler.)

"Confederação Parlamentar das Américas - Havana - Cuba - 27 e 28 de outubro de 2011

Comissão de Saúde e Proteção Social
Projeto de Resolução para Combater a Mortalidade Infantil

Considerando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela Resolução 55/2 da Organização das Nações Unidas para 2015, visando reduzir a mortalidade infantil em dois terços das crianças menores de cinco anos, em comparação com 1990;

Considerando que o Parlamento das Américas, reunido por ocasião da reunião da Comissão de Saúde e Proteção Social, em Mar del Plata, Argentina, comprometeram-se a aprofundar o estudo da mortalidade infantil no contexto do trabalho da comissão;

Considerando também firmemente empenhada em apoiar objetivos regionais estabelecidos em 2000, no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;

Observando grandes avanços neste campo entre 1990 e 2010, o número total de mortes de crianças menores de 5 anos caiu de 12,5 milhões em 1990 para 8,8 milhões em 2010, e comemorando a possibilidade de alcançar o objetivo regional fixado pela ONU;

Recordando a importância que tem para a redução da mortalidade infantil, o acesso aos cuidados de saúde e programas de saúde da comunidade, tanto as mães e as crianças, bem como a ligação entre as taxas de saúde materna e a mortalidade infantil;

Constatando, ao mesmo tempo, que a complexidade do desafio da mortalidade infantil também implica o acesso a cuidados básicos, socioeconômicos determinantes, tais como desnutrição e acesso à água potável, nível de educação e acesso ao planejamento familiar;

Destacando, portanto, a necessidade de combater as causas econômico subjacentes da mortalidade infantil, combater a pobreza e melhorar a condição das mulheres;

Recordando a necessidade de medir o impacto das políticas implementadas para combater a mortalidade infantil;

Nós, parlamentares das Américas, reunidos em Havana, Cuba, durante a reunião de trabalho da Comissão de Saúde e Proteção Social da Confederação Parlamentar das Américas:

Comprometemo-nos a melhorar e fortalecer nossos sistemas de saúde e nossos programas de saúde da comunidade, para combater a mortalidade infantil;

Apelamos aos parlamentares das Américas que se comprometam em atingir, em 2015, a Meta de Desenvolvimento do Milênio na redução da mortalidade infantil na América Latina e Caribe, que é de 18 mortes de crianças menores de 5 anos para cada 1.000 nascidos vivos;

Esperamos que os parlamentares das Américas estendam este compromisso de alcançar, até 2020, uma média regional de menos de 15 mortes de crianças menores de 5 anos de idade por 1.000 nascidos vivos;

Incentivamos os parlamentares das Américas a intervir de forma eficaz para os seus Estados alcançarem os objetivos definidos;

Estamos empenhados em promover a implementação de estratégias nacionais para reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna.

Recomendamos a todos os parlamentares presentes na reunião de trabalho da

Comissão de Saúde e Proteção Social, em Havana, Cuba, para assegurar o seguimento desta resolução por todas as assembleias parlamentares das Américas e as comissões de saúde e igualdade de gênero nas assembleias, a prestar atenção especial para os desafios associados com a mortalidade infantil e saúde materna."[sic]

Sr. presidente, fiz questão de fazer a leitura desse documento que foi um dos documentos emanados dessa reunião que tive a oportunidade de participar, da Confederação Parlamentar das Américas em Havana, Cuba.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados e público que nos assiste pela TVAL, quero só reforçar o que o deputado Jean Kuhlmann aqui colocou sobre a importância da viagem do governador Raimundo Colombo e da comitiva para a Ásia, preocupados principalmente com a questão do vale do Itajaí em relação às cheias.

Eu mesmo fiz questão de fazer a manifestação também preocupado com o assunto, para que a solução do problema das enchentes, das chuvas, não fique esquecido e não seja somente lembrado quando há mais uma catástrofe climática.

Então, é importante que o governador Raimundo Colombo, além de buscar recursos, e também já declarou, inicie as obras. Isso é importante para o vale do Itajaí, para Blumenau, para Rio do Sul, para Itajaí, enfim, para todos os municípios da região.

Quanto à questão da viagem, discussão aqui levantada pela deputada Ana Paula Lima, quero salientar que muitas vezes nessas viagens internacionais não vemos resultado imediato, sejam viagens do governo federal ou estadual. Muitos resultados vêm em longo prazo. E, para Santa Catarina, já vimos alguma previsão de soluções e encaminhamentos em curto prazo.

Então, o governador Raimundo Colombo foi muito feliz de imediato em já buscar esse projeto com o banco japonês e também em querer solucionar outras questões, como a exportação da carne suína, que é importante para o estado. Assim, não podemos cobrar dos governantes resultados imediatos.

Nós vimos tantas viagens internacionais de presidente da República para receber honraria, para ser homenageado, mas sabemos que mesmo essas viagens, hoje, neste mundo em que um país está tão próximo do outro, acabam trazendo grandes resultados.

Então, tudo isso que vimos é importante, e queremos parabenizar o governador Raimundo Colombo por todo o trabalho que está sendo feito pelo estado de Santa Catarina.

Hoje, passei no porto de Itajaí, de Navegantes, que está em greve. Quero ressaltar o prejuízo que causa para o estado, para a união, essa paralisação, por uma reivindicação dos trabalhadores. Nós esperamos que essa questão seja resolvida o mais rápido possível pela importância que o porto representa para o estado e para o Brasil.

Apresentamos uma indicação com referência ao outro porto de entrada do nosso estado, o porto Seco de Dionísio Cerqueira. Com essa indicação estamos solicitando ao governador do estado e ao presidente da Cidasc a instalação de um laboratório de análises de produtos importados de origem vegetal, no município de Dionísio Cerqueira, para a obtenção do laudo das amostras dos produtos que são importados através da aduana do porto Seco de Dionísio Cerqueira. Hoje,

precisa-se que esses produtos sejam enviados para Florianópolis ou Santa Maria. E o tempo médio para a obtenção do laudo tem sido, aproximadamente, de dez dias. Antes da obtenção desses laudos e de todos os trâmites aduaneiros as empresas não podem comercializar os produtos. Os custos, com as mercadorias paradas, no aguardo dos laudos, são suportados pelas empresas importadoras.

Então, por essa razão, já mantivemos contato com Enori Barbieri, que é o responsável, e ele já demonstrou preocupação em resolver esse problema. Imaginem, srs. deputados, que os caminhões permanecem até dez dias com a mercadoria, muitas vezes, aguardando a liberação. São, aproximadamente, 130 caminhões que entram diariamente pelo porto Seco de Dionísio Cerqueira. A aduana em Foz de Iguaçu tem uma movimentação diária de, aproximadamente, 700 caminhões, e o porto Seco de Dionísio Cerqueira em torno de 130 caminhões. Com a transformação na região de Foz de Iguaçu, provavelmente grande parte dessa movimentação de caminhões, desses 700 caminhões diários, será transferida para Dionísio Cerqueira.

Então, é importante que tenhamos um laboratório. Se hoje já vemos longas filas de caminhões aguardando a liberação de produtos, imaginem com o aumento dessa movimentação no porto Seco. Assim, é importante que tenhamos a implantação desse laboratório. Sabemos que o governo do estado e a Cidasc, através do Enori Barbieri, vai empenhar-se para que seja feita a implantação desse laboratório importante para o estado e, especialmente, para o extremo oeste, para a região de Dionísio Cerqueira.

Ainda hoje, passando por Balneário Camboriú, depois de Itajaí, Navegantes, verificamos a preocupação que o estado de Santa Catarina precisa ter com a questão do trânsito. Deputado Reno Caramori, ninguém respeita a faixa de segurança. Onde há radar eletrônico desativado, os veículos passam em alta velocidade. Depois daquelas denúncias a respeito dos radares, infelizmente, na grande maioria das rodovias e dos municípios catarinenses, os radares que existiam foram desativados, e Santa Catarina ostenta o título de campeã brasileira em mortes por acidentes de trânsito.

Todo o final de semana, nós vemos aí números que vão de dez a 15 mortes no trânsito.

Nós solicitamos, inclusive, e foi aprovada pelos srs. deputados, a implantação de um fórum permanente sobre o trânsito, que ainda vai ter a indicação dos representantes de cada partido para a sua instalação. Penso que esse fórum, no ano que vem, junto com Assembleia, o Detran, a secretaria de Segurança Pública e o governo, irá fazer um trabalho em todo o estado de Santa Catarina, principalmente com o apoio dos Centros de Formação de Condutores das autoescolas, na redução de números de acidentes, principalmente de acidentes com vítima.

Eu pude ver que, hoje, em Balneário Camboriú, que é uma cidade turística, na avenida Atlântica poucos respeitam e têm a cortesia de parar o veículo para que as pessoas possam atravessar. E pode-se ver que, quando o idoso ou a criança cruza a faixa de pedestres, faz sinal de positivo, agradecendo como se fosse um ato raro, sendo que deveria ser praticado por todos os motoristas.

Então, hoje, há faixas de segurança para as pessoas atravessarem quando não está passando nenhum veículo. Se for para usar somente quando não está passando nenhum veículo, não precisa de faixa de segurança! Portanto, a faixa tem que ser respeitada, as pessoas têm que ter paciência no trânsito!

Já vimos casos de veículos pararem na faixa no lado esquerdo, outros ultrapassarem pela

direita, colocando em risco a vida das pessoas. Assim, vamos ter que fazer um trabalho com o Detran, as universidades e as escolas no estado para que desde aquela criança de sete ou oito anos até o universitário, enfim todas as pessoas, participem de uma campanha de humanização do trânsito em Santa Catarina. Caso contrário, sr. presidente, continuaremos a ser este estado campeão nacional em número de mortes e acidentes de trânsito.

Então, vamos fazer um trabalho junto com toda a comunidade catarinense, o governo do estado, a secretaria de Segurança Pública, o Detran, as universidades e os CFCs para melhorar e humanizar o trânsito catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

A próxima oradora inscrita é a deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaríamos de cumprimentar o sr. presidente e, de forma muito breve, fazer a nossa manifestação.

Acabei de chegar de uma audiência com o governador Raimundo Colombo, da qual participamos eu, o deputado Dirceu Dresch, várias entidades ligadas à agricultura familiar e à educação, o Conselho de Alimentação Escolar, o Cecane, que trabalha em parceria com o FNDE e desenvolve ações importantes no estado, e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Enfim, esse conjunto de entidades fez uma boa discussão com o governador, apresentando não apenas as denúncias que o próprio Ministério Público Federal também fundamenta em todo o processo de investigação da alimentação em Santa Catarina, mas também as reflexões que as organizações e as entidades têm feito no sentido de que, hoje, a alimentação escolar em Santa Catarina desperdiça recursos públicos, não garante uma alimentação saudável próxima dos agricultores, inclusive combinando a gestão da alimentação enquanto política de estado.

Então, diante de todas essas reflexões, o governador mostrou-se muito sensível e sugeriu a criação de um grupo de trabalho formado por três pessoas das entidades que estavam na audiência e mais três pessoas representando o governo. Esta Casa também vai fazer a sua indicação para que já na segunda-feira esse grupo comece a elaborar ações concretas e urgentes, uma vez que o ano letivo inicia-se em fevereiro e os contratos são renovados ano após ano.

Então, é uma atitude muito madura, e nós queremos crer que esse grupo possa produzir ações a partir das duas audiências que foram realizadas tanto em Chapecó quanto em Florianópolis, que trataram do tema da terceirização da merenda, e que possa produzir resultados, combinando alimentação diversificada, agroecológica, saudável, com produtos da região, respeitando a cultura regional e agregando concurso público para os profissionais que possam manipular e elaborar essa política de alimentação escolar, como nutricionistas, merendeiras, e com o pessoal técnico também elaborando todas essas demandas colocadas. Além disso tudo, que também possamos garantir que os recursos públicos fiquem nas nossas regiões, favorecendo os municípios e também a agricultura familiar.

Portanto, acho que é um avanço e esperamos que possa produzir bons resultados que cheguem aos alunos, às comunidades das nossas regiões, aos professores e aos pais que, com certeza, querem uma alimentação bem feita, bem elaborada, de qualidade, mas que os custos sejam também voltados para o desenvolvimento local e regional.

Então, foi uma grande audiência e queremos trazer aqui as informações para esta Casa porque sabemos que o estado de Santa Catarina poderá ganhar muito quando estabelecer uma política integrada com agricultura, educação e saúde, pensando numa alimentação saudável.

Parabenizo a todos e agradeço, sr. presidente, pela oportunidade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sra. deputada Luciane Carminatti.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - Adjori.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 003, de 10 de novembro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Considerar **Ponto Facultativo** para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 14 de novembro, segunda-feira, data que antecede ao Dia da Proclamação da República, devendo a carga horária suspensa ser compensada nos dias 16, 17, 18, 21, 22 e 23 de novembro do corrente ano, na fração de uma hora por dia.

Deputado GELSON MERÍSIO

Presidente

*** X X X ***

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 059-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gilmar Knaesel para ausentar-se do País, no período de 11 a 18 de novembro do corrente ano, a fim de acompanhar comitiva de empresários e prefeitos da Região da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMV, nas cidades de Berlim e Frankfurt, na Alemanha. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 9 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merísio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 3º Secretário

*** X X X ***

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 363, de 08 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **ELISABETE SILVEIRA**

BRANDALISE, matrícula nº 1349, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função da Gerência de Sessões Solenes e Especiais, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2011 (DL - Coordenadoria de Apoio ao Plenário).

Republicado por incorreção

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 364, de 08 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2070/2011,

RESOLVE: com fundamento no art.3º da Emenda Constitucional nº 47, de 04 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de

contribuição, ao servidor **MARIO EDUARDO BARZAN**, matrícula n.º 1266, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-52, do Quadro do

Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei, a contar de 03 de novembro de 2011

Republicado por incorreção

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 375, de 10 de novembro de 2011

Altera o Quadro de Detalhamento de Despesa do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo nos incisos XVIII e XIX e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica anulado parcialmente na importância de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0920.0416.1144		
Elemento	339039 - 261	R\$	2.000.000,00
Total		R\$	2.000.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementado na atividade abaixo discriminada, o seguinte elemento de despesa:

01000	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
01001	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO		
Atividade	01.031.0920.0416.1144		
Elemento	339032 - 261	R\$	2.000.000,00
Total		R\$	2.000.000,00

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Reno Caramori - Secretário

Deputado Jailson Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 376, de 10 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Ofício nº 0317/2011/GP.

RESOLVE: com fundamento no art. 18 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e nas condições previstas no Termo de Convênio nº 0047/2011-2 celebrado entre os Poderes Legislativo e Executivo, visando a cooperação técnico-profissional recíproca,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, até 31 de dezembro de 2012, o servidor **FERNANDO SOUZA** matrícula nº 1236, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 03 de novembro de 2011.

Deputado **GELSON MERÍSIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 377, de 10 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, matrícula nº 6866, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Receptivo de Visitantes, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 03 de novembro de 2011 (CGP/CE - Gerência de Cerimonial).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 378, de 10 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **EMIR JOSE DE SOUZA**, matrícula nº 2142, da função de Assessoria Técnica-administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2011 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 379, de 10 de novembro de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR o servidor **EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM**, matrícula nº 1243, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Assessoria Técnica-Administrativa - Apoio Técnico de Impressão, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de novembro de 2011 (DTI - Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputada Ana Paula Lima - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia dezoito de outubro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Jean Kuhlmann, substituindo o Deputado Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Marcos Vieira, Neodi Saretta, Silvio Dreveck e o Sargento Amauri Soares. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 26ª reunião, que em votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Silvio Dreveck** relatou o PL./0175.1/2011, que acrescenta o capítulo V no título V da Lei nº 14.675 de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0385.9/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Barra Bonita na rua Buenos Aires, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A **Deputada Luciane Carminatti** relatou o PL./0402.4/2011 que autoriza a doação de imóvel no município de Xanxerê, para instalação de Centro de Educação Infantil, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Neodi Saretta** relatou o PL./0380.4/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Palmitos, para a instalação de unidade do Centro de Educação Superior do Oeste - CEO, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0353.1/2011, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, propiciando um local para a Academia Catarinense de Letras e Artes desenvolver suas atividades, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0394.0/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bicombustível - ANP, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0315.6/2011, que dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências para a Câmara de Vereadores e novo Fórum local no município de Rio do Sul, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0269.6/2011 que autoriza o Poder Executivo a alienar imóveis de propriedade da Empresa Agropecuária a Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o PL./0265.2/2011, que autoriza a transferência de direitos possessórios exercidos pelo Estado sobre imóvel no município de Biguaçu, para implantação do Centro de Zoonoses, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado**

Gilmar Knaesel relatou o PL./0387.0/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Bombinhas, para construção de portal de atendimento ao turista, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PLC./0009.5/2011 que altera a alínea "f", do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais aos trabalhadores, que especifica e adota outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu Wilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, dezoito de outubro de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, sob a Presidência do **Deputado Gilmar Knaesel**, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Aldo Schneider, Darci de Matos, Luciane Carminatti, Manoel Mota, Marcos Vieira e o Deputado Neodi Saretta. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente colocou em discussão a Ata da 27ª reunião, que em votação, foi aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente leu o Ofício GABS nº 920/2011, no qual ficou confirmada a presença do Secretário de Estado Nelson Antônio Serpa, no dia nove de novembro de 2011, na reunião da Comissão de Finanças e Tributação, em cumprimento ao disposto da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, conforme disposto no art.9º, § 4. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados, para relatarem as matérias em pauta: o **Deputado Aldo Schneider** relatou o PL./0401.3/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Santa Terezinha, para prestação de serviços na área da saúde, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Manoel Mota** relatou o PL./0382.6/2011, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Balneário Gaivota, para construção de ginásio de esportes, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0400.2/2011, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Joinville para construção e instalação de unidades escolares de ensino médio, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0287.8/2011, que autoriza a doação de imóvel no município de Praia Grande, para construção e instalação do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O **Deputado Darci de Matos** relatou o PL./0389.2/2011, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis, para o desenvolvimento de projetos sociais voltados ao esporte, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após relatar seus projetos o Deputado Darci de Matos juntamente com a Deputada Luciane Carminatti, formalizaram um

Requerimento Verbal para que o Secretário de Estado da Fazenda e o Secretário de Estado da Educação possam vir a esta Comissão juntamente com o representante da ACAFE e da UDESC, para tratar sobre a prestação de contas do art. 170 e 171. O Senhor Presidente Deputado Gilmar Knaesel ficou encarregado de ver a disponibilidade dos Secretários e definir data e hora da reunião. O **Deputado Gilmar Knaesel** relatou o PRS./0012.5/2011, que altera os anexos III - B e IX - D da Resolução nº 002, de 2006, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, eu Vilson Elias Vieira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os Membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, vinte seis de outubro de dois mil e onze.

Deputado GILMAR KNAESEL
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
 *** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310 - Centro - Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará Sessão Pública no próximo dia 16 de novembro de 2011, a partir das 9:00 horas, para o COTEJO entre as vias **identificadas e não identificadas** do plano de comunicação publicitária e do conjunto de informações a que se refere o inciso III do art. 6º da Lei 12.232/2010.

O referido procedimento realizar-se-á dentro dos preceitos contidos no art. 11, § 4º, inciso VII, alíneas "a", "b", "c" e "d" da Lei 12.232/2011. Florianópolis, 07 de novembro de 2011.

Antonio Henrique C. Bulcão Vianna
 Presidente da Comissão Permanente de Licitações
 *** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 197/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 071/2011, celebrado em 27/10/2011.
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
 CONTRATADA: TotalCad Comércio e Serviços em Informática Ltda.
 OBJETO: Aquisição e instalação de 05 (cinco) licenças do programa Google Sketch Up 8.0 PRO, incluindo o treinamento presencial para 05 (cinco) funcionários da ALESC.
 VALOR GLOBAL: R\$ 10.950,00
 FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Lei 10.520/02; Pregão Presencial nº 031/2011; Autorização para Processo Licitatório n.º 0065/2011- LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
 Florianópolis, 09 de novembro de 2011.
 Deputado Gelson Merisio - ALESC
 Maria Elvira da Silva Lopes- Sócia
 *** X X X ***

LEIS

LEI Nº 15.616, de 10 de novembro de 2011

Revoga os arts. 5º e 13 da Lei nº 6.063, de 1982, que dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano.

Eu, Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 308, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Ficam revogados os arts. 5º e 13 da Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
 PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de novembro de 2011
 Deputado Gelson Merisio

Presidente
 *** X X X ***

LEI Nº 15.617, de 10 de novembro de 2011

Dispõe que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e dos órgãos que especifica, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado.

Eu, Deputado Gelson Merisio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º

da Constituição do Estado e do art. 308, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e entidades paraestatais que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados no Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações disciplinadas pelas leis federais em vigor.

§ 1º Todos os atos administrativos realizados e contratos firmados pelos entes discriminados no *caput* do art. 1º, que importem em despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, operações financeiras de qualquer natureza, ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e a admissão, exoneração e aposentadoria de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos, contratação de prestadores de serviços e pagamento de diárias, deverão ser encaminhados à Diretoria de Imprensa Oficial do Estado, para sua devida publicação.

§ 2º Serão considerados ineficazes, nos termos do art. 61 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os atos e contratos quando não publicados no prazo de 30 (trinta) dias após a realização, devendo eventuais valores despendidos serem ressarcidos aos cofres públicos.

Art. 2º Os entes descritos no *caput* do art. 1º deverão, ainda, gerir e manter uma página na rede mundial de computadores (internet), sob a denominação de Portal da Transparência, que poderá ser acessado por qualquer pessoa, mediante atalho eletrônico (*link*), representado por imagem (*banner*), na página inicial do respectivo sítio (*site*), contendo a nomenclatura do portal.

§ 1º Deverão ser publicados integralmente nos Portais da Transparência, a partir da vigência desta Lei todos os atos administrativos realizados e contratos firmados, bem como seus aditivos, que importem em realização de despesas públicas, nos termos do § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 2º Deverão ser publicados, ainda, todos os atos de ingresso, exoneração e aposentadoria de membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e a admissão, exoneração e aposentadoria, de servidores e funcionários, inclusive os comissionados, contratação, demissão e aposentadoria de empregados públicos e contratação de prestadores de serviços, com a discriminação do nome, subsídio, vencimento ou provento e lotação do mesmo, bem como os contratos firmados para prestação de serviços por terceirizados.

§ 3º Todos os atos realizados e contratos firmados deverão ser publicados com *links* de acesso aos editais que os antecederam, em especial os procedimentos licitatórios ou as justificativas para as contratações diretas.

§ 4º Todos os atos realizados e contratos firmados deverão ser publicados em até 30 (trinta) dias da respectiva assinatura, respeitando-se os prazos estabelecidos em leis federais em vigor.

§ 5º Deverão ser publicados todos os extratos das contas e operações financeiras realizadas, assim como as faturas dos cartões corporativos, no mês subsequente ao pagamento.

§ 6º Em se tratando de valores reembolsáveis despendidos pelos agentes estatais, deverão ser publicadas as notas fiscais e cópias da guia de depósito, transferências ou cheques utilizados no reembolso, discriminados pelo nome, cargo e lotação de cada agente.

§ 7º O Portal da Transparência agrupará as informações, preferencialmente em ordem cronológica, divididas por mês e ano, a partir das seguintes categorias:

I - membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, servidores e funcionários, inclusive os comissionados, empregados públicos, e prestadores de serviços;

II - pagamentos de diárias;

III - valores referentes às verbas de representação, verbas de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza;

IV - gastos com cartões corporativos;

V - operações financeiras de qualquer natureza;

VI - extrato da Conta Única de cada Poder ou entidade;

VII - licitações em andamento;

VIII - controle de estoque: listas de entradas e saídas de mercadorias;

IX - contratos referentes à obras, serviços, aluguéis e congêneres;

X - cessões, permutas e doações de bens;

XI - perdão de dívidas, moratórias, concessões de isenções, benefícios fiscais e subvenções;

XII - orçamento de cada Poder do Estado, do Ministério Público e do Tribunal de Contas;

XIII - publicação extemporânea.

§ 8º A critério dos responsáveis por cada um dos entes descritos no *caput* do art. 1º, poderão ser criadas novas categorias e subcategorias que facilitem a pesquisa por parte dos interessados.

Art. 3º Nenhum ato ou contrato deixará de ser publicado no prazo estabelecido, exceto os que impliquem risco à segurança pública, casos em que serão publicados apenas os respectivos valores nominais.

Parágrafo único. Os atos e contratos não publicados de acordo com o *caput* deste artigo deverão ser obrigatoriamente publicados na categoria "Publicação Extemporânea", 12 (doze) meses após a publicação dos valores nominais.

Art. 4º A omissão na publicação dos atos e contratos deverá ser imediatamente comunicada ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público estaduais, para apuração das responsabilidades, inclusive no que diz respeito à configuração de atos definidos na Lei Federal de Improbidade Administrativa.

Art. 5º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações públicas e as entidades paraestatais, deverão se adequar ao disposto na presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, ressalvados os prazos previstos na Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de novembro de 2011

Deputado Gelson Merísio

Presidente

*** X X X ***

LEI COMPLEMENTAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 549, de 10 de novembro de 2011

Revoga o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 2007.

Eu, Deputado Gelson Merísio, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 54, § 7º da Constituição do Estado e do art. 308, § 1º do Regimento Interno, promulgo a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica revogado o inciso XIX do art. 56 da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de novembro de 2011.

Deputado Gelson Merísio

Presidente

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 3005, de 10 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDER ALEXANDRE MARTINS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 3006, de 10 de novembro de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 3309, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da

Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Narcizo Parisotto).

Carlos Alberto de Lima Souza

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 494/11

Obriga a realização do exame de oximetria de pulso em todos os recém nascidos nos berçários das maternidades do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O exame de oximetria de pulso deverá integrar o rol de exames obrigatórios serem realizados nos recém nascidos, atendidos nas maternidades do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O exame deverá ser realizado nos membros superiores e inferiores dos recém nascidos, ainda no berçário e após as primeiras 24 (vinte e quatro) horas de vida da criança e antes da alta hospitalar.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Kennedy Nunes

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a cardiopatia congênita é detectada em alguns recém-nascidos somente após a alta hospitalar, o que resulta em morbidade significativa e ocasionalmente em morte.

A Oximetria de Pulso é um exame indolor, utilizado para medir os níveis de oxigênio no sangue e deve ser realizado em recém-nascidos assintomáticos após 24 horas de vida, mas antes da alta hospitalar, para detectar a presença de cardiopatia congênita grave que coloca em risco a vida da criança. Sendo detectada alteração na oximetria, a investigação de problema cardiológico é então aprofundada.

Nas maternidades onde o exame é realizado, também em berçários, os recém-nascidos passam pela análise de saturação do oxigênio no sangue, se for detectado oxigênio abaixo de 95%, é realizado ecocardiograma para investigar a existência de cardiopatia congênita.

É comum ocorrer de recém-nascidos receberem altas e precisar retornar ao hospital após curto espaço de tempo com problemas, muitas vezes graves, que poderiam ter sido detectados e investigados antes da alta após parto, por meio da Oximetria de Pulso, tal qual conclui o estudo realizado pela Universidade de Birmingham e Birmingham Women's Hospital, no Reino Unido.

O trabalho realizado pelos cientistas de Birmingham, publicado no jornal científico Lancet, envolveu 20.000 bebês aparentemente saudáveis de seis maternidades no Reino Unido. Todos foram rastreados, por meio de um oxímetro de pulso, aqueles com níveis mais baixos de oxigênio após o nascimento tinham mais risco de problema no coração.

Dos 195 bebês que tiveram resultado anormal no teste, 26 apresentaram importante problemas cardíacos congênitos e, aproximadamente 46, apresentaram outros problemas que necessitariam tratamentos urgentes.

São inúmeras as pesquisas realizadas que apontam para os benefícios dessa prática nos bebês, no entanto, o exame de rotina é realizado somente no âmbito das UTIs neonatais, não se aplicando aos berçários com os bebês aparentemente normais.

É certo que o teste não detecta todas as doenças cardíacas. Os pais e cuidadores devem também ser informados que a oximetria de pulso isoladamente pode não detectar todos os casos de cardiopatia congênita crítica e, assim, um resultado de teste negativo não exclui a possibilidade de doença cardíaca.

Vale lembrar que, durante o pré-natal, o ecocardiograma fetal, que pode ser realizado entre a 18ª e 24ª semana, já é capaz também de indicar algum problema no coração do bebê. No entanto, considerando que o ecocardiograma fetal nem sempre faz parte dos exames solicitados pelo médico durante o pré-natal, a oximetria de pulso, que incorre em muito baixo custo, poderá salvar vidas, desencadeando investigação cardiológica mais profunda nestas crianças.

A realização de exames de detecção de doenças cardiológicas tanto na fase intra-uterina quanto nos recém-nascidos, é uma reivindicação de muitos profissionais da área da saúde, que há tempos vêm alertando para a necessidade do "Teste do Coraçãozinho", a fim de minimizar os riscos de defeitos congênitos mais letais decorrentes da ausência de diagnóstico preventivo.

Contando com o apoio dos meus nobres pares na aprovação deste Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 495/11

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEBER INCENTIVOS FISCAIS OU FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS, NA FORMA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais ou financeiros aos Municípios que autorizarem a construção de estabelecimentos penais, bem como aos que disponibilizarem parte de seu território para tanto.

Art. 2º. O benefício fiscal ou financeiros a que se refere o artigo anterior poderá, ainda, ser concedido aos Municípios nos casos de reforma dos estabelecimentos prisionais localizados em seus respectivos territórios.

Art. 3º Os incentivos fiscais ou financeiros a que aludem os artigos 1º e 2º somente poderão ser concedidos após o ato de cessão, pelo Município, da área específica, ou, quando for o caso, após a autorização do projeto de construção e/ou reforma, e a partir do momento em que se iniciarem os respectivos procedimentos.

Art. 4º. A construção ou reforma de estabelecimentos prisionais em cada Município tem como objetivo principal a permanência dos presos em local próximo ao seu meio familiar e social, com vistas à facilitação do trabalho de ressocialização dos mesmos.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará por Decreto a concessão de incentivos fiscais de que trata esta lei.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICATIVA

Apresentamos o presente Projeto de Lei visando melhorar o caótico sistema prisional em nosso Estado.

Neste sentido, por um lado, verifica-se a necessidade latente de construção de estabelecimentos prisionais em Municípios que ainda não os tenham. Isto porque, como é sabido, os estabelecimentos prisionais de nosso Estado não existem em número suficiente para satisfazer os requisitos estabelecidos na Lei de Execução Penal (LEP), o que acarreta um quadro degradante de superlotação nos estabelecimentos existentes.

A construção de novos estabelecimentos prisionais, aliada à finalidade de alocação dos presos em local próximo ao seu meio familiar e social, acarretará maiores e melhores condições de ressocialização dos mesmos, objetivo primeiro do sistema prisional (e que há muito tem deixado de ser devidamente cumprido pelo Estado).

De fato, a permanência do preso em local próximo de seu seio sócio-familiar favorece a manutenção das relações, principalmente com a família, o que é de suma importância para o seu bem estar psíquico e emocional, bem como para o sucesso dos trabalhos a serem desenvolvidos com vistas à sua reintegração social.

O trabalho de ressocialização do preso tem chances infinitamente maiores de sucesso quando é possível a presença constante da família, e como não é novidade a notícia de que a maior parte da população carcerária provém de famílias de baixa renda, torna-se inequívoca a necessidade de o detento se situar em local perto, com vistas a viabilizar, de forma efetiva, o acompanhamento familiar, para fins de um eficaz trabalho de ressocialização, diminuindo, com isto, as chances de reincidência.

Ainda, há que se atentar para o fato de que a descentralização dos estabelecimentos penais implicará também na redução dos custos para o Estado - para o contribuinte -, tais como aqueles relativos ao deslocamento dos presos para audiências e diligências, tendo em vista que a abertura do inquérito, bem como do processo penal, se dá, na maioria das vezes, no local de moradia destes.

Dessa forma, igualmente faz-se oportuna a implementação de uma política de incentivos para que sejam procedidas as construções e reformas necessárias (e urgentes) nos estabelecimentos penais já construídos, com vistas a dar efetivo cumprimento ao disposto na Lei nº 7.210/84, bem como dar efetividade ao princípio maior e basililar contido em nossa Constituição da República: a dignidade da pessoa humana.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 496/11

Determina que as empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal instalem bloqueadores de sinais de radiocomunicações nos estabelecimentos penais estaduais e dá outras providências.

Art. 1º As empresas operadoras do Serviço Móvel Pessoal deverão instalar, no prazo máximo de cento e oitenta dias a contar da publicação desta Lei, bloqueadores de sinais de radiocomunicações

(BSR) nos estabelecimentos penais de todo Estado, de modo a impedir a comunicação por telefones móveis no interior dos referidos.

Parágrafo único. As operadoras estão igualmente obrigadas a prestar todos os serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos bloqueadores de sinais de radiocomunicações de que trata o *caput*.

Art. 2º A inobservância do dever estabelecido nesta lei sujeita todas as operadoras individualmente à pena de multa mínima de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e o máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por estabelecimento penal, cuja aplicação será regrada em regulamento.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania caberá a fiscalização e cobrança do dever criado por esta lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

Líder do Governo

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICAÇÃO

O Estado não tem condições de instalar os bloqueadores de celular em todos estabelecimentos penais, não só pelos custos da medida, mas principalmente pela evolução tecnológica e uso de novas frequências por parte das operadoras, o que tornaria os bloqueadores rapidamente obsoletos.

Por outro lado, não podemos perder de vista que o serviço de telecomunicações é de **natureza essencialmente pública**, como definido no art. 21, XI, da Constituição Federal. A exploração de um serviço público deve observar um marco legal determinado e, principalmente, o interesse coletivo. O fato é que estamos perdendo a guerra para o crime organizado, que se apossou de uma arma poderosíssima: o aparelho celular. Estamos convencidos, pois, de que o marco regulador do Serviço Móvel Pessoal (também conhecido como telefonia celular) deve impedir o uso desses aparelhos no interior dos estabelecimentos penais. É no interesse público - sobretudo quando toca áreas sensíveis da segurança pública - que a exploração econômica encontra o seu limite fundamental.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 497/11

Declara de utilidade pública o Hospital Beneficente São José, de Caibi.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Hospital Beneficente São José do Caibi com sede no município de Caibi.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado Mauro de Nadal

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa declarar de utilidade pública o Hospital Beneficente São José, com sede no município de Caibi.

Trata-se de associação filantrópica, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica de direito privado, que tem por objetivo, dentre outros, a beneficência hospitalar, proporcionando hospitalização em sua sede, fornecendo alimentação e medicamentos gratuitamente ao paciente comprovadamente indigente, aos beneficiários de institutos de previdência conforme convênio ou contrato previamente assinado e a execução, isoladamente ou em cooperação, de quaisquer outros serviços de assistência médico-social de interesse da coletividade.

Neste contexto, para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Nobres Pares desta Casa Legislativa o presente projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 498/11

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua dos Caçadores e Transversais, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores da Rua dos Caçadores e Transversais, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICATIVA

A Associação de Moradores da Rua dos Caçadores e Transversais, com sede no município de Blumenau, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos ou econômicos, de duração indeterminada, de caráter representativo, reivindicatório, educativo e beneficente, que tem por finalidade lutar pelo bem comum em todos os aspectos, com prioridade para assuntos referentes a alimentação, saúde, moradia, regularização fundiária, segurança e transportes, o que pode ser observado por meio do Estatuto Social que acompanha o presente projeto de lei.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente proposição, por entendê-la relevante para a promoção da capacitação da comunidade.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 499/11

Declara de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade Nova Vida.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade Nova Vida, com sede no município de Lebon Régis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º, da Lei nº 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/11

JUSTIFICATIVA

A Associação da Terceira Idade Nova Vida, fundada em 12/08/1996 no município de Lebon Régis, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico assistencial, cuja finalidade principal é a congregação de idosos que residem no município.

Desta forma e pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

Por sua vez, a documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 500/11

Denomina Rodovia Antônio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.

Art. 1º Fica denominada Rodovia Antônio David o trecho da Rodovia SC-108 compreendido entre os municípios de Rancho Queimado, a partir da BR-282, e o centro urbano de Anitápolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Lido no Expediente

Sessão de 10/11/11

JUSTIFICATIVA BREVE "CURRICULUM VITAE"

Antonio David nasceu em 22 de abril de 1921 (doc. 01), na localidade de Rio do Meio, cidade de Anitápolis, filho de João David e Maria Weber. Casado com Maria Hemkemeier David, com quem teve nove filhos e mais um adotivo: José (falecido), Fredolino: oficial da Polícia Militar de Santa Catarina, Antão: professor estadual e servidor público municipal, que foi Prefeito Municipal de Anitápolis em três gestões, Presidente da Associação dos Municípios da GRANFPOLIS e da Federação Catarinense de Municípios, Estevão: técnico agrícola da EPAGRI, Bárbara: professora estadual, Anita: bancária e empresária, Sebastião: securitário, Vendolino: professor estadual, Lucas: professor estadual e produtor rural e Arilton (adotivo): empresário.

Foi alfabetizado em português e alemão na escola rural de Rio do Meio, mantida em parceria com o Governo da Alemanha. Autodidata, aperfeiçoou seus conhecimentos tanto na língua vernácula como na alemã; tanto que nas décadas de 60 e 70, constantemente era convocado como intérprete nas visitas dos agentes da "Cáritas Alemã" e dos padres da Congregação do Espírito Santo também oriundos da Alemanha, época em que a assistência religiosa e social da Paróquia São Sebastião foi confiada aos Padres Espiritanos pela Arquidiocese de Florianópolis. A redação e a caligrafia esmerada e limpa, para quem frequentou os bancos escolares por pouco tempo, era motivo de admiração e elogios.

Aos vinte e um anos, já com tudo pronto para casar-se, em razão da declaração de Guerra pelo Brasil aos países do Eixo, foi convocado para o serviço militar pelo Exército Brasileiro, servindo na 7ª Brigada de Infantaria e Artilharia de Combate foi destacado para guarnecer o Forte Marechal Moura dos Naufragados, ao sul da Ilha de Santa Catarina, de 2 de julho de 1943 a 29 de setembro de 1945 (doc.02). Durante suas poucas folgas durante o serviço militar, ao visitar os familiares, já o incomodava a longa e extenuante travessia da Serra da Garganta*- única e precária ligação viária entre Águas Mornas (Rio Novo) e Anitápolis (Rio Pinheiros), trajeto que muitas vezes era feito a pé, pois não havia ônibus e as caronas eram raras há época.

***OBS:** Nesta serra, na altura de reconhecida posição estratégica sob o ponto de vista militar, denominada de gargantina, travou-se em 16 de outubro de 1930, o combate da garganta entre as tropas revolucionárias de Getúlio Vargas, comandadas pelo Major Camilo Diogo e as legalistas em Santa Catarina comandadas pelo Tenente da Polícia Militar Romão Mira de Araújo.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, licenciado do serviço ativo do Exército, casou-se no religioso, a união civil deu-se apenas em 29 de março de 1947 (doc. 03), fixando residência na localidade de Rio do Meio, onde em pouco tempo tornou-se um próspero produtor rural. Mesmo jovem ainda, foi escolhido presidente da comunidade católica de São Domingos (Rio do Meio) e como tal, a par das lides agrícolas, liderou a construção da igreja e salão de festas daquela comunidade.

Em 1954 mudou-se do Rio do Meio para a sede do município Anitápolis, onde continuou como produtor rural bem sucedido. Os recursos poupados na agricultura permitiram que mudasse de profissão. Em 1958 com a aquisição de um pequeno ponto comercial na entrada sul da cidade, virou comerciante. Não abandonou totalmente a atividade agrícola, passando a arrendar sua propriedade rural. Em pouco mais de três anos o pequeno comércio passou a ser referência no município; e em 1960 adquiriu, no centro da cidade, o maior estabelecimento comercial da cidade há época, situado à Rua Jacinto Mattos, em frente à igreja matriz de São Sebastião.

Foi presidente da comunidade paroquial da matriz de São Sebastião de 1962 a 1968, quando foi eleito Prefeito Municipal. Como presidente da comunidade paroquial, liderou a cessão pela Arquidiocese de Florianópolis da administração paroquial aos padres da Congregação do Espírito Santo CSSp da Alemanha. Nesse período foi adquirida e reformada uma casa de dois pavimentos, para servir como casa paroquial; durante o tempo da reforma, o mestre de obras e pedreiros foram gratuitamente hospedados e alimentados em sua casa. Uma das casas remanescentes (prédio escolar) do antigo Patronato Agrícola** foi doada pela União à paróquia, onde foi montado um ambulatório com a colaboração de voluntárias leigas da Alemanha. Com a criação da Assistência Social São Sebastião o ambulatório é transformado em um pequeno hospital; são também criados cursos profissionalizantes. Foram ainda construídas novas e amplas instalações para as festas da comunidade, que embora católica, atendia também a comunidade evangélica luterana. O Pároco era o Pe. Guido Stollenwerk.

****OBS:** O Patronato Agrícola de Anitápolis era um estabelecimento destinado ao abrigo e correção de menores abandonados ou infratores, oriundos dos grandes centros urbanos do país. Em represália a resistência oferecida no Combate da Serra da Garganta, a ditadura de Getúlio Vargas desativou aquele estabelecimento.

Desempenhou também as funções de Juiz de Paz de 02 de dezembro de 1961 a 14 de setembro de 1968, notabilizando-se por não cobrar dos usuários honorários pelos seus serviços de conciliação. Como há época o acesso à justiça para as comunidades do interior era muito difícil, o Juiz de Paz era acionado para intermediar os pequenos litígios.

Em abril de 1969, junto com outras lideranças, fundou o Sindicato Rural de Anitápolis, entidade que presidiu de 1975 até a sua morte (doc. 04). Construiu uma sede própria bastante ampla, sendo em parte cedida para abrigar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anitápolis. A principal obra foi a instalação e manutenção da assistência odontológica gratuita pelo Sindicato Rural para associados e pessoas carentes e a preços módicos para não associados.

Em 1966 foi eleito o vereador mais votado, para o período legislativo de 1967 a 1970 (doc. 05).

Em 1968 foi eleito Prefeito Municipal (doc. 06) tendo como Vice-Prefeito o Sr José Schreiber, para o período administrativo de 1969 a 1972. As obras de implantação do novo traçado da rodovia (atual SC 108) para diminuição do tempo de deslocamento até a Capital do Estado via Rancho Queimado e não mais pela Serra da Garganta, logo após as eleições de 1968 foram completamente paralisadas. Com sua eleição, muitos municípios mostraram-se céticos quanto a retomada das obras, pois o novo prefeito eleito fora oposição ao candidato apoiado pelo Governo do Estado. Como prefeito recém empossado notabilizou-se pela habilidade política, ao viabilizar após um encontro pessoal com o Governador do Estado Ivo Silveira, a retomada das obras de implantação do novo traçado da rodovia. Até a sua conclusão as obras não foram mais interrompidas, diminuindo assim o tempo de deslocamento até a Capital do Estado pela metade. Os deslocamentos até Florianópolis, de costureiras 4 horas para veículos leves e mais de 5 horas para veículos pesados, foram reduzidos para menos de 2 horas, um grande benefício para a população e os motoristas em particular. Do encontro pessoal com o Governador do Estado Ivo Silveira, resultou uma sólida amizade entre ambos que durou pelo resto de suas vidas e trouxe muitos outros benefícios ao município de Anitápolis.

Junto ao Governo do Estado, viabilizou ainda o sistema de abastecimento de água potável para a sede do Município, a construção do Estádio Municipal Clodorico Moreira, com intuito de dar aos jovens uma importante e sadia ocupação de lazer e a construção de pontes através do PLAMEG.

Em parceria com os Governos da União e do Estado, construiu 18 novas escolas isoladas pelo interior do município e recuperou as já existentes; firmou parcerias com pais de alunos para transporte de alunos que concluíam o ensino da 4ª série nas escolas isoladas, até a sede do município para continuarem seus estudos. Contribuiu decisivamente para a erradicação do analfabetismo em Anitápolis, através do antigo MOBREAL, fato reconhecido pelo MEC com um Diploma de Honra ao Mérito (doc. 07).

Com recursos próprios do município, ampliou, melhorou e manteve o sistema viário municipal, com destaque para abertura da estrada até o município de Alfredo Wagner, via localidade do Maracujá. Com recursos próprios, construiu também dezenas de pontes pênséis, facilitando o acesso dos produtores rurais ao sistema viário estadual e municipal.

Ao término do seu mandato como Prefeito Municipal, vendeu seu estabelecimento comercial; com os recursos dessa venda ampliou sua propriedade rural; voltou às lides rurais, mas não afastou-se totalmente da política e das atividades comunitárias e sociais da Assistência Social São Sebastião. Esteve à frente do Sindicato Rural de Anitápolis de 1975, quando foi eleito Presidente, até a sua morte.

Antonio David faleceu em 11 de julho de 2004, às 22:50 horas, aos 84 anos (doc. 08). Foi sepultado no cemitério municipal sob grande comoção popular, após Missa de corpo presente presidida pelo Pároco da Paróquia São Sebastião: Padre Lúcio Espindola.

A história da família em Santa Catarina é marcada pelo espírito empreendedor e o envolvimento com a comunidade em todas as localidades por onde passaram.

Por esta razão, deve este Parlamento igualmente reconhecer o carinho e a admiração da população de Anitápolis, prestando esta honrosa e merecida homenagem à família dos valentes desbravadores que tão bem souberam escrever a história da região e desta rodovia, engrandecendo ainda mais o legado do povo Catarinenese.

Por essas razões, nobres pares, peço a colaboração para a aprovação do presente projeto.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 265/2011

Autoriza a transferência de direitos possessórios exercidos pelo Estado sobre imóvel no Município de Biguaçu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Município de Biguaçu os direitos possessórios que exerce sobre uma área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), onde se encontra instalada a Escola Reunida Luiza Trindade Xavier.

Art. 2º A transferência de que trata esta Lei tem por finalidade viabilizar a implantação do Centro de Zoonoses por parte do Município.

Art. 3º O Município não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do Estado;

II - deixar de cumprir os encargos da transferência no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar ou ceder de forma gratuita ou onerosa a terceiros, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao Município o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura de posse do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de transmissão dos direitos possessórios pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 272/2011

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente, Social, Educacional e Cultural Aprisco, do Município de São José do Cedro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente, Social, Educacional e Cultural Aprisco, com sede no Município de São José do Cedro.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 01 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 285/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Barra Velha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Barra Velha, o imóvel constituído pela área B do loteamento Jardim Praia do Grant, com área de 10.040,18 m² (dez mil, quarenta metros e dezoito decímetros quadrados), sem benfeitoria, matriculado sob o nº 11.856 no Registro de Imóveis da Comarca de Piçarras.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por objetivo a edificação da Escola Estadual de Itajuba.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 301/2011

Declara de utilidade pública a Associação Tigre de Tae Kwon-Do, com sede no Município de Caçador.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Tigre de Tae Kwon-Do, com sede no Município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DO PROJETO DE LEI Nº PL/0315.6/2011

O Projeto de Lei nº 0315.6/2011 passa a ter a seguinte redação

"PROJETO DE LEI Nº 0315.6/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar ao município de Rio do Sul o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 7.696 no Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul, com área de 3.060,00 m² (três mil e sessenta metros quadrados), com edificação de alvenaria com área de 1.624,48 m² (hum mil, seiscentos e vinte quatro metros e quarenta e oito decímetros quadrados).

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a edificação de um novo Fórum no município por parte do Poder Judiciário.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dez anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Tribunal de Justiça.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial for por ele constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Dado Cherm

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 01/11/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 315/2011

Dispõe sobre a doação do imóvel que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a doar ao Município de Rio do Sul o imóvel de propriedade do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 7.696,

no Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Rio do Sul, com área de 3.060,00 m² (três mil e sessenta metros quadrados), com edificação de alvenaria com área de 1.624,48 m² (hum mil, seiscentos e vinte e quatro metros e quarenta e oito decímetros quadrados).

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a edificação de um novo Fórum no Município por parte do Poder Judiciário.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 10 (dez) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Tribunal de Justiça.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ou quem por mandato especial for por ele constituído.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 344/2011

A Emenda e ao art.1º do Projeto de Lei nº 344/2011 passam a ter a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta pretende adequar a Redação Final ao que dispõe o Estatuto Social da Associação às folhas 18 deste Projeto de Lei.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 344/2011

Declara de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Corpo de Bombeiros Comunitário de Garopaba, com sede no Município de Garopaba.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011
Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 355/2011

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade - ADEDH, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de uma área de 100,00 m² (cem

metros quadrados), localizada no 3º andar do Edifício Berenhauer, registrada sob o nº 35.218 no 1º Registro de Imóveis da Comarca da Capital e cadastrada sob o nº 01013 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. De acordo com o que determina a Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, em seu art. 7º, parágrafo único, inciso I, fica dispensada a concorrência para concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 14.337, de 18 de janeiro de 2008.

Art. 2º A presente concessão de uso tem por objetivo propiciar um local para que a entidade desenvolva suas atividades.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente concessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da concessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à concessionária, em face da gratuidade da concessão de uso.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso.

Art. 6º A concessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pela concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 377/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Cultural Soto Delatorre, de Bombinhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Cultural Soto Delatorre, com sede no Município de Bombinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 380/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Palmitos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC autorizada a adquirir, por doação do Município de Palmitos, o imóvel com área de 50.000,00 m² (cinquenta mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 11.518 no Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade a instalação de uma unidade do Centro de Educação Superior do Oeste - CEO, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 3.399, de 12 de julho de 2010.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 388/2011

Autoriza a doação de imóvel no Município de São Carlos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de São Carlos o imóvel com área de 521,00 m² (quinhentos e vinte e um metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 6.615 no Registro de Imóveis da Comarca de São Carlos e cadastrado sob o nº 3733 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A desafetação e transferência do imóvel descrito neste artigo ficam condicionadas à doação pelo Município ao Estado do imóvel descrito na Lei municipal nº 1.633, de 04 de abril de 2011, para construção e instalação do Pelotão da Polícia Militar naquele Município.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade a instalação de um Centro de Educação Infantil por parte do Município de São Carlos.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 2 (dois) anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 391/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Pinhalzinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica a Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC autorizada a adquirir, por doação do Município de Pinhalzinho, o imóvel com área de 35.000,00 m² (trinta e cinco mil metros quadrados), com benfeitorias, matriculado sob o nº 17.528 no Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem como finalidade a instalação de uma unidade do Centro de Educação Superior do Oeste - CEO, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.864, de 26 de junho de 2007.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

Art. 4º O Estado será representado no ato de doação pelo Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 394/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, pelo prazo de 5 (cinco) anos, o uso gratuito de parte do imóvel com área de 11,14 m² (onze metros e quatorze decímetros quadrados), no Município de Florianópolis, onde funciona o Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, escriturado no livro de notas sob o nº 114, fls. 26 verso a 28 e cadastrado sob o nº 01576 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo disponibilizar um espaço físico para apoio logístico às ações de cooperação técnica e operacional entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP e o Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização à cessionária, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade da cessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º A cessionária, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, a cessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e da cessionária.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 395/2011

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de São Carlos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de São Carlos, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso gratuito de parte do imóvel, que corresponde à área de 100,00 m² (cem metros quadrados), registrado sob o nº 18.631 no Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cadastrado sob o nº 4563 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

Parágrafo Único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A presente cessão de uso tem por objetivo o funcionamento integrado da Secretaria Municipal da Agricultura e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Estado a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá ao seu domínio.

Art. 4º Ocorrendo a reversão antecipada ou ao término do prazo da cessão de uso, o imóvel e suas benfeitorias passam ao domínio do Estado, sem direito de indenização ao cessionário, em face da gratuidade da cessão.

Art. 5º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 6º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; e

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 7º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 8º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 9º O Estado será representado no ato da cessão de uso pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Palmitos.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 399/2011

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de São José do Cerrito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir por compra, no Município de São José do Cerrito, o imóvel com área de 1.165,70 m² (um mil, cento e sessenta e cinco metros e setenta decímetros quadrados), sem benfeitorias, matriculado sob o nº 7.063 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Lages, de propriedade da Sra. Úrsula Passold Farias e outros, avaliado em R\$ 198.169,00 (cento e noventa e oito mil, cento e sessenta e nove reais).

Parágrafo único. A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei tem por finalidade a ampliação da EEB Mauro Gonçalves Farias.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.

Art. 4º O Estado será representado no ato da transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 403/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Santé, do Município de Florianópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Santé, com sede no Município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 410/2011

Declara de utilidade pública a Associação Maternidade Catarina Kuss, de Mafra.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maternidade Catarina Kuss, com sede no Município de Mafra.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 415/2011

Declara de utilidade pública a Associação Cultural Eintracht, de Blumenau.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural Eintracht, com sede no Município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 429/2011

Declara de utilidade pública o Instituto Nacional de Aprendizagem e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade - INATUH, do Município de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Nacional de Aprendizagem e Pesquisa em Turismo e Hospitalidade - INATUH, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 1º de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PLC. 009.5/2011

"Altera a alínea "f" do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências"

"Art. 1º A alínea "f", do inciso IV, do artigo 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...):

Inciso IV - (...)

f) em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade.

Art. 2º Fica revogada a alínea "e" do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, reordenando-se as demais alíneas

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 08/11/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 08/11/11

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Substitutiva Global, visa dar melhor amparo técnico a proposição do Deputado Jorge Teixeira, bem como realizar pequenas correções em erros materiais, como colocação da categoria de trabalhadores em EDIFICAÇÕES na alínea "f" do inciso IV, quando a categoria correta seria a de EDIFÍCIOS.

Também, tendo em vista o apensamento do PLC 0010/2011 em razão da conexão apresentada, acrescento a a matéria ali apresentada que exclui a alínea "e" do inciso I ao Substitutivo Global,

fechando ambas as proposições num mesmo texto legal.

DEP. Dirceu Dresch

LIDER DA BANCADA DO PT

RELATOR

EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0009/2011

Fica suprimida a expressão " reordenando-se as demais alíneas" do art. 2º, da Emenda Substitutiva Global às fls. 10 deste Projeto de Lei Complementar.

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta pretende adequar a redação final ao que dispõe o art.7º da Lei Complementar nº 208/2001.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 009/2011

Altera a alínea "f" do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A alínea "f", do inciso IV, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

IV -

f) em edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, em turismo e hospitalidade;

..... "

Art. 2º Fica revogada a alínea "e", do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 30 de setembro de 2009.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0037.9/2011

O Projeto de Lei Complementar nº 0037.9/2011 passa a ter a seguinte redação:

"Altera o art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública do Estado.

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12. A designação será por prazo certo, em período que não exceda a 4 (quatro) anos, podendo ser renovada por igual período. (NR)

Art. 2º Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública que já cumpriram o período total de quatro anos poderão renovar a designação apenas por mais quatro anos, não lhes aplicando a regra do art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, com a redação dada pelo art. 1º desta Lei Complementar." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões,

Deputado José Nei Ascari

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 08/11/11

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 08/11/11

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 037/2011

Altera o art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 2007, que dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 03 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. A designação será por prazo certo, em período que não exceda a 4 (quatro) anos, podendo ser renovada por igual período." (NR)

Art. 2º Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública que já cumpriram o período total de 4 (quatro) anos poderão renovar a designação apenas por mais 4 (quatro) anos, não lhes aplicando a regra do art. 12 da Lei Complementar nº 380, de 2007, com a redação dada pelo art. 1º desta Lei Complementar.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 8 de novembro de 2011

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***